

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

LUCAS TOSHIAKI ARCHANGELO OKADO

Juventude e participação política no Brasil:
efeitos de ciclos de vida ou geração?

Maringá
2013

LUCAS TOSHIAKI ARCHANGELO OKADO

**Juventude e participação política no Brasil:
efeitos de ciclos de vida ou geração?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.
Área de Concentração: Dinâmicas Urbanas e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro.

Maringá
2012

LUCAS TOSHIAKI ARCHANGELO OKADO

Juventude e participação política no Brasil:
efeitos de ciclos de vida ou geração?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

COMISSÃO JULGADORA:

Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro
Universidade Estadual de Maringá (Presidente)

Prof. Dr. Mario Fuks
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. José Antônio Martins
Universidade Estadual de Maringá

Aprovada em 22 de novembro de 2013.

Local da defesa: Bloco H35, sala 07, *campus* sede da Universidade Estadual de Maringá

Dedicatória

Aos meus pais, Koshi e Marcela, pois sem eles nada disto seria possível.

Aos meus irmãos, Matheus e André, pelo apoio e incentivo.

Aos meus amigos, Osafá, Eduardo, Douglas, Kelly, Lucas, Pâmela e Francielle, mais do que companheiros, irmãos.

Ao meu orientador, professor Ednaldo, pelos conselhos e por sua imensa competência profissional.

A todos os jovens que sonham com um mundo melhor, que a chama da mudança nunca se apague em seus corações.

AGRADECIMENTO

Seria difícil enumerar todas as pessoas que contribuíram de alguma forma com esta pesquisa. Ao longo desta caminhada, muito foram os que colaboraram e apoiaram para que fosse possível que este trabalho fosse concluído, tornando uma tarefa difícil e demasiado longa, mas devo registrar aqui algumas pessoas que foram imprescindíveis, pelo apoio e carinho, que demonstraram no decorrer destes dois anos.

Primeiro, aos meus pais, Koshi e Marcela, pelo sacrifício que sempre fizeram para que seus filhos realizassem todos os seus sonhos. Mais do que meu agradecimento, meu sincero respeito pela atitude.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pela sabedoria, competência e dedicação. Em especial aos professores Ednaldo Aparecido Ribeiro, Carla Cecília Rodrigues Almeida, Celene Tonella e José Antônio Martins, do Núcleo de Pesquisa em Participação Política pelas contribuições a este trabalho.

À Corporação Latinobarômetro, na figura de Alejandro Moreno e Marta Lagos, por disponibilizar os dados para que esta pesquisa fosse realizada.

Devo também agradecer imensamente a todos os meus colegas do Núcleo de Pesquisa em Participação Política, pelas sugestões e colaborações que foram fundamentais para esta pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) por financiar este projeto.

E a todos os amigos e colegas, não citados aqui, mas que ajudaram de alguma forma a conclusão desta pesquisa. Meus sinceros agradecimentos.

“Não sou nada. Nunca serei nada. Não posso querer ser nada. À parte disso, tenho em mim todos os sonhos do mundo”.

Álvaro Campos

Juventude e participação política no Brasil: efeitos de ciclos de vida ou geração?

RESUMO

O debate acadêmico em torno da participação política, e até o senso comum, tem apontado para um possível afastamento dos jovens das questões públicas. Tal fato tem sido evidenciado principalmente pela queda nos repertórios de participação convencional, relacionados a um ativismo vinculado as instituições tradicionais da democracia, principalmente os partidos políticos e as eleições. O que se sustenta é que os jovens tem se eximido de participar da vida pública em diversos países da América e Europa. Neste contexto duas correntes têm procurado explicar os sentidos deste fenômeno: a primeira, vinculada à Teoria do Desenvolvimento Humano proposta por Rohnald Inglehart e seus colaboradores, têm associado este acontecimento ao processo de sobreposição geracional. Altos índices de renda, escolaridade e qualidade de vida proporcionaram a mudança das prioridades valorativas individuais, enfatizando valores de auto expressão. Tais valores se associam a uma postura mais crítica às instituições democráticas, ainda que os possuidores destes a apoiem em maior número, o que tem deslocado o ativismo das gerações mais novas para a participação não convencional. Os jovens, mais suscetíveis a este efeito, estariam migrando para outras formas de participação, notadamente as ações de protesto. Por sua vez, outra teoria tenta justificar este fenômeno através das mudanças inerentes ao ciclo de vida, atribuindo esta diferença na participação entre jovens e adultos as mudanças que ocorrem no decorrer da biografia do indivíduo, notadamente a transição da juventude para a idade adulta. Este trabalho analisou o impacto destas duas vertentes teóricas sobre o ativismo do jovem brasileiro. Através de uma análise longitudinal que levou em consideração efeitos derivados do ciclo de vida, das sobreposições geracionais e do período, foi constatado que, para o contexto brasileiro, a participação juvenil é influenciada de forma mais consistente pelos efeitos do ciclo de vida.

Palavras Chave: Juventude. Participação Política. Ciclo de Vida. Geração

Youth and Political Participation in Brazil: effects of life cycle or generation?

ABSTRACT

The academic debate about political participation, and even common sense, has pointed to a possible removal of youth from public issues. This has been evidenced mainly by the fall in repertoires of conventional participation, related to activism linked traditional institutions of democracy, especially political parties and turnout. This means that the youth has been discharged from participating in public life in many countries of America and Europe. In this context two theories have tried to explain the meanings of this phenomenon: the first, linked to the Theory of Human Development proposed by Rolnald Inglehart and colleagues have associated this incident to the process of generational overlap. High levels of income, education and quality of life provided the change of individual priorities, emphasizing the values of self-expression. These values are associated with more critical democratic institutions, even the owners of these to support a greater number, which has shifted the activism of younger generations to unconventional participation. Young people, more susceptible to this effect, would be migrating to other forms of participation, notably the protest actions. Meanwhile, another theory attempts to explain this phenomenon through the inherent changes in the life cycle, attributing this difference in participation between youth and adults the changes that occur in the course of individual's bibliography, especially the transition from youth to adulthood. This study examined the impact of these two theoretical perspectives on the activism of young Brazilian. Through a longitudinal analysis that takes into account effects of life cycle, generational overlap and period, it was found, for the Brazilian context, youth participation is strongly mediated by the effects of the life cycle.

Keywords: Youth. Political Participation. Life Cycle. Generation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Condição Juvenil x Idade.....	30
Figura 2 – Média de Anos de Estudo.....	32
Figura 3 - Situação Ocupacional dos Jovens (15-24 anos).....	33
Figura 4 - Estado Civil (15-24 anos)	34
Figura 5 - Situação Juvenil (15-24 anos).....	35
Figura 6 - Interesse em Política	63
Figura 7 - Conversa sobre Política	64
Figura 8 - Eficácia do Voto	67
Figura 9 - Participação em Atividades de Campanha.....	68
Figura 10 - Participação em passeatas	71
Figura 11 - Participação em Bloqueios de Tráfego	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Faixas Etária.....	31
Tabela 2 Interesse e Conversa sobre Política.....	65
Tabela 3 Participação Convencional.....	69
Tabela 4 Participação não Convencional.....	73
Tabela 5 Ciclo de Vida e Interesse e Conversa sobre Política.....	80
Tabela 6 Ciclo de vida e Participação Convencional	81
Tabela 7 Ciclo de Vida e Participação Não Convencional	83

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO.....	14
2.1. CONSTRUÇÃO CONCEITUAL DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	15
2.2 SITUAÇÃO E CONDIÇÃO JUVENIL NA SOCIEDADE BRASILEIRA	23
2.3 CARACTERIZAÇÃO DA JUVENTUDE BRASILEIRA	30
2.4 JUVENTUDE E AÇÃO POLÍTICA NO BRASIL E NO MUNDO	35
3. EFEITOS GERACIONAIS E DE CICLO DE VIDA	38
3.1 CICLOS DE VIDA.....	39
3.2 ABORDAGEM GERACIONAL.....	45
3.3 EFEITOS DE CICLOS DE VIDA, GERAÇÃO E PERÍODO	52
4. METODOLOGIA.....	53
4.1 MODELOS APC	55
4.2 DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS E DO MODELO ANALÍTICO APC	57
4.3 MODELO ANALÍTICO DOS IMPACTOS DA TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA	60
5. TRAJETÓRIAS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DO JOVEM BRASILEIRO.....	62
5.1 EFEITOS DE CICLO DE VIDA E GERAÇÃO SOBRE O ATIVISMO JUVENIL	62
5.2 TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA E SEUS IMPACTOS SOBRE O ATIVISMO.....	76
5.3 DISCUSSÃO E SÍNTESE DOS RESULTADOS	86
6. CONCLUSÃO.....	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96

1. INTRODUÇÃO

Sem sombra de dúvidas a geração dos anos sessenta marcou o imaginário do brasileiro no que diz respeito à participação política (Abramo, 1994). O espírito rebelde, o engajamento e o enfrentamento ao regime de exceção neste período, principalmente pela capacidade de mobilização das entidades estudantis, acabaram criando um tipo ideal de jovem politizado e comprometido com as questões públicas. A geração de jovens deste período se tornou modelo de comparação para todas as gerações que a sucederam desde então. A força com que estas percepções sobrevivem é tão grande, que é muito difícil encontrar um filme ou seriado brasileiro ambientado em escolas ou universidades em que a figura dos grêmios, centros acadêmicos ou diretórios estudantis não esteja presente. Passados 40 anos desde o início do regime militar, esta geração ainda se mantém como referência no que diz respeito ao engajamento político da juventude.

Fenômeno parecido acontece em outros lugares, como por exemplo, nos Estados Unidos. Os jovens deste mesmo período também são referência no que diz respeito ao compromisso com as questões públicas e de caráter cívico (Putnam, 2001). A geração nascida no período pós-segunda guerra apresenta as maiores taxas de participação, principalmente quando é tomado como referência o voto. Tanto lá, quanto aqui, as comparações com as gerações seguintes são inevitáveis e, a primeira vista, demonstram o afastamento dos jovens da política. Para este autor,

Ironicamente a supremacia filosófica da democracia liberal se faz acompanhar de uma crescente insatisfação com seus resultados práticos (Putnam, 2005, p. 19).

O quadro desenhado por Putnam tem afirmado que as gerações mais novas têm se tornado cínicas e apáticas, principalmente pela recusa em participar dos assuntos públicos. Para este autor este fenômeno tem origem na queda dos níveis de *capital social* entre os americanos. Este conceito representa uma quantificação das redes de interdependência e solidariedade entre os indivíduos, responsáveis por proporcionar, entre outras coisas, a colaboração mútua para a solução de problemas comunitários (Idem, 2005). Putnam afirma que a principal causa do sucesso da democracia nos Estados Unidos de acordo com Tocqueville (2005), o espírito associativo, tem desaparecido. Os cidadãos deste país estão se afastando das atividades comunitárias, diminuindo a produção de capital social (Putnam, 2005).

O diagnóstico elaborado por este autor tem sido questionado em diversas perspectivas. As pesquisas desenvolvidas por Ronald Inglehart (1990) e de diversos autores que assumem as premissas da teoria do desenvolvimento humano (Norris, 2002; Dalton, 2009, 2012; Inglehart e Wenzel, 2005) têm levantado causas e consequências distintas para o fenômeno do desengajamento juvenil. Para estes autores, este processo está associado à mudança das prioridades valorativas e às sobreposições geracionais. Os jovens, mais suscetíveis a estas mudanças, tem ampliado seu repertório de ação política, incorporando um ativismo mais crítico em relação às instituições democráticas. Longe de se afastar da política, a juventude tem optado por atuar politicamente de outra forma, preferindo ações mais diretas, notadamente as atividades de protesto. Diferente da interpretação de Putnam sobre as consequências destas mudanças, os partidários da teoria do desenvolvimento humano tem afirmado que esta transformação no ativismo é benéfica para a democracia.

Por outro lado, alguns autores têm afirmado que estas diferenças se devem aos processos de transição inerentes ao desenvolvimento da vida (Kinder, 2006; Strate. et. al, 1989; Milbrath e Goel, 1977). Esta perspectiva se assenta na premissa de que as passagens de uma fase para a outra da vida trazem também o desempenho de novos papéis sociais que vão modificar a forma como os indivíduos se relacionam com a política. O avanço da idade representa o acúmulo de experiência e recursos participativos que facilitariam ou constrangeriam a participação. O que este conjunto de autores sugere é que as diferenças entre a participação política de jovens e adultos estaria relacionada com os recursos e papéis sociais desempenhados nestas duas etapas distintas dos ciclos de vida.

A tese do desengajamento juvenil é então percebida sob duas perspectivas teóricas diferentes. A primeira se relaciona com os efeitos ocasionados pela transição geracional, sendo as diferenças participativas entre jovens e adultos explicadas através da maneira como diferentes gerações enxergam a política. Por outro lado, a segunda perspectiva vincula as clivagens nos padrões participativos aos efeitos de ciclos de vida ou à transição de uma etapa da vida para outra. Essa dissertação se insere neste debate focalizando o contexto brasileiro e tomando como premissa que o fenômeno da participação deve ser explicado por estes dois efeitos e também pelo período ou o contexto no qual os dados foram coletados (Norris, 2003). Desta forma, a participação seria resultado de efeitos de geração, ciclos de vida e período. O objetivo deste trabalho recai sobre como o engajamento do brasileiro, especialmente o jovem, pode ser explicado. Assim, procuraremos ao longo deste trabalho entender se o fenômeno da participação no Brasil está relacionado com os efeitos de ciclo de vida ou geração.

No capítulo dois trazemos a definição de juventude e participação, dois conceitos centrais deste trabalho. A primeira seção deste capítulo procura fazer uma discussão sobre as tipologias de classificação da participação política, procurando demonstrar como este conceito foi sendo modificado ao longo do tempo, na medida em que novos repertórios são acionados pelos cidadãos. A segunda seção apresenta a definição de juventude e como esta categoria foi sendo construída na produção sociológica brasileira. Tomamos como conceito de juventude a noção de condição e situação juvenil, alternativa encontrada pelos teóricos latinoamericanos para definir esta etapa do ciclo de vida, respeitando a imensa diversidade que este conceito traz.

No capítulo três apresentamos os principais pressupostos teóricos que iremos adotar no decorrer deste trabalho. A primeira seção procura delimitar o campo teórico sobre ciclos de vida. Já na segunda seção procuramos realizar uma revisão bibliográfica sobre a abordagem geracional, exibindo as premissas da teoria do desenvolvimento humano. A terceira seção deste capítulo procura contextualizar estas duas teorias com os efeitos de período.

No quarto capítulo apresentamos informações sobre a metodologia adotada neste trabalho. São utilizados dois modelos de análises: o primeiro é construído de modo a possibilitar a verificação dos três efeitos que incidem sobre a participação. O segundo modelo de análise verifica os impactos da condição juvenil sobre o ativismo no Brasil.

Por fim, o capítulo quinto apresenta os resultados dos testes empíricos empregados neste trabalho. São demonstradas as análises referentes ao envolvimento geral com a política, as variáveis que representam a participação convencional e por fim a participação não convencional. As duas primeiras seções deste capítulo apresentam os dois modelos descritos na metodologia, de forma separada. A terceira seção trata de analisar em conjunto os dois modelos, na tentativa de explica-los mutuamente.

2. JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO

Este capítulo tem por finalidade apresentar dois pontos centrais e que serão recorrentes no decorrer deste trabalho. O primeiro diz respeito à construção teórica do conceito de participação política e como esta definição foi se alargando ao longo dos anos, ampliando a tipologia de classificação de participação política, na qual novas ações passaram a ser consideradas. Esta empreitada se baseia em esforços anteriores (Borba, 2012a; Norris, 2003; Van Deth, 2001) que trataram de sistematizar as tipologias de participação política. Devido à visão instrumental da democracia, os primeiros esforços na sistematização de um conceito de ação política tomavam como princípio apenas a participação que estava relacionada com o processo eleitoral (Milbrath e Goel, 1977; Verba e Nie, 1972). Na medida em que novas ações são empregadas para a expressão política dos cidadãos, novas definições são necessárias, o que leva a constante ampliação das tipologias que definem a participação política.

O conceito de participação adotado neste trabalho considera duas definições derivadas dos trabalhos de Booth e Seligson (1978) e Barnes e Kaase (1979). Os primeiros autores definem a ação política como sendo toda a ação que tem por objetivo influenciar a distribuição de bens públicos (Booth e Seligson, 1978), desta forma a participação política não tem como alvo unicamente o Estado, mas empresas e instituições que se apropriam ou distribuem recursos coletivos. Já Barnes e Kaase (1979) entendem a participação através da ideia de repertório. Estes são as possíveis ações que os indivíduos têm a sua disposição para acionar, conforme seus objetivos e alvos, ou seja, não considera que a participação seja excludente, mas que se complementam, conforme os custos de sua ação sejam alcançados, sejam eles materiais ou cognitivos. Desta forma, no decorrer do texto, repertório de ação política é empregado como sinônimo de participação política, uma vez que também designa uma ação.

A segunda seção deste capítulo também tem um objetivo teórico que se traduz na construção conceitual de juventude. Existe uma grande dificuldade de se estabelecer um conceito adequado, uma vez que este período do ciclo de vida está intimamente relacionado com os processos demográficos, sendo condicionado por diferentes estruturas sociais. Desta forma, procura-se um distanciamento de uma definição que leve em consideração apenas um tempo biológico ou etário, ainda que a definição de faixas de idade seja necessária na metodologia aqui empregada. Procura-se levar em consideração a

ideia de condição juvenil, os aspectos sociais que definem o que é ser jovem, e de situação juvenil, ou como cada indivíduo vivencia este período etário (Abad, 2002; Sposito, 2003).

As últimas seções deste capítulo tratam de caracterizar a juventude, descrevendo os aspectos sociodemográficos que ela vivencia no contexto brasileiro, o que será útil para definir uma faixa etária que possa ser considerada como jovem, ainda que represente apenas uma média, uma vez que a condição juvenil é condicionada por diversos aspectos sociais. Por fim, relacionam-se estes dois conceitos, juventude e participação política, situando-os na realidade brasileira.

2.1. CONSTRUÇÃO CONCEITUAL DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Observa-se nos trabalhos acadêmicos uma ampliação da definição de participação ao longo do tempo, acompanhada da incorporação gradual de novos repertórios e ações (Van Deth, 2001; Norris, 2003). Cabe fazer uma retomada de como esse fenômeno vem sendo discutido pela literatura e qual a definição conceitual adotada neste trabalho.

Os primeiros estudos adotavam o princípio de que a participação política estaria relacionada com o momento eleitoral (Borba, 2012a), destacando-se neste período os trabalhos desenvolvidos por Milbrath e Goel (1977) e Verba e Nie (1972). Para estes autores a participação é definida como sendo um ato desempenhado pelo cidadão privado que tem por objetivo influenciar a seleção do governo e os atos deste (Verba e Nie, 1972). Esta definição se apresenta hoje muito reducionista, pois considera apenas como participação política os atos legais direcionados ao governo. Logo, outros mecanismos de encaminhamento de demandas que não seja o voto ou a participação no processo eleitoral não eram considerados como participação.

A definição de participação para estes dois autores se baseava no modelo procedimental da democracia, entendimento praticamente predominante na época em que desenvolveram seus estudos. Sob a influência da perspectiva teórica de Schumpeter (1984), a noção de democracia se resumia aos processos de escolha de governantes, onde a participação massiva dos cidadãos era visto como um perigo para um regime de caráter democrático. Esta visão contraria autores clássicos do campo da teoria democrática que viam o envolvimento do cidadão nas questões públicas essencial para o bom desempenho de um regime desta natureza (Pateman, 1992). Os estudos de Schumpeter (1984), desenvolvidos no pós Segunda Guerra, carregam uma preocupação com o envolvimento

das massas, uma vez que os regimes de cunho autoritário contavam com ampla mobilização dos cidadãos (Rennó, 1998).

Deve-se considerar ainda o contexto histórico em que esta teoria foi constituída. No auge da guerra fria, a visão procedimental permaneceu praticamente intocada, uma vez que as críticas ao minimalismo democrático eram desconstruídas no interior da disputa ideológica de um mundo bipolarizado (Lavalle e Vera, 2011; Lüchmann, 2007). Assim todos os esforços de abordar a democracia sob uma perspectiva participativa e que questionavam este modelo minimalista acabavam sendo consideradas tentativas de desqualificar o regime democrático estabelecido no ocidente e de favorecimento a visão de mundo construída pela experiência socialista da União Soviética (Idem, 2011; Ibidem, 2007).

A influência das teorias minimalistas começou a ser questionadas no final dos anos setenta, pelo menos no que diz respeito às tipologias de classificação da participação política. Este período é marcado pela eclosão de movimentos de protestos, principalmente levada a cabo pela juventude, em diversas partes do mundo. Este fenômeno atingiu não só as democracias ocidentais, mas também países socialistas. Até então, o envolvimento ativo dos cidadãos nas questões públicas era visto como um perigo para a manutenção dos regimes democráticos (Schumpeter, 1984) e as ações de protesto político acabavam sendo consideradas anomias derivadas de problemas relacionados ao mau funcionamento das instituições democráticas.

A ampliação do conceito de participação aparece em Barnes e Kaase (1979). Estes autores vivenciaram a efervescência dos protestos no final dos anos sessenta e incorporaram outros mecanismos participativos que acontecem fora da arena eleitoral, propondo uma dicotomia, dividindo a participação política em duas categorias: participação convencional, relacionada aos meios institucionais, e participação não convencional, que abrangeria formas não institucionais de envolvimento, principalmente os protestos. O trabalho de Barnes e Kaase marcou as discussões sobre o conceito, na medida em que passaram a considerar outras formas de expressão política, como as passeatas e abaixo-assinados. A tipologia apresentada por estes autores ainda envolve uma escala de custos que devem ser alcançados para acionar ações mais complexas (Borba, 2012a). A definição proposta por estes autores ainda é a mais usual, reservada as diversas adaptações que sofreu ao longo do tempo (Idem, 2012a). Apesar do significativo avanço

em relação às definições anteriores, é preciso destacar que ainda assim, a participação na perspectiva destes autores era direcionada ao Estado (Castillo, 2008).

Os trabalhos de Booth e Seligson (1978) são responsáveis novamente por ampliar a definição, entendendo-a como o comportamento que influencia, ou tenta influenciar, a distribuição de bens públicos (Booth, 1979). O Estado deixa de ser o único alvo da participação política, podendo ela ser empreendida tendo como destinatários organizações privadas, como as grandes companhias. Para estes autores a ação política é objetivada na medida em que, de alguma forma, ela procura influenciar a maneira como a sociedade faz uso e se apropria dos bens públicos produzidos por ela. Uma estrada, uma escola ou até a manutenção de uma praça ou de áreas verdes no interior das cidades se configuram como bens públicos. Apesar de ser o maior produtor de tais bens, o Estado não possui monopólio sobre estes. Empresas privadas que se apropriam ou usam destes bens também passam a ser alvo de ações políticas, como por exemplo, uma companhia que promove a exploração de recursos naturais sem se preocupar com a manutenção dos mesmos pode ser alvo de grupos ambientalistas, uma vez que o próprio meio ambiente se configura como um bem coletivo.

Como colaborador do projeto *Polical Action*, que foi a base para a formulação a tipologia desenvolvida por Barnes e Kaase (1979), Inglehart também propõe uma definição tipológica para a participação política, dividindo-a em duas categorias, *elite directed* e *elite challenging*. A primeira diz respeito as modalidade de participação em instituições tradicionais, como partidos e sindicatos. O que marca estas ações é o modelo hierárquico e a condução dos mesmos por elites políticas. Por sua vez, a segunda categoria designa ações mais diretas e menos institucionalizadas (Inglehart e Wenzel, 2005; Inglehart e Cattenberg, 2002). Segundo este autor as ações do tipo *elite directed* estariam em declínio na maior parte das democracias ocidentais, dando lugar para ações do tipo *elite challenging*, tendo como principal causa a emergência de valores pós-materialistas (Idem, 2005; Ibidem, 2002; Borba, 2012a).

Norris (2003) assimila a proposta de Barnes e Kaase (1979) e de Inglehart, de que a participação política pode acontecer para além da arena institucional, bem como incorpora em seu conceito a noção de que o Estado não figura como o único alvo da participação política. Outro ponto interessante é a ideia de tratar as modalidades de ação política como repertórios, permitindo assim visualizar que o acionamento de determinadas ações não necessariamente excluiu outras (Borba, 2012b), tal como proposto por Barnes e Kasse

(1979) ou pelos diagnósticos elaborados pela teoria do desenvolvimento humano (Inglehart, 1977).

Segundo Norris (2003), devido ao grande aumento nos repertórios e agências mobilizadoras, o modelo de classificação proposto por Barnes e Kaase não corresponde mais com a realidade. Desta forma ela utiliza duas categorias para classificar o ativismo: “*citizen-oriented actions*” e “*cause-oriented reportories*”. O primeiro diz respeito aos partidos e eleições enquanto o segundo se relaciona com questões específicas e se utiliza dos mecanismos não convencionais de ativismo. A linha que separa tais formas de engajamento é tênue, mas a característica fundamental que os difere é que os repertórios orientados por uma causa perseguem vários alvos e podem ocorrer fora da arena eleitoral. Os novos movimentos sociais europeus costumam combinar as duas ações, buscando uma eficácia maior.

Em geral, os repertórios orientados por causa são movimentos que procuram realizar um envolvimento mais direto com a política, sem a necessidade de intermediações de instituições tradicionais da democracia. Este tipo de ativismo está relacionado com a opção individual de efetivar a participação: com menos constrangimentos relacionados aos custos participativos, os cidadãos podem efetivar um ativismo política baseado na escolha, em detrimento à lealdade que depositavam nas agências tradicionais de mobilização política. Logo há também uma mudança nas agências de ativismo político. Segundo Norris, essas agências tiveram um papel fundamental durante o pós-guerra, pois serviam como mecanismos de mobilização social e cívica, sendo exemplificadas pelos partidos, as organizações religiosas, associações comerciais e entidades filantrópicas. O que as caracteriza é a estrutura burocrática, institucionalizada e hierárquica. Em contraste, as agências modernas seriam estruturas mais descentralizadas, globais e mais horizontalizadas em relação a sua direção, alterando também a maneira com que atuam,

[...] os principais objetivos dos novos movimentos sociais, muitas vezes se concentram em alcançar uma mudança social através de estratégias de ação direta e de construção comunitária, bem como alterando estilos de vida e identidades sociais e também por meio da formulação de processos políticos formais e leis no governo (Norris, 2003, p. 7)¹.

Russel Dalton (2009) formula um entendimento parecido com a proposta de Norris, mas com uma ênfase maior na cidadania. Ao estudar as mudanças nos padrões de

¹ Todos as citações de textos de outras línguas presentes neste trabalho são traduções livres do autor.

participação das gerações recentes, o autor associa estas alterações a duas faces distintas da cidadania que são descritas como *duty-based citizenship* e *engaged citizenship*. Os dados empíricos utilizados na análise de Dalton apontam que a primeira dimensão da cidadania esta relacionada a um senso de obrigação em relação à sociedade e as demandas que ela exige dos seus cidadãos. Pagar corretamente os impostos, votar e se alistar no serviço militar são exemplos de ações relacionadas a esta dimensão, valorizando os princípios da participação e do respeito à autoridade do Estado e as leis, sendo mais restritiva e elitista.

Por sua vez, a segunda dimensão da cidadania encontrada pelo autor possui um senso de responsabilidade maior em relação à comunidade e nas decisões que afetam o dia a dia das pessoas, dando maior ênfase aos princípios da participação e da equidade social. O *engaged citizenship* está relacionado com ações que impactam diretamente a vida dos indivíduos e se traduz no associativismo, trabalhos voluntários e em atividades não relacionadas à política institucional, como ações de protesto ou *buycottes*² – o consumo de produtos por razões políticas, sendo por sua vez mais democrática e mais próxima dos indivíduos. Cabe ressaltar que as conclusões acima dizem respeito à democracia americana e a análise de *cluster* realizada pelo autor utiliza dados produzidos neste país.

Em construção recente de uma tipologia de classificação sobre participação, Ekman e Amnå (2009) elaboram um modelo conceitual mais abrangente, a partir da dicotomia entre a ação política latente e manifesta. Para estes autores há um equívoco em relação ao termo engajamento cívico. Este último pode ser definido como ações voluntárias realizadas por indivíduos privados em suas comunidades, locais de trabalho ou igrejas, com a finalidade de incrementar a qualidade de vida ou promover o interesse coletivo (Fiorina, 2002). A literatura insere neste conceito diversas ações, muitas das quais sem nenhuma intenção de influenciar os processos de tomada de decisões, como certos tipos de associativismo – religioso, recreativo – ou caridade. Tais atividades podem ser altamente políticas – como associações comunitárias ou grupos de direitos – ou não conter nenhum sentido político – corais, clubes de esportes – como afirma Fiorina (2002). Esta construção teórica acabou se firmando como um campo de pesquisa muito rico dentro da psicologia social e da sociologia política (Sherrod et. al., 2010).

Para Van Deth (2001) com a reformulação das abordagens toquevillianas, temos uma maior dilatação do conceito de participação, que passa a considerar como tal o

² Ação de protesto dirigida a uma companhia motivada por valores ideológicos.

engajamento cívico. Existe vasta produção acadêmica que associa formas de associativismo como repertórios de participação, ainda que desprovidas de sentido político. Para Ekman e Amnå (2009) estas seriam formas latentes ou pré-políticas de participação, ou seja, seria um estágio de envolvimento político manifesto, mas que não ocorre efetivamente. A divisão proposta por estes autores tem como norteador o resgate das dimensões públicas e privadas da política. Ações comunitárias desprovidas de um objetivo político de atuação dentro da esfera pública, mesmo sendo importantes para a produção de capital social ou motivar o engajamento, teriam um caráter latente ou pré-político.

Segundo Ekman e Amnå (2009) o primeiro tipo de atitude pré-política é o envolvimento social, onde estão inseridas ações onde o indivíduo contempla a esfera pública, sem necessariamente influir sobre ela. Esta categoria diz respeito à atenção que as pessoas dispõem ou até mesmo à manifestação de um posicionamento através de subculturas ou estilos de vida – como *punk*, *vegans* ou *skinheads* – sem a intenção deliberada de alterar ou influenciar os processos de tomada de decisões. Outro tipo de ação política latente é o engajamento cívico, que surge a partir de uma preocupação e um senso de responsabilidade com o corpo social, principalmente traduzidas em certas formas de associativismo sem cunho político – religioso ou recreativo – ou através da preocupação em manter um estilo de vida sustentável. Estas ações pré-políticas, apesar de estabelecerem uma relação com a esfera pública, não exercem sobre ela nenhuma pressão, se restringindo ao âmbito privado.

Já a participação política para estes autores vai se efetivar na política institucional e nos meios tradicionais de ação, como o voto ou a militância partidária. Outra categoria apresentada pelos autores se refere a ações extra-institucionais, ou o ativismo. São classificadas desta forma as ações de protesto, que por sua vez podem ainda serem divididas entre ações legais – passeatas, petições e consumo político – ou ilegais, como ocupações de prédios, invasões ou desobediência civil (Ekman e Amnå, 2009).

Há ainda uma terceira categoria que diz respeito a não participação ou ao desengajamento. Ela se manifesta através de formas ativas, ou antipolíticas, como se negar a discutir política ou a adoção de estilos de vida não políticos – consumismo, hedonismo – de forma deliberada. Outras manifestações do desengajamento são formas passivas ou apolíticas, como a passividade ou adoção não deliberada de estilos de vida não políticos. Nota-se que todas estas categorias – o desengajamento, a participação política manifesta e

a participação civil – ainda são divididas entre ações individuais ou coletivas (Ekman e Amnå, 2009).

A importância do trabalho de Ekman e Amnå está na reinserção da demarcação da esfera pública e privada nos trabalhos sobre comportamento político, abrindo também uma polêmica também na medida em que contradiz estudos clássicos neste campo (Putman, 2000; Dalton, 2009; Norris, 2003). Os autores não negam em seu trabalho o caráter preditor das variáveis relacionadas, por exemplo, ao capital social para explicar fenômenos relacionados à participação, mas os definem como ações pré-políticas na medida em que estão situadas fora da esfera pública. Assim,

[...] o pessoal ou privado pode realmente ser político, se e quando os cidadãos buscam expressar decisões pessoais ou influenciar questões anteriormente "privadas" através de órgãos políticos: processos políticos e instituições. Até então, suas atividades são ou apolíticas ou pré-políticas (Berger, apud Ekman e Amnå, 2009, p. 17).

A definição conceitual proposta por estes autores é bastante robusta e promissora, pois parte do conceito normativo de esfera pública ao restringir a participação as ações realizadas nestes espaços, por outro lado, não ignora o potencial explicativo nem a importância do engajamento cívico, apenas retira o conteúdo político de algumas ações que, pelo caráter de sua natureza, não tem finalidade política, mas podem ser geradoras de capital social (Putnam, 2005) ou servir como agências de mobilização (Norris, 2003). O grande problema dessa promissora abordagem diz respeito à sua difícil aplicabilidade empírica, pelo menos no contexto deste trabalho.

Tendo em vista tudo o que foi exposto até aqui, nos resta ainda responder qual o significado que a participação política adquire no contexto deste trabalho. Primeiro a definição proposta por Booth e Seligson (1978) ainda se mantém atual. Podemos considerar como participação política todas as ações que de alguma forma procuram influenciar a divisão de bens públicos, ampliando o conceito desta última categoria e incluindo nele a questão dos direitos sociais. No período da redemocratização, principalmente durante a constituinte, houve intensa mobilização de diversos atores sociais em torno desta temática. O contexto da participação política no Brasil está umbilicalmente ligado com a luta pelo reconhecimento de grupos minoritários como sendo sujeitos de direitos.

Desta forma a atuação de algumas organizações não governamentais ou grupos de *advocacy* possuem um sentido de participação política, se objetivarem influenciar a distribuição de bens públicos. Mas cabem aqui duas ressalvas. Ao analisarmos a participação, o fazemos pela dimensão individual. Mesmo que existam repertórios coletivos de ação política, como protestos e abaixo-assinados, tomar parte deles ainda é uma opção restrita à esfera individual, por mais que seja facilitada por agências de mobilização. Outra questão que se levanta é a de que a participação política é uma ação concreta, ou seja, ela irá ocorrer no momento em que o indivíduo acionar um repertório. Tomar parte de uma associação não faz do cidadão um ativista se ele não agir, ainda que sua ação se resuma apenas a doação de recursos para a organização no qual participa.

Outra questão que a realidade brasileira coloca é a relação entre certos tipos de associativismo e a participação política, principalmente no que diz respeito às organizações religiosas. Estas vão se configurar como agências de mobilização, que atuam promovendo o engajamento. Apenas frequentar um culto ou missa, não se configura como participação política pelos mesmos argumentos descritos no parágrafo anterior. A participação política se efetivará apenas na ação, se o indivíduo, movido por sua fé, se engajar em uma pastoral social ou for motivado a votar em um candidato de sua denominação religiosa.

Por fim, no que diz respeito à tipologia de participação adotada no decorrer deste trabalho, optamos pela definição de Barnes e Kaase (1979). Ainda que a crítica a convencionalização de ações que ocorrem fora da esfera procedimental da democracia, principalmente as ações de protestos tidas como não convencionais, seja relevante, na literatura acadêmica esta tipologia está amplamente consolidada. Assim dividimos a participação política em duas dimensões, tal como proposto por estes autores, considerando a participação convencional como sendo aquela relacionada aos procedimentos institucionais da disputa eleitoral. O ato de votar ou se envolver em campanhas eleitorais podem ser tidos como exemplo de repertórios convencionais de participação política. Por outro lado, a participação não convencional envolve ações que, mesmo objetivando influenciar a divisão de bens públicos, não se relaciona com esta dimensão procedimental da democracia. Assim, consideramos como repertórios não convencionais desde ações de protesto até o envolvimento em ações cívicas desenvolvidas por organizações não governamentais.

Neste estudo consideramos como participação convencional o voto e o envolvimento em atividade de campanha eleitoral. No caso do primeiro, dada a

obrigatoriedade do alistamento eleitoral, tomamos como medida de adesão a este repertório o sentimento de eficácia depositado pelo indivíduo neste instrumento participativo. Já a participação não convencional, são consideradas apenas ações de protesto, a saber, a participação em passeatas e bloqueios de tráfego. Como os objetivos deste trabalho se relacionam com a adesão do jovem a repertórios convencionais e não convencionais de ação política, tomamos estas quatro variáveis representando estas duas categorias.

2.2 SITUAÇÃO E CONDIÇÃO JUVENIL NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Juventude é uma palavra que muitas vezes não carece de uma definição conceitual elaborada, já que quase imediatamente associa-se este conceito a uma etapa do ciclo de vida marcada pela experimentação, liberdade, contestação e por uma série de incertezas acerca do futuro que vão construir os contornos do que é ser jovem. Não existe uma definição clara, em termos etários³, de quando começa ou termina a juventude, apenas que esta se situa logo após a infância e antecede a vida adulta. Desta forma, definir conceitualmente a juventude não é uma tarefa simples e a literatura acadêmica tem procurado fazê-lo ao longo dos anos. Por ser central neste trabalho, é necessário construir uma definição que será adotada, dialogando com diferentes campos do pensamento social a fim de se ter claro o que realmente significa ser jovem.

Ela emerge, enquanto categoria socialmente reconhecida, a partir da modernidade (Abramo, 1994; Souza, 2008) e até então não se tinha uma divisão clara das etapas do ciclo de vida. Na Idade Média esta divisão era inexistente e nem mesmo a infância era reconhecida: quando a criança já adquiria autonomia relativa em relação aos pais, começava a ser incorporada ao mundo adulto, principalmente através dos jogos (Ariès, 1981). A necessidade de se estabelecer diferentes etapas no ciclo de vida surge em sociedades organizadas através de valores universalistas, onde um período de socialização desempenhado fora do seio familiar se torna necessário (Eisenstadt, 1956). Esta segunda socialização deveria servir como complemento a socialização primária adquirida na família. Durante a revolução francesa, esta preocupação foi traduzida na construção de um sistema de ensino que pudesse dar conta de transmitir os valores do novo regime às futuras gerações.

No Brasil se observam três momentos em que esta temática foi abordada. Primeiro através dos estudos sobre o movimento estudantil nos anos setenta e oitenta, onde a noção

³ O Estatuto da Juventude (Lei 12852/2013) define “jovem” os indivíduos entre 15 e 29 anos.

de juventude acabou sendo associada à condição de estudante, abordando o engajamento vivenciado pelos jovens naquele momento. Estes estudos acabaram por “cristalizar uma ‘essência’ da condição juvenil como portadora de utopias e de projetos de transformação” (Abramo, 1994, p. *xiii*), na medida em que associou esta etapa do ciclo de vida a atuação política dos jovens deste período. Aquela geração acabou criando um ideal de juventude engajada e comprometida a transformação social e a democracia. Situação parecida ocorre nos Estados Unidos, onde esta mesma geração frequentemente é tida como referência de engajamento e comprometimento político (Putnam, 2001).

Esta visão passa a ser contestada a partir do segundo momento em que este tema entra em pauta nas ciências sociais nos anos noventa, ressignificando o próprio conceito de juventude que passa a adquirir sentido em si mesmo, associado a símbolos e ao consumo de uma cultura juvenil. Neste momento os estudos sobre juventude tinham como objeto de análise os processos de socialização e apropriações culturais que se situam fora do espaço das Universidades. A condição juvenil estava associada à vivência de um estilo de vida, principalmente em relação ao consumo de bens culturais, que a sociedade atribuía como sendo específico deste período. Assim, ser jovem significava vivenciar aquilo que culturalmente era atribuída a juventude. A importância dos estudos deste período se traduz no reconhecimento da existência da condição juvenil dissociada da condição de estudante e da pluralidade das maneiras de se vivenciar esta etapa da vida.

Por fim, em meados dos anos dois mil, a noção de juventude passa a tomar um novo sentido, sendo caracterizada como sujeitos portadores de direitos. A grande preocupação dos estudos deste período era de legitimar a necessidade de constituir políticas públicas voltadas para este segmento. No interior da produção acadêmica passa-se a reconhecer uma condição juvenil única, mas experimentada de maneira desigual, condicionada pelo contexto ao qual o jovem estava submetido. Criou-se o conceito de condição juvenil, ou aquilo que caracteriza esta etapa do ciclo de vida, e de situação juvenil, ou como cada indivíduo experimenta esta etapa do ciclo de vida.

Os primeiros estudos sobre o tema no Brasil têm origem nos trabalhos pioneiros de Marialice Foracchi. A grande preocupação desta autora era a de entender o papel dos jovens dentro do processo conturbado em que viviam nos anos sessenta. A eclosão de movimentos juvenis contestatórios em boa parte do mundo também aconteceu no Brasil através do movimento estudantil e a produção sociológica neste momento procurou entender este processo. A noção de juventude adotada por Foracchi (1972, 1977) traz

consigo dois conceitos. A visão de que esta etapa do ciclo de vida se constituiria como uma “moratória” (Erikson, 1976), correspondente à interrupção ou adiamento da possibilidade de se viver como adulto e o conceito de “geração”, tal como proposto por Mannheim (1982).

Ser jovem então se resumiria na possibilidade de se adiar ou postergar a condição adulta, marcada pelo fim das restrições em relação à constituição de um núcleo familiar próprio e principalmente pelo desempenho de atividades produtivas. Neste sentido, a oportunidade de se estudar se constituía como a própria condição juvenil, logo, ser jovem significava ser estudante neste contexto (Souza, 2008). Esta preparação para a vida adulta tinha como consequência o surgimento de um processo de crise, marcada pela disfunção do tempo biológico em relação ao tempo social (Foracchi, 1977). O jovem teria alcançado o desenvolvimento físico e psíquico, mas lhe eram negadas as dimensões da vida adulta.

Esta crise se manifestava então nos anseios do movimento estudantil e adquiria dimensões políticas, culturais e econômicas, gerando um conflito geracional. A juventude expressaria as contradições existentes dentro de uma geração, pois abarca as perspectivas e os valores estabelecidos pelos adultos e os contesta de acordo com o modelo de sociedade espelhado pelos jovens de forma não tão definida, obscurecidas pelas angústias da busca por uma identidade e influenciada por experiências novas, aguardando o passar dos anos para que possam ser plenamente vividas (Foracchi, 1972).

Assim, a crise vivenciada pela juventude passa a ser reflexo das crises existentes no interior da própria sociedade (Ianni, 1968; Foracchi, 1977) e o jovem surge como uma categoria social e histórica, dotado de um papel político como agente de transformação social (Foracchi, 1972). Esta visão da condição juvenil acabou por construir uma dicotomia no interior da teoria, que dividia o jovem então em engajado ou alienado. O jovem engajado era o estudante que atuava no interior do movimento estudantil e sobre ele eram depositadas as esperanças de transformação da sociedade. Os comportamentos de cunho alienante, por sua vez, se manifestavam através da delinquência juvenil.

No interior da produção acadêmica da época havia duas definições que designavam as mesmas coortes etárias: o estudante de classe média que tinha a oportunidade de estender a sua moratória até a universidade (Foracchi, 1972) era tido como “jovem”; e o

infrator, que assumia um comportamento desviante e a ele era atribuída à alcunha “menor⁴” (Souza, 2008).

Esta visão conceitual de juventude perdurou na produção das ciências sociais no Brasil até os anos noventa. A partir daí os estudos sobre o tema passam a focar o papel da socialização realizada através de grupos de pares, denominados “tribos” (Abramo, 1994) ou “galeras” (Vianna, 1997). Levado a cabo principalmente por estudos antropológicos, esta produção tinha como perspectiva principal o estudo das diversas subculturas juvenis e o papel desempenhado pela socialização nos grupos de pares. Esta mudança no enfoque dado pelas ciências sociais tem origem na constatação da existência de espaços de socialização e de vivência de uma condição juvenil fora das universidades (Abramo, 1994).

Isto decorre da falta de previsibilidade que a modernidade trouxe para a definição das etapas da vida (Shanahan, 2000). Em termos etários, a transição da juventude para a idade adulta torna-se menos clara. Os processos que caracterizavam esta etapa do ciclo de vida, como a inserção no mercado de trabalho após o término dos estudos ou a constituição de um núcleo familiar próprio tem se alterado ao longo dos anos. Maiores ofertas de ensino têm provocado o alongamento da juventude, ou seja, os jovens tendem a passar mais tempo na casa de seus pais, ou como dependentes destes, até que se sintam seguros o bastante alçar a sua independência própria. Por sua vez, os arranjos familiares tem-se desfeito com maior incidência, o que tem provocado as saídas e retornos à casa dos pais (Idem, 2000).

No contexto brasileiro isto se configura de maneira emblemática. Primeiro porque o déficit educacional ainda se mantém constante. Os esforços no sentido de democratização do acesso ao ensino ainda se mostram insuficiente e o acesso à universidade se mantém mais como um privilégio do que como um direito. Por outro lado, a fragilidade com que os países em desenvolvimento estão suscetíveis durante as crises econômicas levam a juventude a ser a parcela mais afetada pela instabilidade econômica (Branco, 2011).

A crise econômica dos anos setenta acabou por impor a extensão do período de moratória para os jovens brasileiros, uma vez que as condições para alçarem a sua independência se tornaram ainda mais difíceis. O mercado de trabalho passa a não dar conta de incorporar o contingente de indivíduos em idade produtiva de forma plena ao mundo do trabalho e ao mesmo tempo as universidades também não oferecem vagas a

4 Termo jurídico emprestado do código de menores (lei nº 6.697/79) que posteriormente foi substituída pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (lei nº 8.069/90).

todos os jovens. A precariedade laboral e a insuficiência de vagas no ensino superior criaram espaços de socialização e de vivência de uma cultura juvenil, principalmente nas periferias. As universidades então passam a não dar conta de monopolizar a cultura jovem, abrindo novas formas de experimentação da condição juvenil (Abramo, 1994).

É característica deste contexto a existência de espaços de socialização que passaram a permitir a vivência de uma condição juvenil fora das universidades. Destacam-se então estudos que procuraram desvendar como se dava a socialização juvenil nestes espaços, situados principalmente nas periferias das grandes cidades e marcados pela influência da socialização dos grupos de pares. Como exemplo da produção da época podemos citar os estudos sobre o *funk* carioca (Vianna, 1988), o *punk* (Kemp, 1993; Abramo, 1994) nas periferias de São Paulo e o *Hip Hop* (Herschamann, 1997; Sposito, 1994). Os movimentos juvenis abordados neste período não se resumiam às periferias, havendo grupos de jovens de classe média que também se constituíam como “tribos”, como é o caso da cena musical criada em torno do *rock* no Rio de Janeiro (Vianna, 1990) ou os *darks* em São Paulo (Abramo, 1994).

O conceito de juventude então é ressignificado e passa a ser definido a partir da possibilidade de se vivenciar uma cultura jovem. Assim associa-se a condição juvenil ao pertencimento a uma tribo e, conseqüentemente, ao consumo de uma cultura própria – roupas, música, shows – e ao estilo adotado por elas. A juventude passa a ter um sentido em si mesma, através daquilo que a sociedade atribui como sendo culturalmente próprio dela (Abramo, 2005). Sem perspectiva de se inserir no mercado de trabalho ou em uma universidade, os jovens passam a expressar as suas frustrações através da cultura e do consumo. Vale salientar que as utopias que motivaram as gerações anteriores a se engajarem no movimento estudantil perdem seu significado para grande parte da juventude.

Este processo teve dois desdobramentos políticos: primeiro ocasionou o abandono das utopias que motivaram o engajamento das gerações anteriores; e, segundo, possibilitou o reconhecimento da existência de uma pluralidade na condição juvenil, através das diferentes formas de se vivenciá-la. O abandono das utopias levou a alteração da maneira de se fazer política pelos jovens. Assim houve um deslocamento dos projetos de mudanças estruturais para a manifestação de práticas baseadas na vivência cotidiana (Souza, 2008). Já o reconhecimento da diversidade das formas de se vivenciar a condição juvenil

influenciou o discurso dos movimentos sociais, que passam a demandar do Estado políticas públicas para este segmento.

O reconhecimento do jovem enquanto sujeito de direitos aparece primeiramente na aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – que surge como resultado de amplas discussões envolvendo sociedade civil e Estado. Mesmo não contemplando a juventude em sua totalidade, o ECA substitui o termo “menor” da esfera jurídica e passa a legislar sobre um série de direitos e garantias a serem asseguradas às crianças e adolescentes. Neste período o debate sobre a consolidação dos direitos da juventude, para além da adolescência, se apresentava como demandas sentidas, sem força ainda para ser inserido no debate público (Abramo, 2005).

Na academia este debate encontrava dificuldade de avançar devido à própria dificuldade de se definir o que é juventude. Os primeiros trabalhos sobre o tema no Brasil carregavam o peso das críticas feitas por Bourdieu (1983) de que a juventude, enquanto categoria social, não continha em si um significado concreto. Paralelo a isto a diversidade de atores que passavam a debater a temática e colocar demandas de políticas sociais a partir da ótica de sua própria vivência cotidiana evidenciavam o caráter multifacetado que o conceito de juventude carrega consigo. Este entrave passa a ser resolvido em meados de dois mil com as contribuições de Abad (2002) e Sposito (2003) através da distinção entre *condição* e *situação* juvenil.

O conceito de condição juvenil remete ao “modo como uma sociedade constitui e atribui significado a este momento do ciclo de vida, que alcança uma abrangência social maior, referida a uma dimensão histórico geracional” (Abramo, 2005, p. 42). O principal ganho analítico da adoção deste conceito é poder considerar as disfunções – em termos etários – que a ideia de juventude adquiriu ao longo do século passado. Desde o final da segunda guerra observa-se um processo de extensão desta etapa do ciclo de vida, marcada principalmente pela possibilidade de se vivenciar outras instâncias de socialização para além da escola e da família. Este período de moratória deixa de ser identificado como preparação para a vida adulta (Idem, 2005).

Por sua vez a noção de situação remete as diferentes possibilidades de se vivenciar a condição juvenil, dado as diferenças sociais – classe, gênero, etnia – que estão estabelecidas no interior da sociedade. A multiplicidade de processos de socialização, marcadas pelas diferentes inserções nas estruturas sociais pode ser considerada no plano analítico. Esta dicotomia proporciona o reconhecimento de uma condição juvenil única,

mas vivenciada através de diferentes situações. Desta forma, se tornou imperativo nos estudos sobre o tema se referir a *juventudes*, no plural, de modo a considerar a pluralidade de situações juvenis. Desta forma:

a juventude, mesmo que não explicitamente, é reconhecida como uma condição válida, que faz sentido em todos os grupos sociais, embora apoiada sobre situações e significações diferentes (Idem, 2005, p. 44).

Esta condição juvenil também é marcada pela impossibilidade ou restrição de se vivenciar plenamente a condição adulta que, por sua vez, engloba o acesso às dimensões de produção, reprodução e de participação. Destaca-se desta forma, como marco do fim da juventude o acesso a tais dimensões, representada na inserção do jovem no mercado de trabalho e na constituição de um núcleo familiar próprio. Dada a impossibilidade de estabelecer de modo preciso um tempo cronológico para o início e término da juventude este trabalho adota esta perspectiva para a definição de juventude.

Ao assumir a existência de uma condição juvenil associada à restrição das dimensões de produção e reprodução, características do mundo adulto, não se excluem da definição outras condicionantes estruturais existentes no interior da sociedade. Pelo contrário, estruturas de classe, etnia e gênero exercem papel significativo na maneira como tal condição é vivenciada ou não. O conceito de juventude não é determinado pela possibilidade de estender a moratória, mas sim pela negação da condição adulta. O que este entendimento do que significa ser jovem permite é justamente reconhecer a diversidade existente nesta etapa do ciclo de vida, entendendo que a condição juvenil é justamente mediada pela situação na qual se encontra dentro da estrutura social.

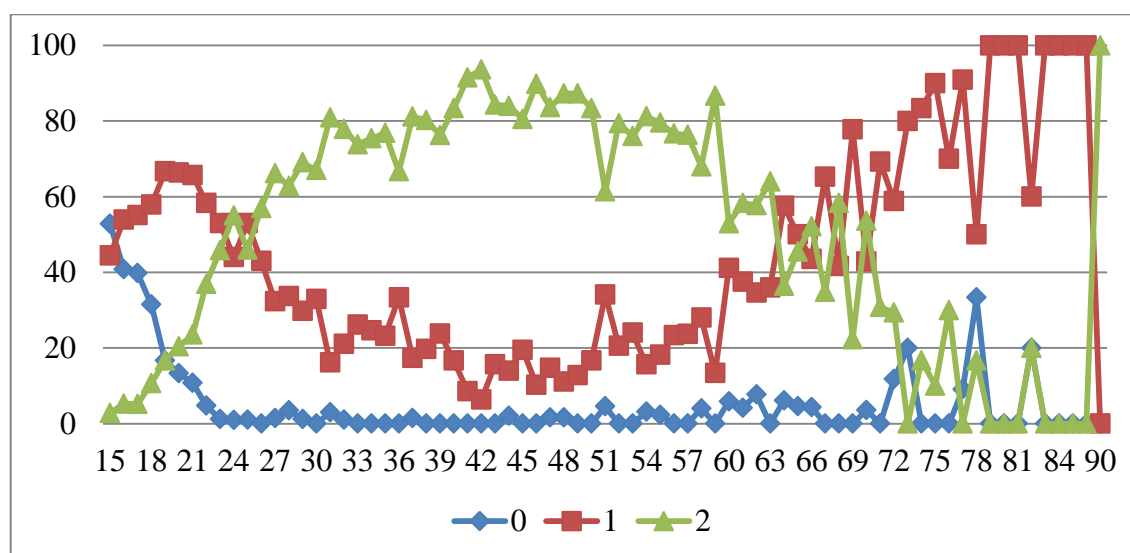
Os estudos que abordam esta temática têm procurado se distanciar de generalizações sobre a condição juvenil. É recorrente nestes trabalhos o lembrete que, ao abordar este tema, usa-se “juventudes”, no plural, como forma de reconhecer esta diversidade existente no interior deste conceito. Ainda que possamos concordar com esta premissa, não cabe no interior dos objetivos deste estudo procurar desvendar os sentidos que as diversas realidades juvenis possam trazer para o fenômeno da participação política. Mesmo que seja de extrema relevância para o nosso campo de estudo os esclarecimentos acerca dos impactos da pluralidade da situação juvenil sobre o ativismo, considerar a pluralidade das realidades que estão submetidos os jovens no contexto brasileiro demandaria um esforço metodológico inatingível pela natureza desta pesquisa.

O que nos interessa saber, como parte dos objetivos propostos neste trabalho, é entender os impactos do que é ser jovem para a participação política. Isto não significa uma generalização simplista de nosso objeto de estudo, uma vez que, por mais que a situação juvenil se apresente da maneira mais variada o possível, a condição juvenil é uma só: a negação da condição adulta. O foco recai sobre os marcadores de transição para esta etapa do ciclo de vida e sua relação com a participação política.

2.3 CARACTERIZAÇÃO DA JUVENTUDE BRASILEIRA

Como evidenciado acima, uma dificuldade que se impõe a este trabalho é definir, em termos etários, o início e o término da juventude. Assumimos então a existência de uma condição juvenil, marcada pela restrição em se vivenciar plenamente a vida adulta, pela transição da família de orientação para a família de procriação e pela entrada no mundo do trabalho, possibilitando vivenciar de forma integral as dimensões de reprodução e produção. Desta forma, pode-se definir como marcos finais desta etapa do ciclo de vida a constituição de uma família (1) e o desempenho de alguma atividade produtiva (2). Estas duas variáveis, estado civil e ocupação, foram elencadas para ajudar a definir a idade de corte para a definição de juventude.

Figura 1- Condição Juvenil x Idade



Fonte: Latinobarometro 1995, 2000 e 2005

De modo empírico, tais variáveis foram operacionalizadas da seguinte maneira: a primeira – estado civil – atribui-se o valor 1 para os solteiros e 0 para os indivíduos casados, separados ou viúvos. Por sua vez, foi definido como valor 1 também as pessoas que desempenham atividades produtivas ou que são responsáveis pelo lar. Estudantes e aposentados, neste caso foram definidos como 0. Isto possibilita a visualização das etapas do ciclo de vida que marcariam tanto o fim da juventude quanto o início da terceira idade, na qual os recursos disponíveis para se efetivar a participação seriam mais escassos (Verba e Nie, 1972). A figura 1 mostra a plotagem descritiva da soma destas duas variáveis.

O valor zero representa os indivíduos que vivenciam plenamente a sua condição juvenil, não assumindo nenhuma atividade produtiva ou estabelecendo família. Já os indivíduos que apresentam valor igual a um, são aqueles que trabalham ou constituíram família, sem identificar quais dos dois atributos se fazem presentes. Por fim, a linha com valor igual a dois representa quem está casado e trabalhando, ou seja, deixou de ser jovem. Pelos dados podemos observar que a linha de valor igual a dois vai ser superior às demais aos 24 anos⁵. Ela apresenta crescimento constante até os 31 anos, onde se estabiliza e volta a cair na faixa dos 60. Por volta dos 64 anos o número de indivíduos que apresenta valor igual a dois passa a ser inferior⁶ àquelas que apresentam um ou zero, marcando o fim da vida adulta e o início da terceira idade.

Tabela 1 Faixas Etária

Faixa Etária	Frequência	Porcentagem
15-24	921	27,1
25-34	797	23,4
35-44	646	19,0
45-54	492	14,5
55-64	294	8,6
65+	254	7,5
Total	3404	100,0

Fonte: Latinobarometro 1995, 2000 e 2005

Partindo dessa análise, a definição de juventude adotada aqui, em termos quantitativos, corresponde à coorte etária de vai dos 15 aos 24 anos, compreendendo então

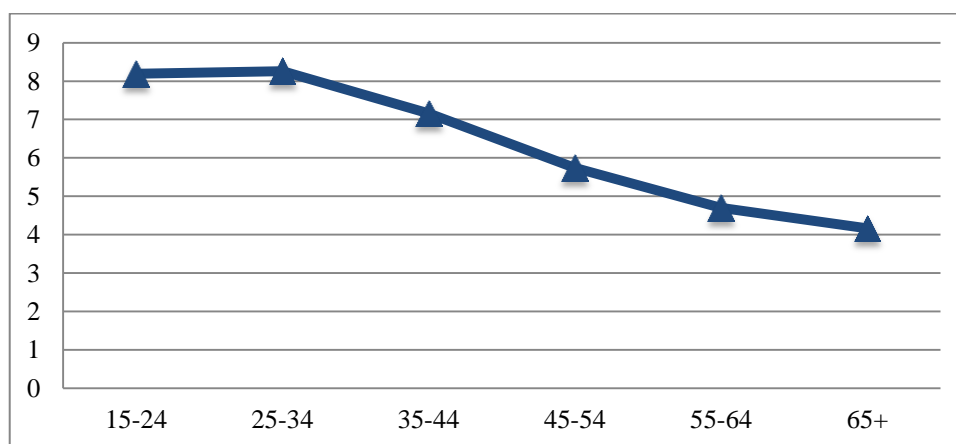
⁵ Valor igual a 55%.

⁶ 33,3%

um recorte de dez anos. Este recorte leva em consideração, como foi descrito acima, as características qualitativas que são utilizadas para a definição de juventude – a restrição social de se vivenciar plenamente as dimensões de reprodução e produção, características da vida adulta. As coortes etárias divididas a cada dez anos foram mantidas para as idades subsequentes, pois coincidem com o término da vida adulta aos 64 anos e por critério de padronização. A tabela 1 mostra as faixas etárias em termos absolutos.

A preocupação em definir, em termos etários, o término da juventude tem intrigado sociólogos e demógrafos nos últimos anos. Os marcadores de transição têm se mostrado imprevisíveis para delimitar esta etapa da vida. Shanahan (2000) aponta ainda três fenômenos que caracterizam a transição para a vida adulta e também serviriam como marcas do término da juventude. Segundo este autor o término dos estudos, a paternidade ou maternidade e o início de uma carreira profissional também são marcadores para se delimitar este momento de transição. Como é sabido, no que diz respeito a esse primeiro fato, o caso brasileiro é marcado pela ausência de oportunidades igualitárias de ofertas educacionais. O período analisado nesta pesquisa – 1995 a 2005 – a despeito das transformações no sistema educacional observadas neste período⁷, apresenta 8 anos de estudos como média para os indivíduos localizados entre 15-24 – Figura 2 – anos e apenas 20% se declara como sendo estudante para esta mesma faixa etária, conforme Figura 3.

Figura 2 – Média de Anos de Estudo



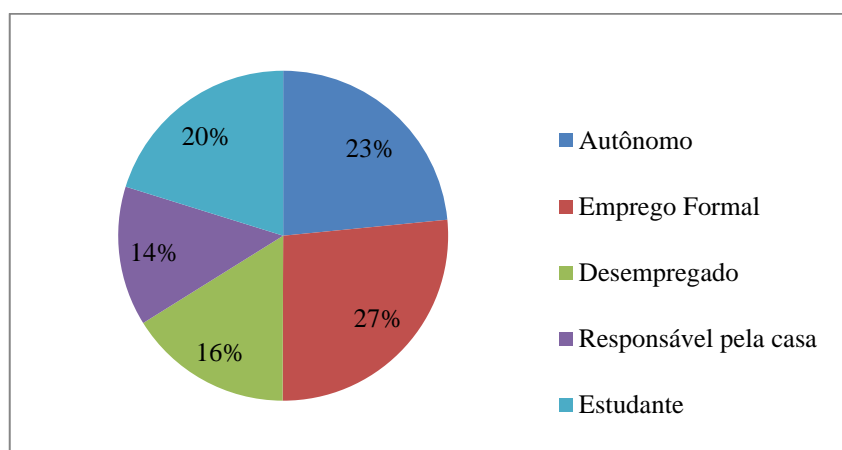
Fonte: Latinobarometro 1995, 2000 e 2005

⁷ Promulgação da nova LDB (Lei 934/96), PROUNI (MPv 2013/04)

A paternidade se apresenta como outro problema para servir como marcador. Dados levantados pela pesquisa Perfil da Juventude Brasileira⁸ realizada em 2003 com jovens entre 15 e 24 anos demonstram que 22% dos entrevistados possuíam um ou mais filhos, sendo que deste percentual menos da metade foi planejada (40%) e mais da metade (56%) dos jovens que tiveram filhos possuíam 18 anos ou menos.

A adoção do início de uma carreira profissional também como um marcador da transição para a vida adulta se mostra problemática no contexto brasileiro. De acordo com a amostra adotada neste trabalho a taxa de empregos autônomos se apresenta na casa dos 33%. Infelizmente o questionário não diferencia trabalhadores informais de profissionais liberais, não possibilitando aferir a natureza deste tipo de trabalho.

Figura 3 - Situação Ocupacional dos Jovens (15-24 anos)



Fonte: Latinobarometro 1995, 2000 e 2005

O próprio Shanahan (2000) reconhece que um dos impactos da modernidade em relação à transição para a vida adulta foi a de torna-la menos previsível,

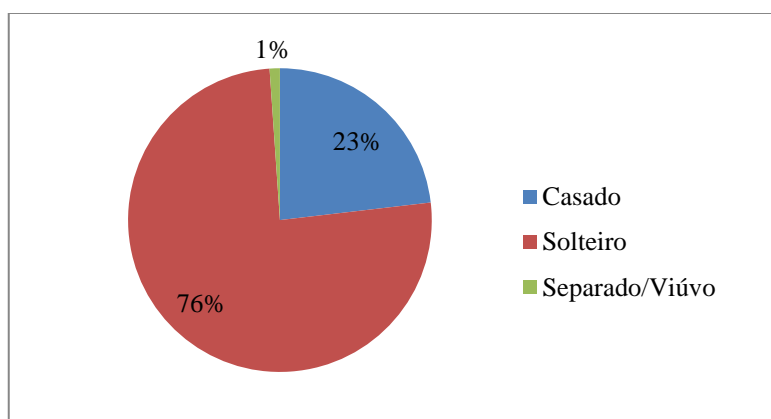
Os primeiros anos do ciclo de vida tem sido repletos de incerteza ao longo da era moderna, embora a evidência sugira que estamos experimentando agora elevados níveis de variabilidade no processo de transição para a idade adulta em muitas sociedades ocidentais [...] A possibilidade de que a transição para a idade adulta tenha se tornado menos previsível e mais precária requer um estudo mais aprofundado a nível tanto da sociedade quanto do individual (Shanahan, 2000, p. 685-686).

⁸ Pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o Instituto Cidadania com uma amostra nacional para jovens entre 15 e 24 anos.

No contexto brasileiro, como evidenciado na Figura 3, a entrada no mercado de trabalho acontece de forma muito precoce. Apenas 20% dos indivíduos entre 15 e 24 anos se mantêm apenas como estudante. Em relação ao estado civil, 76% dos indivíduos desta faixa etária são solteiros, enquanto 24% vivenciam ou já vivenciaram a experiência do casamento.

Como marcador para a vida adulta o casamento representa, pelo menos nesta breve análise descritiva, ser mais preciso para a transição para a vida adulta. Neste contexto menos de 5% dos jovens que experimentam ou já experimentaram uma união estável ainda não adentraram no mercado de trabalho⁹. Desta forma, ao adotarmos uma condição juvenil marcada pelas restrições às dimensões de reprodução e produção, encontramos 23% de indivíduos entre 15 e 24 anos que não vivenciam mais a sua condição juvenil, conforme a figura 5:

Figura 4 - Estado Civil (15-24 anos)

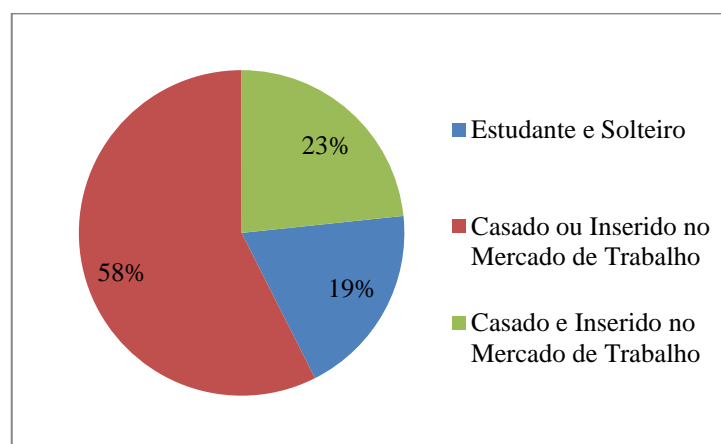


Fonte: Latinobarometro 1995, 2000 e 2005

Comparados com a amostra total, a faixa etária de 15-24 anos é a única em que o número de solteiros supera aqueles que já experimentaram ou mantêm uma relação estável e que apresenta um percentual significativo de indivíduos que ainda não adentraram ao mercado de trabalho, se mantendo como estudantes.

⁹ Equivale a menos de 1% (0,97%) da amostra de jovens entre 15 e 24 anos (n=921).

Figura 5 - Situação Juvenil (15-24 anos)



Fonte: Latinobarometro 1995, 2000 e 2005

Como evidenciado ao longo deste capítulo a definição conceitual de juventude não permite uma divisão clara em coortes etárias por ser a condição juvenil vivida em diferentes situações que, por sua vez, são constituídas e definidas pelas mais variadas estruturas sociais. Mesmo considerando este problema é imperativo no contexto deste trabalho estabelecer uma coorte etária que possa compreender o que venha a ser o “jovem” por conta da metodologia empregada. Assim esperamos ter justificado a escolha da faixa etária de 15 a 24 anos como representativa da juventude.

2.4 JUVENTUDE E AÇÃO POLÍTICA NO BRASIL E NO MUNDO

Os três momentos do enfoque dado aos estudos sobre juventude no Brasil de certa forma tinham como preocupação o envolvimento do jovem na política. Aquilo que foi produzido sobre o tema até os anos noventa partia do envolvimento do jovem com o movimento estudantil e a sua atuação dentro das instâncias de representação acadêmica (Foracchi, 1972, 1977; Ianni, 1968) e do papel do jovem como o agente de transformação social. Mesmo os trabalhos sobre os processos de socialização juvenil que tinham como objetivo estudar a cultura jovem, de certa forma não abandonaram a temática da participação. Segundo Souza (2008), apesar do enfoque dado por Abramo (1994) aos processos de socialização realizados pelos grupos de pares, não houve um abandono da ação política dos jovens de acordo com a perspectiva desta segunda autora. Pelo contrário: a expressão do descontentamento com a realidade social era manifestada pela visão de mundo apocalíptica dos *punks* e *darks*. Por outro lado, os estudos de Sposito (2003), Abad (2002) e de Abramo (2005) trataram de procurar constituir a juventude como sujeito de

direito e, como consequência, o empoderamento desta categoria nos processos de elaboração de políticas públicas.

Desta forma, a juventude e a participação política sempre estiveram interligadas na literatura brasileira. Por sua vez, os estudos sobre o envolvimento na literatura internacional têm tido um enfoque um pouco diferente. Diversos estudos têm apontado para um afastamento do jovem da política (Blais e Rubson, 2013; Putnam, 2001; Carlin, 2011; Wattenberg, 2003) expresso principalmente no baixo comparecimento eleitoral. Segundo Putnam (2001) isto seria decorrência do afastamento daquilo que Tocqueville (2005) apontou como uma dos responsáveis pelo sucesso do sistema democrático na América, o alto grau de associativismo. A resposta de Putnam (2001) a este fenômeno é que os jovens atualmente têm se afastado das ações comunitárias de cunho associativo, o que tem provocado o surgimento de uma juventude apática, alheia a coisa pública e mais individualista.

O diagnóstico elaborado por este autor é contestado por duas correntes teóricas que procuraram buscar respostas distintas para este fenômeno. A primeira delas tem afirmado que isto é resultado de uma mudança de caráter geracional nas prioridades valorativas e partem dos estudos de Inglehart (1990) sobre a síndrome do pós materialismo. Segundo os autores que adotam esta perspectiva de análise, a emergência desses novos valores nas sociedades de economia mais desenvolvida produz um tipo de cidadão mais crítico, no sentido de possuir menos restrições cognitivas e materiais para efetivar a sua participação política, sem depender de instâncias ou agências de mobilização tradicionais da democracia, como os partidos políticos. Esta cidadania crítica tem enfatizado uma política de escolhas, valorizando a democracia como forma de governo e a tolerância e a auto expressão como valores (Inglehart e Catterberg, 2005; Inglehart e Wenzel, 2005; Dalton, 2009).

O reflexo deste fenômeno na atuação política juvenil é notado principalmente na forma como o jovem tem concebido a própria política e procurado efetivar a sua participação. Isto acontece principalmente devido ao descontentamento com a política institucional, os partidos políticos e a instâncias de representação. O modelo de organização vertical e burocrática tem sido substituído por ativismo de caráter mais horizontal, onde há um maior respeito pelas diferenças e pelas escolhas. Assim há uma migração, na perspectiva destes autores, da participação convencional para a participação em repertórios não convencionais. Longe de ser um problema para a democracia, este

fenômeno seria positivo, pois revitalizaria estes sistemas de governo (Inglehart e Wenzel, 2005).

Por outro lado, a segunda corrente que diverge dos achados de Putnam têm procurado explicar as clivagens da participação política através dos desdobramentos inerentes ao ciclo de vida, principalmente no que diz respeito aos períodos de transição entre as fases da vida. Milbrath e Goel (1977) demonstraram que o envolvimento político no decorrer da vida possui um efeito curvilíneo: é relativamente baixo na juventude, cresce e se estabiliza na vida adulta e retrocede novamente durante a transição para a terceira idade. Finlay et. al. (2011) encontraram um efeito redutor no engajamento cívico durante a transição da juventude para a idade adulta.

Alguns autores têm afirmado que os padrões de participação política sofrem a incidência destes dois efeitos – de geração e de ciclo de vida – como determinantes do engajamento, além do momento histórico em que estão inseridos (Blais et. al, 2004; Castillo, 2008; Gallego, 2009; Bhatti e Hansen, 2012). Os efeitos de período também incidem sobre a participação política. Como aponta Shanahan (2000), a modernização tornou mais incertos os processos de transição para a vida adulta. Henn et. al. (2002) têm questionado a incidência de efeitos de geração na medida em que, como aponta Shanahan (2000), o momento histórico em que vivem os jovens hoje é marcado por muito mais incertezas acerca do futuro do que as gerações anteriores. No próximo capítulo são descritos os principais pressupostos destas teorias e as suas respectivas críticas que irão servir de subsídio para as análises posteriores

3. EFEITOS GERACIONAIS E DE CICLO DE VIDA

Feita a exposição dos dois conceitos centrais dessa pesquisa no capítulo anterior, agora nosso objetivo é discorrer sobre as principais teorias que procuraram analisar evolução da participação juvenil ao longo do tempo. Inicialmente apresentamos a perspectiva que aborda este mesmo fenômeno – a alteração dos padrões de participação política da juventude – a partir dos processos vivenciados pelos indivíduos no decorrer da vida, processos esses que podem promover um ambiente que proporciona maior ou menor disposição ao acionamento de determinados repertórios de ação política. Tal vertente questiona pressupostos das teorias clássicas sobre socialização, principalmente em relação à permanência residual de valores originados durante os processos de socialização primária, afirmando que o desempenho de novos papéis sociais geram repertórios de socialização política (Kinder, 2006). Esta perspectiva também considera o envelhecimento como um processo de maturação cognitiva (Flanagan, 2013), o que poderia romper com parte das restrições inerentes a participação.

A segunda perspectiva focaliza a dimensão geracional do fenômeno e procura formular uma explicação baseada nos diferentes processos de socialização que as coortes etárias vivenciaram em sua idade mais suscetível. Destaca-se a teoria do desenvolvimento humano proposta por Ronald Inglehart (1977), que demonstra que a emergência da síndrome do pós-materialismo, percebida principalmente nas gerações mais jovens, tem sido responsável por reordenar as prioridades valorativas. As consequências deste fenômeno poderiam ser observadas também na mudança dos padrões de participação política das gerações mais jovens.

Sendo assim, este capítulo procura realizar uma breve revisão bibliográfica sobre estas duas vertentes teóricas que apresentam explicações distintas sobre o engajamento juvenil. A primeira parte procura fazer uma revisão das teorias que discorrem sobre os processos de socialização, apresentando seus pressupostos clássicos e incorporando as críticas que as teorias elaboradas sobre os ciclos de vida e seus impactos para a ação política. A segunda parte discorre sobre o conceito de geração, tal como formulado por Mannheim (1982), e sobre a teoria do desenvolvimento humano, apresentando suas principais premissas e seus desdobramentos para o estudo do engajamento juvenil na política, considerando também as críticas direcionadas a esta teoria.

3.1 CICLOS DE VIDA

As teorias que procuram explicar o ativismo político levando em consideração o desenvolvimento e as mudanças decorrentes do ciclo de vida têm origem nos estudos sobre socialização política. Tais estudos têm por finalidade entender como se dão os processos de transmissão de valores e da própria cultura política às gerações mais novas (Sears, 1975) ou ainda, como o conjunto de experiências que são vivenciadas pelo indivíduo no decorrer da vida constroem a identidade de si mesmo e a percepção do sistema político com o qual se relaciona num processo de formação-aprendizagem que se estende ao longo da vida, mas que se consolida nas suas primeiras décadas (Oppo, 1998). Assim a grande preocupação deste campo de estudo é tentar entender como as gerações mais novas vão aprender a interagir com o sistema político, a partir da formação de sua identidade em um processo de aprendizagem que se inicia desde a infância e se constrói ao longo do desenvolvimento do ciclo de vida.

Segundo Sapiro (2004), as primeiras justificativas teóricas para a consolidação deste campo de estudo aparece em Almond e Verba (1989) e Easton (1979). Segundo estes autores, os processos de socialização política são fundamentais para a consolidação de uma cultura política necessária para o desenvolvimento de um sistema de caráter democrático (Almond e Verba, 1989) ou para gerar mecanismos de suporte apropriado para as funções de entrada – *input* – de um sistema político (Easton, 1979). Para Sears (1975), a importância destes estudos se assenta no impacto que a permanência de resíduos da socialização primária tem sobre as atitudes e comportamentos dos indivíduos.

A socialização primária corresponde às primeiras décadas de vida do indivíduo, nas quais os valores e crenças que irão orientar as suas atitudes e comportamentos políticos são formados (Oppo, 1998; Inglehart, 1977). Neste período são centrais os papéis desempenhados por instituições mediadoras como a escola, a família ou grupos de pares (Flanagan, 2013; Kinder, 2006). Assume-se então que há uma permanência residual daquilo que foi incorporado de valores, crenças e comportamento neste período e que vão perdurar no decorrer da vida, orientando as atitudes políticas dos indivíduos (Sears, 1977). Aquilo que se aprende durante estes anos é relevante para entender o comportamento político, então é de grande valia entender como se dão os processos de socialização (idem, 1977).

A socialização primária pode ser dividida em três períodos distintos, responsáveis pela incorporação de diferentes valores que irão constituir a identidade política do

indivíduo. Segundo Oppo (1998), tais períodos correspondem à infância, a adolescência e a entrada no mundo adulto. Como já foi salientado acima, certas instituições adquirem papel central no processo de socialização e a primeira mediação que a criança estabelece com o mundo que o cerca é feita através da família (Almond e Powell, 1972).

Nesta etapa de sua socialização política são constituídos os sentimentos que irão definir a identidade de grupo e o sentimento de pertencimento a estes. Valores relativos a ser membro de uma comunidade, pertencer a uma nação e até mesmo a identificação a um grupo político, ainda que manifestada através de um apoio difuso, são incorporados durante a infância (Oppo, 1998). Estes primeiros sentimentos são definidos como teorias leigas acerca da política (Flanagan, 2013) ou essencialistas (Kinder, 2006). Este conjunto de concepções é assimilado pela reprodução do comportamento dos pais e a internalização de alguns de seus valores. Neste momento estas noções essencialistas, ou teorias leigas sobre a política, são uma naturalização das estruturas sociais (Kinder, 2006; Flanagan, 2013) o que significa dizer que a noção que o indivíduo tem neste momento sobre a política é justificada de modo natural (Kinder, 2006).

Destaca-se o estudo clássico de Jennings e Niemi (1968) sobre o processo de transmissão de valores políticos dos pais para os filhos. A identificação partidária, segundo estes autores, já começa na infância onde há uma tendência das crianças em manifestarem as preferências partidárias expressadas por seus pais. As diferenças de gênero em relação à participação política também se originam neste período, apesar de serem reproduzidas em outras etapas do processo de socialização. Segundo Flanagan (2013) existe uma diferença na forma como jovens homens e mulheres enxergam a política que se origina na maneira como os pais transmitem diferentes valores para filhos e filhas. Os pais tendem a enfatizar valores que se relacionam com a ideia de caridade, ajuda aos outros ou que enfatizam as oportunidades sociais quando criam filhas, enquanto enfatizam aspectos da disputa e liderança quando criam filhos (Idem, 2013).

O segundo momento do processo de socialização se inicia com a adolescência. Nesta etapa serão incorporados os valores e crenças que irão compor as justificativas ou questionamentos ideológicos acerca dos sistemas políticos (Oppo, 1998). Neste momento o que irá se formar é o que Easton (1979) vai denominar de apoio difuso às instituições. Este período é tido como crucial no processo de socialização política, pois ele é marcado por um intenso aprendizado acerca das instituições e do sistema político e ao mesmo tempo é o momento em que se consolida qual o papel que a política irá ocupar na vida do indivíduo

(Oppo, 1998). Além da família, a escola e os grupos de pares passam a exercer forte influência na socialização do indivíduo.

Ao estudar os processos de socialização política dos estudantes do Paraná, Nazzari (2005) constatou que tanto a família quanto a escola representam um entrave para a constituição de uma cultura política democrática dos jovens paranaenses, uma vez que estas duas instituições reproduzem atitudes e valores de cunho autoritário e patrimonialista. Flanagan (2013) enfatiza a tensão existente na relação entre os filhos de imigrantes que assimilaram a cultura americana e seus pais, principalmente por conta do convívio com filhos de não imigrantes e a perda das raízes culturais de seus pais. Em relação ao papel da escola, há a consolidação de um subcampo de estudos dentro da socialização política que tratam de verificar o papel dos programas e cursos de educação cívica na escola (Fuks, 2010; Levine, 2011).

A última etapa do processo de socialização política ocorre entre o final da adolescência e início da vida adulta (Oppo, 1998). Segundo esta autora, neste período ocorre a sistematização final do aprendizado político, com um elevado grau de cognição para manifestar suas posições em relação ao sistema político e às lideranças; sempre pautado pelas experiências anteriores que foram vivenciadas durante a infância e adolescência (Idem, 1998). Muitos autores irão afirmar que os valores adquiridos até este momento se consolidarão e dificilmente se modificarão no decorrer da vida, salvo em casos de grandes eventos sociais, como catástrofes ou guerras (Inglehart e Wenzel, 2005; Sears, 1975).

Apesar da emergência de temas novos, o enfoque dos estudos de socialização política ainda continua recaindo sobre o papel da transmissão de valores durante os períodos mais suscetíveis da vida, papel desempenhado de forma central pela escola e pela família (Fuks, 2010; Kinder, 2006). Como aponta Sears (1975), os estudos sobre socialização política assumem que os valores incorporados durante a infância e a adolescência vão permanecer durante a vida, formulando as atitudes e comportamentos durante a fase adulta. Mas há uma grande variedade de estudos que questionam esta visão clássica da socialização política, principalmente no que diz respeito às experiências vivenciadas pelo indivíduo fora do período privilegiado para incorporação de valores.

Segundo Sapiro (2004), as descobertas de Jennings e seus colaboradores foram responsáveis por deslocar a ênfase dos estudos sobre socialização política da infância e adolescência para outros períodos da vida. Jennings (1979) define a política como um

domínio específico que é responsivo às mudanças nas estruturas de oportunidades ocorridas no decorrer da vida. Neste contexto emergem estudos que passam a procurar entender o papel da transição nas diferentes etapas do ciclo de vida e seus impactos na maneira como os indivíduos vivenciam a política.

A permanência de resíduos da socialização primária no comportamento político do indivíduo é colocada em dúvida e autores como Kinder (2006), chegam a afirmar que existe uma meia verdade nesta premissa. Segundo este autor o desempenho de novos papéis no decorrer da vida – de filho para pai, de solteiro para casado, de estudante para trabalhador – vão servir como repositórios de socialização, ou seja, “diante de novas normas e ideias, as pessoas mudam” (Idem, 2006, p. 1906). Não há uma negação completa dos valores e comportamentos adquiridos durante os anos mais suscetíveis, muitos deles permanecem no decorrer da vida, mas o papel que os novos repositórios de socialização desempenham é reforçado.

Desta forma podemos concluir que as diferentes etapas vivenciadas pelos indivíduos no decorrer da vida, por ser a política responsiva a elas, vão impactar na forma como se vivencia este domínio específico, incidindo inclusive sobre o comportamento político. A partir dessa compreensão se constitui uma perspectiva no campo de estudos da socialização política que considera importante para o entendimento do comportamento político as diferentes etapas que são vivenciadas no decorrer do ciclo de vida. Esta perspectiva enfoca marcadores de transição de uma etapa da vida para outra e os impactos que estas mudanças trazem para a política.

Em um dos primeiros estudos que relacionam a idade com a participação política, Milbrath e Goel (1977) identificaram um efeito curvilíneo entre estas duas variáveis. O ativismo aumenta gradativamente com a idade, onde se mostra relativamente baixo na juventude, atinge seu pico na idade adulta e volta a cair na velhice. Os marcadores de transição das etapas do ciclo de vida – o casamento, a entrada no mercado de trabalho, a aposentadoria e a viuvez – desempenham funções que influenciam o ativismo, uma vez que tais mudanças vão alterar as redes de relacionamento do indivíduo, ampliando ou restringendo as mesmas. Por outro lado, o avanço da idade representa também um incremento na experiência participativa, dando maiores condições para se efetivar a mesmas (Flanagan, 2013). As etapas do ciclo de vida vão, neste caso, representar rupturas ou continuidades que terão impacto significativo na forma como os indivíduos se relacionam com a política.

Highton e Wolfinger (2001) vão apontar seis variáveis nos estudos sobre ciclos de vida que são recorrentes para descrever o processo de transição para a vida adulta: o tempo de permanência em um mesmo local de residência, o casamento, a entrada no mercado de trabalho, a posse de uma casa própria, o abandono da casa dos pais e término da escola. Adiciona-se a estas ainda o status parental que, dependendo do período da vida em que ocorre, pode aumentar ou diminuir a incidência de atividades políticas (Oesterle, et. al 2004). O papel da idade como preditora perde sua capacidade explicativa, já que segundo Flanagan (2013), passa a ser relevante apenas como um indicador de desenvolvimento e maturação cognitivos necessários para efetivar a participação.

Tal como descrito no capítulo anterior, este trabalho toma como marco do término da condição juvenil a entrada no mercado de trabalho e a constituição de uma família. Apesar da relevância de outras variáveis que também representam o processo de transição e que podem incidir sobre o ativismo político – como salienta Highton e Wolfinger (2001) – estas duas variáveis representam a possibilidade de vivenciar plenamente a condição adulta, eliminando as restrições em relação às dimensões de produção e reprodução impostas aos jovens. Com observa Abramo (2011) a vivência da condição juvenil não é uniforme na sociedade, variando conforme as estruturas sociais.

O casamento, enquanto marco de transição para a vida adulta, é relevante para o contexto deste trabalho porque a transição que ele representa incide claramente sobre o ativismo político. Segundo Stoker e Jennings (1995):

Seja porque maridos e esposas que se encontram recém-casados compartilham um conjunto comum de recursos, oportunidades e constrangimentos ou por causa do aprendizado e troca que ocorre em novos casamentos, o resultado é uma maior tendência de semelhança na sua participação em relação ao período quando seus casamentos começaram. A transição para o casamento, com os ajustes que ela acarreta, remodela claramente padrões individuais de participação (Stoker e Jennings, 1995, p. 424-425).

Para estes autores a alteração no status marital acarreta mudanças de duas ordens. A primeira se relaciona com o compartilhamento comum de recursos materiais e sociais. O casamento significa a ampliação das redes de relações sociais, na medida em que há o compartilhamento das mesmas pelos parceiros. Por outro lado, este tipo de relação impõe também constrangimentos materiais e outras restrições que passam também a ser vivenciadas pelo casal. A segunda mudança imposta se relaciona com o processo de

aprendizado mútuo. O casamento acaba universalizando os valores e atitudes políticas dos dois envolvidos nesta relação (Idem, 1995).

Os achados de Stoker e Jennings (1995) demonstram um decréscimo da participação total ao longo dos anos vivenciados, que se acentua nas coortes etárias inferiores a 24 anos e superiores a 42 anos. Existe um ajuste na forma como ambos os parceiros efetivam a sua participação no início do casamento, de modo a equalizar os níveis de ativismo de modo que se tornem parecidos. Há uma forte tendência de mediação do ativismo político de acordo com as taxas de participação dos parceiros, principalmente em atividades que exigem esforços coletivos ou recorrem a recursos comuns do casal. Ainda que em termos gerais o casamento represente um aumento nos níveis de participação política, o que os estudos destes autores demonstram é que, imediatamente após a constituição do mesmo, há uma queda na participação política, principalmente entre as faixas etárias citadas.

Por sua vez, a entrada no mercado de trabalho como um processo de transição para a vida adulta representa, em primeira instância, o fim de restrições materiais para se efetivar a participação. Segundo o modelo de voluntarismo cívico proposto por Verba, Scholzman e Brady (1995) a participação possui custos para se efetivar. Estes custos se materializam na disponibilidade de tempo, dinheiro e habilidades cognitivas. A entrada no mercado de trabalho representa menos constrangimentos materiais e o desenvolvimento de habilidades cognitivas também se desenvolve nos locais de trabalho. Para estes autores diversas habilidades necessárias para efetivar a participação política são desenvolvidas no decorrer de toda a vida, principalmente nas atividades coletivas que são desempenhadas pelo indivíduo no trabalho, nas igrejas e organizações. Verba, Scholzman e Brady (1995) vão denominar estes requisitos de habilidades cívicas. Este conjunto de habilidades é desenvolvido em reuniões onde decisões são tomadas, no planejamento de reuniões, ao escrever uma carta ou realizar um discurso ou apresentação, atividades realizadas em espaços não políticos e fora do período correspondente à socialização primária.

O modelo descrito por estes autores (Idem, 1995) considera, além de variáveis socioeconômicas e as habilidades cívicas, a disponibilidade de tempo livre como pré-requisito para se efetivar a participação. Algumas circunstâncias como o trabalho em tempo integral, possuir um companheiro que também trabalha ou filhos, principalmente em idade pré-escolar, reduzem a disponibilidade de tempo e, conseqüentemente, afetam o envolvimento político.

A adoção integral do modelo do voluntariado cívico, tal como proposto por Verba, Scholzman e Brady (1995), se mostra inviável no contexto deste trabalho, todavia, é pertinente por corroborar as teses sobre o ciclo de vida ao afirmar que as atividades desempenhadas pelos indivíduos fora do período da socialização primária e algumas circunstâncias como o casamento e o trabalho são relevantes para entender a participação política, além de dar pistas para explicar algumas diferenças no envolvimento político de jovens e adultos.

Por outro lado, estudos têm apontado a entrada no mercado de trabalho como um dos fatores explicativos para o baixo comparecimento eleitoral. Segundo Strate et. al (1989):

Entre os jovens adultos, as taxas de participação política tendem a ser baixas. Isto é provavelmente devido à primazia de preocupações não políticas como a obtenção de uma educação, encontrar um companheiro, e estabelecer uma carreira (Strate et. al., 1989, p. 443).

Nesta mesma seara caminham as críticas de Henn et. al. (2002) direcionadas ao enfoque geracional e a teoria do desenvolvimento humano. A necessidade de se manter a independência – que passa pela manutenção de um emprego – em um tempo marcado por incertezas acerca do futuro faz com que os jovens não tenham tempo para dispor à política, ainda que o desempenho de uma atividade produtiva em tempo integral aumente as chances da filiação em alguma instituição voluntária, já que este indicador não leva em consideração a participação em reuniões ou o envolvimento em uma atividade específica (Rotolo, 2000).

Tais estudos, mesmo se contradizendo em alguns casos, podem indicar o impacto da entrada no mercado de trabalho como um importante processo de transição para a vida adulta. Representa, assim como o casamento, a aquisição de novos papéis sociais, bem como o compartilhamento de novos repertórios de socialização, alterando a forma como se vivenciar a política. Assim estes processos que representam transições no decorrer do ciclo de vida representam as principais explicações para as diferenças na participação política de jovens e adultos.

3.2 ABORDAGEM GERACIONAL

O enfoque geracional não é novo na sociologia, sendo primeiramente formulado por Comte e Dilthey ainda no século XIX (Feixa e Leccard, 2010), mas é em Mannheim

que se encontra a principal referência na formulação deste conceito. Segundo este autor a realidade social é mediada por diferentes estruturas sociais e a geração se configura como uma delas, exercendo um papel significativo neste processo, tal como a estrutura de classe – a qual Mannheim procura traçar um paralelo, mesmo se configurando como fenômenos socialmente distintos (Viana, 2012). Em termos gerais, podemos definir geração como sendo um grupo de indivíduos, localizados dentro de um período sócio-histórico, que vivenciam um processo de socialização marcado por experiências comuns e, a partir daí, compartilham um mesmo conjunto de significações (Mannheim, 1982). Desta forma, são partes constitutivas do conceito de geração fenômenos biológicos, de tempo cronológico e de localização (Coelho e Santana, 2010).

Compartilhar o mesmo período de socialização primária não se constitui como único fator a definir uma geração. Esta remete apenas uma das categorias construídas pelo autor e que vão constituir o seu conceito final de *localização geracional*, que significa uma co-presença em um mesmo ambiente histórico e cultural (Vianna, 2012). Vivenciar uma localização comum pode criar um nexos concreto entre indivíduos de uma mesma coorte etária quando estes passam a vivenciar os mesmos sintomas sociais e intelectuais da dinâmica social (Coelho e Santana, 2010), adotando um destino comum. Quando isto ocorre, a geração passa a existir como *realidade* (Idem, 2010). Estas duas categorias que compõem o conceito de geração não são suficientes para explicar as clivagens que existem dentro de uma mesma coorte¹⁰ etária. Inseridos em uma mesma localização e vivenciando uma mesma realidade, mas atribuindo significações distintas a estas experiências, emerge uma unidade geracional (Viana, 2012). Isto é, mesmo vivenciando o mesmo processo sócio-histórico, mas mediado por estruturas sociais distintas, podem coexistir dentro de uma mesma *realidade geracional* diversas *unidades geracionais*.

Divergindo da ênfase dada aos processos de transição pelos quais os indivíduos atravessam no decorrer do desenvolvimento do ciclo de vida, alguns autores têm afirmado que a origem das diferenças entre as taxas de participação encontradas entre jovens e adultos decorre de um fenômeno assentado nas diferenças existentes entre as gerações e na própria maneira com que eles enxergam e se relacionam com a política. No centro desta abordagem se encontra a teoria do desenvolvimento humano proposta por Ronald Inglehart (1977). Segundo Inglehart e seus colaboradores, diversas sociedades têm observado o

¹⁰ Mannheim cita como exemplos jovens liberais e conservadores (Coelho e Santana, 2010; Viana, 2012).

surgimento de cidadãos mais críticos, dotados de maiores recursos materiais e cognitivos que possibilitam a eliminação de algumas restrições inerentes as suas escolhas; e portadores de valores relacionados à autoexpressão, enfatizando a democracia, a tolerância, a conscientização dos riscos e o meio ambiente (Inglehart e Catterberg, 2002; Inglehart e Wenzel, 2005).

A tese de Inglehart se assenta na ideia de que o desenvolvimento socioeconômico tem impacto nas prioridades valorativas dos indivíduos. Estas mudanças se processaram em dois momentos distintos: primeiro com a industrialização houve uma mudança cultural que gerou a racionalização e a burocratização; seguida da pós-industrialização que tem enfatizado a autonomia individual e o surgimento de valores de autoexpressão. A primeira foi responsável pela secularização da autoridade, enquanto a segunda tem procurado a emancipação diante dela (Inglehart e Wenzel, 2005). Isto só teria sido possível devido ao sentimento de segurança existencial proporcionado pelo constante desenvolvimento econômico vivenciado por diversas sociedades de economia pós-industrial desde o final da segunda guerra (Inglehart, 1977).

Com a segurança material garantida, os indivíduos podem almejar alcançar metas que antes não eram cogitadas devido ao sentimento de insegurança. Isto é a razão da mudança nas prioridades valorativas e, como consequência, o surgimento de valores pós-materialistas. Este fenômeno acontece porque a relação entre desenvolvimento econômico e qualidade de vida é linear até certo ponto. Atingindo este limiar, o incremento na renda não gera impactos significativos na qualidade de vida, o que leva os indivíduos a adotarem outras estratégias para maximizá-la (Ribeiro, 2010).

Esta mudança não se processa de forma imediata. Segundo Inglehart e Wenzel (2005), devido à permanência dos valores assimilados durante a socialização primária, os valores materialistas ainda se mantêm, mesmo sendo alcançada a segurança material. Desta forma, se um indivíduo for criado em um ambiente marcado pela incerteza em relação a sua sobrevivência física, mesmo atingindo altos patamares de renda quando adulto, os valores incorporados durante a sua juventude ainda permanecerão. Somente a próxima geração poderá apresentar traços de valores pós-materialistas, pois poderão desfrutar do ambiente de estabilidade alcançado pelos seus pais, sem a preocupação com a sobrevivência imediata. Sendo assim,

Tais diferenças intergeracionais são mais reflexos de mudanças socioeconômicas do que efeitos do ciclo de vida, ou seja, não consistem em um processo universal de disseminação de uma cultura global (Cardoso, 2013, p. 3).

Podemos concluir que a mudança geracional, tal como proposta por Inglehart e seus colaboradores, se assenta em duas hipóteses: a primeira é a da escassez, segundo a qual as prioridades valorativas vão refletir as condições materiais; a segunda é a da socialização, que afirma que os valores incorporados pelos indivíduos até a idade adulta permanecem (Idem, 2013). Desta forma a mudança dos valores acontece de forma paralela aos intercâmbios geracionais, em um processo mais ou menos previsível. O desenvolvimento econômico tem provido os cidadãos de maiores recursos materiais e cognitivos, o que elimina os constrangimentos relativos à participação, conseqüentemente, possibilita uma atuação política baseada na autonomia e na escolha pessoal, além de incidir sobre outras esferas da vida, fazendo com que o desenvolvimento humano caminhe em direção a uma sociedade humanística, pautada pela liberdade, autonomia, autoexpressão e tolerância (Inglehart e Wenzel, 2005).

A emergência de valores pós-materialistas e o desenvolvimento humano tem produzido conseqüências para a política. Os possuidores de tais valores têm apresentado uma cidadania mais crítica, ao passo que também têm demandado por maior democracia e transparência governamental. Esta cidadania crítica tem questionado os modelos de organização de caráter burocrático e hierárquico, bem como as lideranças tradicionais. Desta forma ocorre um distanciamento da política convencional, organizada em torno da disputa eleitoral por partidos ou outras instituições representativas verticalizadas; e uma aproximação de uma política pautada por ações não convencionais, mais diretas e horizontalizadas. Existe então uma migração na ação política, antes dirigidas por elites, para um ativismo que as tem questionado e desafiado (Inglehart e Catterberg, 2002; Inglehart e Wenzel, 2005).

Instituições que tem por característica a representação e uma rígida burocracia interna – como os partidos e os sindicatos – tendem a serem substituídas por agências de mobilização mais horizontais, por novos movimentos sociais que atuam em rede e ações mais diretas (Inglehart e Catterberg, 2002; Norris, 2003; Dalton, 2009). Isto é constatado por diversos estudos empíricos que tem demonstrado a queda na participação em ações convencionais, principalmente no baixo comparecimento eleitoral (Putnam, 2001; Wattenberg, 2003; Carlin, 2011). Longe de ser um problema para a manutenção do regime

democrático, aqueles que assumem as proposições de Inglehart, afirmam que o surgimento de cidadãos mais críticos é benéfico para os regimes democráticos, ao afirmar o deslocamento de uma política pautada pela lealdade e dirigida por elites para uma política marcada pelas escolhas, com atitudes que desafiam tais elites (Inglehart e Wenzel, 2005; Inglehart e Catterberg, 2002, Norris, 2003).

Estudos sobre o engajamento jovem têm apontado que existe uma ressignificação do ativismo por parte das gerações mais novas (Inglehart e Catterber, 2002; Norris, 2002), nas quais se observa uma migração da política convencional, relacionada com as instituições tradicionais da democracia, para a política não convencional que privilegia ações diretas situadas fora da arena institucional. O que este conjunto de autores tem apontado é que a tese da apatia juvenil e de seu distanciamento da política não se sustenta, uma vez que, por mais que se constate o desengajamento dos jovens em modalidades convencionais de participação, há um envolvimento maior por parte destes em ações não convencionais. Existe um maior apego das gerações mais velhas pelas ações participativas relacionadas com a política tradicional – voto, partidos e organizações de representação – enquanto as gerações mais novas têm optado participar politicamente em ações de protesto.

Esse fenômeno seria resultado desta cidadania crítica. Os jovens, por pertencerem às gerações mais novas, são mais suscetíveis a orientarem a suas ações pela adoção de valores pós-materialistas; ao mesmo tempo apresentam maiores níveis de escolaridade e disponibilidade de recursos que as gerações anteriores, possuindo então maior capacidade de agir conforme as suas escolhas pessoais, sem a preocupação de pauta-las pela sua necessidade de sobrevivência. Demandam mais liberdades, direitos e tendem a apoiar a democracia enquanto sistema de governo, mas se mantém céticos em relação ao funcionamento das instituições e, por isso, optam por efetivar a sua participação política através de ações não convencionais, por serem mais diretas e poderem expressar melhor a sua individualidade.

Dalton (2009) ao identificar os padrões de ativismo da juventude nos Estados Unidos constata a existência de duas dimensões da cidadania: a primeira estaria relacionada ao respeito às autoridades e a um maior senso de responsabilidade em relação as obrigações do cidadão: votar nas eleições, pagar corretamente os impostos, servir nas forças armadas e obedecer as leis. Ele vai definir este tipo de cidadania como sendo

baseada no dever¹¹. A outra dimensão da cidadania estaria, por sua vez, relacionada com uma maior preocupação com questões sociais, maior envolvimento em grupos de *advocacy* e mais tolerante em relação às diferenças. Esta dimensão da cidadania é definida por este autor como sendo uma cidadania engajada¹².

Ao cruzar estas duas dimensões da cidadania com diferentes coortes etárias e modalidades de participação, Dalton (2009) encontra resultados parecidos com o fenômeno apontado por Inglehart e Wenzel (2005). Os indivíduos que apresentam uma cidadania do tipo engajada vão se identificar mais com repertórios políticos não convencionais, enquanto a cidadania baseada no dever vai dar maior ênfase a participação política convencional. Tal como afirma a teoria do desenvolvimento humano, a dimensão da cidadania baseada na responsabilidade está erodindo entre os mais jovens, dando lugar ao tipo de cidadania engajada. Desta forma,

Ronald Inglehart já descreveu extensivamente como este padrão de mudança nos estilos de ação e objetivos políticos são características comuns na maioria das democracias industriais avançadas. Ele similarmente descreve como os novos valores pós-materialistas estão aumentando a adesão a formas contenciosas e diretas de ação política, ao mesmo tempo em que estão gerando apoio para novas questões sociais e de qualidade de vida... Eu argumento que o público americano esta seguindo um curso similar, moldado pelas normas de cidadania. (Dalton, 2009, p. 116).

O objetivo central deste trabalho de Russel Dalton (2009) é justamente se contrapor a tese da apatia juvenil. Seus dados demonstram que não houve uma queda no ativismo juvenil, mas sim um equívoco na forma como autores como Putnam (2001) têm mensurado o envolvimento em política. Tais autores consideram em seus estudos apenas as dimensões da participação convencional. Ainda que os dados encontrados por Dalton (2009) demonstrem uma queda na dimensão da cidadania baseada no dever entre as gerações mais jovens, há um incremento, nesta mesma coorte etária, da cidadania do tipo engajada. Ele aponta as mesmas consequências encontradas por Inglehart: a geração mais jovem experimentou um período de estabilidade econômica e oportunidades maiores de acesso à educação que seus avós, o que diminui as restrições inerentes a participação (Idem, 2009).

Em seu livro *Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism*, Pippa Norris (2002) persegue os mesmo objetivos propostos nos trabalhos de Dalton (2009), verificando

¹¹ *Citizen Duty* no original (Dalton, 2009, p. 27)

¹² *Engaged Citizenship* no original (Idem, 2009, p. 28)

se a tese da apatia e do desengajamento presente nas novas gerações pode ser comprovada. Os seus resultados vão de encontro aos achados propostos por Inglehart e a teoria do desenvolvimento humano (Inglehart e Wenzel, 2005; Inglehart e Catterberg, 2002). Esta autora vai afirmar que o processo de modernização e os altos níveis de capital humano disponíveis foram responsáveis por ampliar as agências de mobilização, os repertórios de ação política e até os alvos ou objetivos desta ação. Norris (2002) vai concluir que de fato a participação não convencional tem sido recorrente entre as coortes etárias mais jovens, em detrimento da adoção de ações convencionais.

Norris vai creditar parte deste fenômeno à emergência de valores pós-materialistas, já que uma das facetas da cidadania crítica é evidenciada pela recusa ou o questionamento da autoridade. Desta forma, as tradicionais agências de mobilização – partidos, entidades de classe ou de representação – por se fundarem em modelos de organização verticalizados e burocráticos tem sido substituídas por novos movimentos sociais e grupos de interesse, ou *advocacy*, organizados em estruturas mais horizontais e menos rígidas. Tais agências têm priorizado as ações não convencionais de participação, nas quais não só os Efiguram como alvo da ação política, mas também companhias privadas e organizações multilaterais, em um processo que tem ampliado a disponibilidade de repertórios de ação política que podem ser acionados.

Ela conclui da seguinte forma:

Portanto, a comparação sugere que as energias políticas entre a geração mais jovem nas sociedades pós-industriais se diversificaram e passaram a fluir através do ativismo orientado por causa, ao invés de simplesmente declinar em apatia. As evidências deste relatório indicam que múltiplos canais contemporâneos de engajamento cívico, mobilização e expressão surgiram nas sociedades pós-industriais para completar os modos tradicionais. Até que ponto isso representa uma mudança cultural mais ampla da política da lealdade para a política de escolha é uma questão que levanta desafios importantes para o futuro da democracia representativa na Europa (Norris, 2003, p. 17).

Os estudos que tem como perspectiva o enfoque geracional proposto na teoria do desenvolvimento humano tem observado que o fenômeno de desengajamento está relacionado com o processo de transição geracional. Esta geração tem questionado a eficácia dos repertórios tradicionais de participação, optando por um modo de fazer política que respeite as suas posições pessoais e que seja menos burocráticos e mais diretos. Ao mesmo tempo tem ampliado as pautas, deslocando-as da tradicional relação

capital/trabalho e passando a inserir no debate público preocupações relacionadas ao meio ambiente, a tolerância às diferenças, igualdade de gênero e a autoexpressão. As distintas maneiras de jovens e adultos se relacionarem com o mundo político não estariam, portanto, vinculadas as transições inerentes ao desenvolvimento ciclo de vida, mas sim a uma mudança cultural e das prioridades valorativas que estaria afetando principalmente as gerações mais novas devido a sobreposição geracional.

3.3 EFEITOS DE CICLOS DE VIDA, GERAÇÃO E PERÍODO

Um dos méritos do trabalho de Norris (2002) foi o de resgatar o caráter multidimensional da participação. Mesmo destacando a relevância da mudança geracional, ela não nega completamente a incidência dos efeitos gerados pelas transições presentes nos processos dos ciclos de vida. Ela observa os efeitos curvilíneos presentes no acionamento de ações convencionais, tal como Milbrath e Goel (1977) já havia mostrado em seu trabalho. A participação nestes repertórios é baixa durante a juventude, aumenta na fase adulta da vida e diminui novamente na velhice (Norris, 2002). Além de considerar efeitos geracionais e de ciclos de vida, uma terceira ordem de efeito também incide sobre a participação e deve ser considerada para um melhor entendimento deste fenômeno. Eventos históricos de maior importância podem afetar de diferentes maneiras os padrões de ativismo, possibilitando maiores oportunidades ou restrições para a efetivação da participação e são denominados como efeitos de período.

Nas palavras de Norris (2003),

[...] efeitos de período podem ser atribuídos a um importante evento histórico em particular que teve um impacto decisivo sobre todos os cidadãos de uma sociedade em um ponto específico no tempo, exemplificada pela experiência da Grande Depressão na década de 1920 e 1930, o fim da II Guerra Mundial, o 1960 protestos estudantis, ou a transição dramática para a democracia na Europa pós-comunista (Norris, 2003, p. 9).

Este tipo de abordagem nas ciências sociais é antigo. A preocupação de separar estatisticamente efeitos de geração, ciclos de vida e período sempre se mostrou complicada, uma vez que todos estes efeitos estão correlacionados¹³. Nos anos 70, Glenn (1976) se preocupava em separar metodologicamente este três efeitos. Esta metodologia

¹³ O capítulo seguinte apresenta uma descrição detalhada de como serão construídos os modelos e a tentativa de isolar cada um destes efeitos.

ficou conhecida como Age, Period and Cohort effects (APC) e procurava integrar em uma mesma análise os efeitos de período, geração e ciclos de vida. Durante algum tempo foi desconsiderada, sendo retomada em diversos estudos recentes sobre participação política (Norris, 2002; Blais et. al., 2004; Castillo, 2008; Bhatti e Hansen, 2012). Uma crítica contundente a abordagem geracional se manifesta justamente porque os efeitos de período são ignorados.

Henn et. al. (2002) vão identificar efeitos de período que vão afetar a transição da juventude para a vida adulta. Diferente das gerações anteriores, a geração atual tem vivenciado períodos de incerteza em relação ao seu futuro devido aos reordenamentos econômicos feitos a partir da crise nos anos sessenta. Soma-se ainda a este fenômeno o enfraquecimento das relações familiares e comunitárias e a perda da capacidade de expressão dos partidos de massa. Assim,

[...] tomadas em conjunto, estes processos e mudanças podem indicar uma evidência de um efeito de período, na medida em que são sociais e, portanto, são experimentados universalmente através das gerações. No entanto, devido à posição dos jovens na sociedade, eles experimentam estas mudanças um pouco diferente das gerações mais velhas. Isso pode ajudar a explicar as diferenças entre gerações em termos de engajamento político e de orientação que têm sido observados nos últimos anos em muitos estudos quantitativos da ciência política. (Henn, et. al., 2002, p. 172).

Tal efeito de período poderia provocar uma individualização e ruptura social, na medida em que as incertezas inerentes aos jovens que vivenciam este período levam a uma preocupação maior em relação ao seu futuro imediato, provocando o desengajamento político, ou seja, “[...] dado que a vida dos jovens é caracterizada pelas necessidades de curto prazo, pode ser que eles não tenham tempo para a política” (Henn, et. al., 2002, p. 171). Estas diferenças geracionais, apesar de existentes, não estariam relacionadas então a emergência de cidadãos críticos e ao processo de desenvolvimento humano, mas sim as condições de vida que a juventude atualmente vivencia no seu processo de socialização. A crítica destes autores nos força justamente a ampliar o escopo do estudo e considerar modelos que possam integrar efeitos de período, uma vez podem aumentar a capacidade analítica dos modelos estatísticos. A metodologia deste trabalho procura considerar as três ordens de efeito – efeitos de ciclo de vida, geração e período – e será apresentada no próximo capítulo em maiores detalhes.

4. METODOLOGIA

Para verificar empiricamente os efeitos dos fatores geracionais e dos relacionados aos ciclos de vida sobre o ativismo juvenil, o primeiro problema que se apresenta é a necessidade da análise ser realizada sob uma perspectiva comparada através de uma série histórica e nem sempre as bases de dados e estudos disponíveis apresentam variáveis relacionadas à participação que se repetem ano a ano. Isto justifica a escolha do intervalo de tempo selecionado – 1995 a 2005 – e traz uma implicação que deve ser ponderada. É recorrente nos estudos sobre o tema que o intervalo entre uma geração e outra corresponda a quinze anos (Castillo, 2008), um período maior do que este trabalho aborda. Há então a necessidade de se relativizar os efeitos geracionais apresentados, uma vez que o intervalo de dez anos que este estudo abrange pode não apresentar tempo suficiente para se configurar uma mudança geracional que possibilite uma percepção mais nítida destes efeitos.

Mesmo diante do problema apresentado, a hipótese a ser verificada é a de que há mudanças geracionais significativas a serem percebidas, uma vez que o período analisado é marcado pela estabilidade econômica, a consolidação da democracia e a expansão da oferta de ensino, gerando um ambiente mais propício para a consolidação de valores pós-materialistas e o surgimento de cidadãos mais críticos. Para verificar a hipótese apresentada são utilizados dados coletados nos anos de 1995, 2000 e 2005 provenientes do projeto Latinobarômetro e referentes ao Brasil.

De acordo com as notas técnicas de cada ano, em 1995 foram entrevistadas 1080 pessoas, em 2000 foram realizadas 1000 entrevistas e em 2005 foram realizados 1204 questionários. As respostas obtidas pelas entrevistas destes três períodos foram agrupadas em uma única base de dados, que é utilizada em todos os modelos estatísticos construídos neste trabalho. A análise estatística leva em consideração as respostas de todos os anos.

Existem duas dificuldades adicionais ao se estudar a participação política da juventude e as motivações do seu engajamento. A primeira diz respeito à linha tênue que separa os efeitos originários das diferentes etapas vividas no decorrer do ciclo de vida daqueles efeitos que têm origem nas clivagens existentes em processos de socialização realizados em períodos distintos (Henn et. al., 2002). Aliada a essa dificuldade soma-se ainda a possibilidade de haver efeitos relacionados ao período em que os dados foram coletados (Idem, 2002). Alguns eventos podem gerar um sentimento de maior ou menor satisfação com o sistema político, ou motivar o acionamento de determinados tipos de

repertórios. Desta forma, como aponta Norris (2003) existe três ordens de efeitos que vão incidir sobre a participação política: efeitos de ciclos de vida, efeitos de geração e efeitos de período.

4.1 MODELOS APC

A metodologia empregada neste estudo é uma tentativa de construir um modelo capaz de levar em consideração três ordens de efeito que incidem sobre a participação política: as transições inerentes ao ciclo de vida e as implicações que trazem para a esfera política; as variações existentes entre gerações, no sentido que Mannheim (1982) postula acerca desta como uma estrutura social; e os efeitos de período, que representam acontecimentos relacionados às condições históricas distintas que são vivenciadas por diferentes gerações.

O primeiro diz respeito às diferentes etapas e papéis desempenhados pelo indivíduo no decorrer da vida (Kinder, 2006). Alguns acontecimentos, como a entrada no mundo do trabalho ou a constituição de uma família, vão servir como repositórios de socialização (Idem, 2006), alterando a disponibilidade de recursos materiais e cognitivos para se efetuar a participação, bem como as motivações subjetivas. Como mostram os estudos clássicos sobre cultura política (Almond e Verba, 1989; Almond e Powel, 1972; Verba, Scholzman e Brady, 1995), a efetivação da participação está intimamente associada com a educação. Segundo Flanagan (2013) a idade também impactaria neste sentido, servindo como proxy para o amadurecimento e desenvolvimento cognitivo individual.

Por sua vez os efeitos de período estariam relacionados a eventos de maior ou menor comoção e que teriam potencial para mobilizar os indivíduos a participarem e desenvolverem ações políticas. No Brasil, a instauração da ditadura em 1964 mobilizou os estudantes a tomarem as ruas, da mesma forma que a promulgação do AI-5 em 1968 desarticulou as agências de mobilização responsáveis pelos protestos. Na mesma seara, o impeachment de Fernando Collor ou as eleições presidenciais de 2002 geraram efeitos de período capazes de alterar os padrões de participação política.

Os efeitos de geração levam em consideração a permanência residual da socialização ocorrida nas primeiras duas décadas de vida (Inglehart, 1977; Dahl, 1997) e tem como premissa que estas clivagens constituiriam gerações originadas em decorrência do momento em que vivenciaram o seu processo de socialização. Segundo Mannheim (1982) este processo provoca diferenças na maneira com que cada geração lida com os

acontecimentos. Um mesmo evento pode ter significações distintas para cada geração (Idem, 1982). A teoria do desenvolvimento humano formulada por Inglehart (1977) postula que a mudança geracional em direção à adoção de valores pós-materialistas ocorre de maneira gradual e mais ou menos previsível por conta da permanência destes valores originados durante o processo de socialização primária, por conta disto os efeitos da síndrome do pós-materialismo seria mais evidente nas coortes etárias mais jovens.

Como já mencionamos na introdução desse capítulo metodológico, esse tipo de abordagem é conhecida como APC e representa uma tentativa mais robusta de analisar um determinado fenômeno, no caso deste trabalho, o ativismo juvenil, levando em consideração um conjunto de teorias que têm se mostrado relevantes para o entendimento deste fenômeno (O'Brien, 2000). Estudos convencionais têm desconsiderado este tipo de abordagem ao elencar apenas um destes fatores como determinante de uma causa ou efeito. Por exemplo, os estudos de Putnam (2001) e Inglehart e Catterberg (2002) atribuem às diferenças geracionais a responsabilidade pela alteração nos padrões de comportamento político dos indivíduos. Da mesma forma, os estudos que têm focalizado apenas as transições do ciclo de vida (Higton e Wolfinger, 2000) não levam em consideração outras ordens de efeito.

O tipo de análise que adotamos, por sua vez, permite ter um entendimento mais completo das condicionantes que incidem sobre a participação política, uma vez que considera as diversas dimensões que compõem este fenômeno. Logo, se mostra vantajoso pela sua capacidade de discernir as três ordens de efeito que são abordadas neste trabalho. Em síntese, com esse procedimento será possível verificar se existem diferenças na participação que podem ser explicadas pelo conceito de ciclo de vida e geração, além de verificar se, no caso brasileiro, a participação juvenil variou durante os anos abrangidos por este estudo. Adoção desta metodologia se mostra mais vantajosa, ainda que apresente limitações em alguns pontos.

Se considerarmos apenas as variáveis que representem estas três ordens de efeito, apesar de conseguir mensurar as diferenças na participação no decorrer da idade, no período analisado e entre gerações socializadas em momentos históricos distintos, restará uma lacuna. Este modelo, ao ser empregado desta forma, não permite determinar quais as razões destas diferenças, apenas constatar que elas existem, o que exige a adoção de modelos adicionais. No escopo deste estudo, que tem por objetivo entender a participação juvenil no contexto brasileiro, um segundo modelo será adotado com o objetivo de

complementar os resultados obtidos a partir dos modelos APC, focalizando a condição juvenil como transição para a vida adulta.

A segunda limitação que este tipo de metodologia traz reside em como separar cada um destes efeitos, uma vez que eles apresentam um problema de multicolinearidade (Glenn, 1976). Tal fenômeno ocorre em modelos de regressão onde as variáveis independentes apresentam uma forte correlação entre si (Miloca e Conejo, 2013), pois em um modelo APC a relação entre as variáveis independentes pode ser expressa por *idade = geração – período* (Glenn, 1976). Este tipo de problema foi responsável, pelo menos em partes, por tirar de foco este tipo de abordagem nas ciências sociais nos últimos anos, sendo retomada mais recentemente nos estudos sobre participação (Norris, 2002, 2003; Blais et. al., 2004; Wass, 2007; Van Ingen, 2008; Gallego, 2009; Castillo, 2008).

O'Brien (2000) soluciona o problema da multicolinearidade propondo a adoção de características específicas de um destes efeitos como forma de representa-lo dentro do modelo, eliminando assim a relação que possa existir entre as variáveis independentes. Isto significa substituir uma das variáveis, como a geração, por uma característica que possa representa-la e implica em definir precisamente o que difere as gerações. A grande dificuldade em adotar esta solução é justamente fazer esta definição e adotá-la de maneira uniforme, como se todo um conjunto de efeitos assumisse a mesma característica. No caso específico das gerações, Mannheim (1982) aponta a existência de unidades geracionais, ou seja, diferenças existentes em uma mesma geração, dado a atribuição de significações distintas a um mesmo fenômeno histórico que a definiria¹⁴. A adoção da solução proposta por O'Brien (2000) se torna inviável, dada a natureza exploratória deste trabalho.

4.2 DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS E DO MODELO ANALÍTICO APC

A metodologia adotada por Castillo (2008), aqui empregada com algumas adaptações, procura levar em consideração estas três ordens de efeitos em um único modelo de análise. Para cada variável dependente existem três conjuntos de variáveis que possibilitam a captação dos efeitos de ciclo de vida, período e de geração.

Para a análise são utilizados modelos de regressão logística ou binária. Esta técnica permite calcular as razões de possibilidade – *odd ratios* – de um determinado fenômeno ocorrer (Field, 2009). Trata-se, portanto, de modelos semelhante aos de regressão linear, mas com o diferencial de permitir a utilização de variáveis categóricas como dependentes.

¹⁴ O capítulo 2 traz a discussão sobre unidades geracionais.

Desta forma, as variáveis dependentes utilizadas neste estudo foram transformadas em dicotômicas e as razões de possibilidade expressam as chances de cada variável independente causar o acionamento de determinado repertório.

Três conjuntos de variáveis foram elencados para serem verificados os efeitos relacionados com o ciclo de vida ou geração. O primeiro bloco analisa as variáveis relacionadas à disposição em demonstrar atenção por assuntos relacionados à política, expressa pelas variáveis “interesse em política” e “frequência com que se discute política com os amigos”. Ambas foram representadas por uma escala de quatro pontos¹⁵. Pela necessidade da utilização de variáveis dicotômicas nos modelos de regressão logística elas foram transformadas em “interessado” e “não interessado”; e “Conversa sobre política” e “não conversa sobre política” a partir dos valores medianos.

No segundo bloco são apresentados os modelos que expressam a participação convencional. O debate internacional gira em torno da possível apatia juvenil em relação à política, tendo como principais indicadores o comparecimento eleitoral e o envolvimento em agências tradicionais de mobilização política, principalmente os partidos políticos. No caso do Brasil, o voto não é facultativo, mas foi elencado como *proxy*¹⁶ para a adesão a esta modalidade de participação o sentimento de eficácia do voto. Nos anos de 1995 e 2005 foi perguntado aos entrevistados se eles acreditavam que o voto é um instrumento que pode transformar as coisas, podendo responder “sim” e “não”. Já em 2000 a mesma pergunta foi feita através de uma afirmação e foi coletada a concordância com ela através de uma escala de cinco pontos. Para o ano de 2000 foram considerados os dois últimos valores da escala como indivíduos que valorizam o voto como forma de participação.

A segunda variável deste bloco é representada pela frequência da realização de trabalho para um partido ou candidato. Assim como as variáveis do primeiro bloco de análise, esta foi respondida por meio de uma escala. Novamente se considera como participação os valores a partir da média. Na realidade brasileira, o desempenho da função de cabo eleitoral em campanhas muitas vezes é remunerado, o que excluiria a possibilidade de se considerar esta ação como sendo política. Tomar esta premissa como verdadeira excluiria algumas disposições subjetivas como a escolha em desempenhar esta atividade temporária em decorrência de um emprego fixo ou a predisposição em optar trabalhar para

¹⁵ “muito interessado”, “interessado”, “pouco interessado” e “nenhum interesse”; “muito frequente”, “frequente”, “pouco frequente” e “nada frequente”.

¹⁶ Medida de equivalência que serve como aproximação e representação de outra medida.

um candidato em detrimento de outro. Por conta disto, optamos pela manutenção desta ação como sendo um repertório de ação política.

No último bloco de análise são apresentados os modelos referentes à participação não convencional. Para representar este tipo de repertório são utilizadas as variáveis que questionaram os entrevistados sobre a participação em passeatas e bloqueios de tráfego. Todas elas foram transformadas em binárias tomando como referência a participação, já que esta questão apresenta nos três inquéritos três possíveis respostas – participou, poderia participar e não participaria. Apenas a participação efetiva é aqui considerada.

Todos estes três blocos de análise contam inicialmente com as mesmas variáveis independentes que procuram mensurar os impactos dos efeitos de ciclo de vida, período e geração. Novamente se apresenta a dificuldade relativa à mensuração do impacto de cada um dos efeitos sobre as trajetórias da participação da juventude brasileira. São utilizados três conjuntos de variáveis para cada variável dependente, representando as três ordens de efeitos que incidem sobre a participação juvenil e tendo como categoria de referência o ano de 1995 e a primeira faixa etária, 15-24 anos. Os modelos estatísticos apresentam então a variação em relação a estas categorias.

O primeiro conjunto de variáveis independentes mede os impactos relacionados aos efeitos de período. No modelo eles são representados pelo momento em que os dados foram coletados, ou seja, o ano em que foram realizados os inquéritos. Assim, procura-se verificar se, no momento da coleta dos dados, algum acontecimento de grande repercussão poderia provocar efeitos que incidiriam sobre a participação política, motivando maior ou menor engajamento. Estas variáveis são inseridas nos modelos estatísticos como “pertencer ou não pertencer ao ano descrito”, tendo como referência a primeira coleta de dados realizada em 1995. Logo, os efeitos de período, caso se mostrem significativos, se referem às variações em relação a este ano.

Os efeitos de ciclos de vida por sua vez são mensurados pelo impacto provocado pelo pertencimento a uma determinada coorte etária em relação ao acionamento de determinado repertório de participação. Foram inseridas cinco faixas etárias nos modelos que captariam as variações de se pertencer a uma delas em relação à categoria de referência, 15-24 anos. A análise dos efeitos de ciclo de vida incide sobre todos os anos de pesquisa, sendo diferenciadas apenas pelas coortes etárias.

Desta forma,

[...] a probabilidade de uma pessoa tomar parte numa determinada ação política é uma função da influência do momento de tempo em que a medição é feita – efeito do período – mais o efeito de pertencer a uma determinada faixa etária – efeito do ciclo de vida – além do efeito de fazer parte de um grupo de idade em um determinado ponto no tempo – efeito geracional – (Castillo, 2008, p. 76).

O problema da multicolinearidade neste caso é resolvido no decorrer da análise, já que os efeitos de geração são captados pelos resquícios de análise produzidos pelos efeitos de período e de ciclo de vida. Descontados tais efeitos, podem-se captar os efeitos geracionais. Para isso se assume que pertencer a uma determinada coorte etária, inserida em um momento específico, poderia produzir diferenças que as distinções geracionais apresentariam em relação às categorias de referência. Nos modelos estatísticos os efeitos de geração são resultados da soma da faixa etária mais o ano de pesquisa, tendo como referência a coorte que compreende entre 15 e 24 anos do ano de 1995.

4.3 MODELO ANALÍTICO DOS IMPACTOS DA TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA

Este segundo conjunto de testes tem como objetivo complementar as análises desenvolvidas nos primeiros modelos. Como já foi dito acima, a metodologia adotada não permite determinar a origem das causas dos efeitos, apenas a ocorrência destes. Torna-se imperativo a adoção de um segundo bloco de análises que possa sanar esta deficiência metodológica e possibilite um entendimento mais amplo daquilo que nos propomos a estudar. Dada a natureza do objeto de estudo, a participação política da juventude brasileira, as análises deste modelo têm como objetivo verificar se a condição juvenil está associada a uma maior ou menor frequência no ativismo político.

A adoção deste segundo modelo não irá preencher todas as lacunas necessárias para um maior esclarecimento do fenômeno da participação juvenil. Devido à natureza dos dados de que dispomos, o intervalo de tempo que este estudo analisa, de 1995 a 2005 corresponde a dez anos, tempo insuficiente para se processar uma mudança geracional (Castillo, 2008). Desta forma, caso os efeitos geracionais sejam encontrados durante a primeira análise não será possível determinar a origem deles nem se estariam relacionados com a emergência de valores pós-materialistas, tal como observado por Inglehart e seus colaboradores.

O foco então recai sobre a análise da condição juvenil. Este conceito diz respeito ao que define ser jovem, uma vez que apenas a faixa etária se torna insuficiente para determinar esta categoria. Esta condição pode ser definida como o não acesso a etapa adulta da vida, marcada pelas dimensões de produção e reprodução (Abramo, 2005). Foram elencadas as mesmas variáveis que foram utilizadas para definir a coorte etária juvenil, ocupação e estado civil. A variável ocupação apresenta sete alternativas¹⁷ de respostas que foram codificadas em uma única variável binária, elegendo a ocupação “estudante” como categoria de referência e atribuindo valor um para esta opção e zero para todas as demais. Ela representa uma dimensão da vida adulta, uma vez que estar inserido no mercado de trabalho não significa o término da condição jovem se não estiver vinculada a possibilidade de vivenciar todas as dimensões do que significa ser um adulto.

Isto irá ocorrer apenas se somado à possibilidade de constituir um núcleo familiar próprio, ou seja, vivenciar a dimensão de reprodução. Para mensurar esta característica foi utilizada a questão sobre o estado civil do entrevistado. Novamente esta variável foi transformada em binária, assumindo os solteiros como categoria de referência em decorrência dos casados, separados e viúvos, os quais foram todos atribuídos um valor igual à zero. Desta forma, a condição juvenil corresponderia não apenas a possibilidade de não se inserir no mercado de trabalho, mas também não assumir a constituição de um núcleo familiar próprio. Estas duas variáveis em conjunto representariam o início da vida adulta (Abramo, 2005; Abad, 2002; Sposito, 2003).

Serão utilizados neste segundo modelo os mesmos dados que irão ser empregados no primeiro conjunto de análises. A principal justificativa da utilização das três bases de dados é a de que tais variáveis representam os principais marcadores da transição para a vida adulta e nos interessa verificar seu impacto independente dos efeitos de período ou de geração no ativismo juvenil, ou seja, o objetivo deste modelo é justamente saber o que ser jovem representa em relação à participação política. Assumimos então a premissa neste segundo conjunto de análises que a existência de efeitos de ciclo de vida ocorre independente do período ou de mudanças geracionais.

¹⁷ “Autônomo”, “Assalariado no setor público”, “assalariado no setor privado”, “desempregado”, “Aposentado ou pensionista”, “Responsável pela casa” e “Estudante”.

5. TRAJETÓRIAS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DO JOVEM BRASILEIRO

Aqui são exibidos os resultados e as análises dos dados utilizados neste estudo, obedecendo a mesma ordem descrita na sessão anterior: primeiro serão analisadas os testes referentes ao interesse e frequência de conversa sobre política, seguido das análises envolvendo repertórios de participação convencional e, por último, testes sobre a participação não convencional. A fim de eliminar relações espúrias¹⁸ serão inseridas em cada modelo as variáveis educação (medida em anos de estudo) e gênero.

Acreditamos que esses dois conjuntos de modelos analíticos possam fornecer um quadro mais preciso acerca do fenômeno da participação juvenil. Desta forma, esperamos com os resultados lançar luz sobre alguns pontos do fenômeno do ativismo do jovem brasileiro, principalmente quanto aos seus aspectos relacionados aos efeitos geracionais e dos ciclos de vida. Os achados dos estudos sobre a relação entre a idade e as etapas da vida com a participação política são interessantes (Milbrath e Goel, 1977; Jennings, 1979; Verba, Brady e Schlozman, 1995; Rotolo, 2000), assim como as pesquisas sobre geração e participação (Putnam, 2001; Inglehart e Wenzel, 2005; Dalton, 2009). Resta saber agora, se tomados em conjunto estas duas explicações podem fornecer um panorama maior sobre este fenômeno.

Este capítulo se encontra dividido em três partes: a primeira apresenta os resultados e análises do modelo que leva em consideração as três ordens de efeitos que incidem sobre o fenômeno da participação; logo em seguida são analisados os modelos que discorrem sobre os efeitos dos marcadores de transição da juventude para a vida adulta e seus impactos sobre o ativismo; por fim são tomados os resultados dos dois modelos e analisados em conjunto para compor um panorama geral dos efeitos relacionados ao fenômeno da participação do jovem brasileiro.

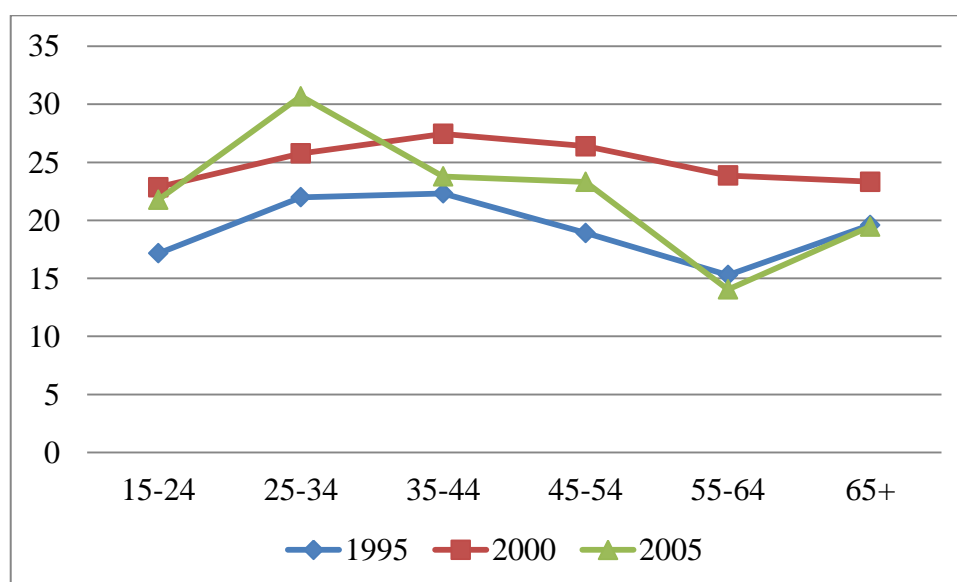
5.1 EFEITOS DE CICLO DE VIDA E GERAÇÃO SOBRE O ATIVISMO JUVENIL

As análises aqui descritas obedecem à metodologia descrita no capítulo anterior: são apresentados neste bloco os resultados referentes ao interesse por política e a frequência de conversa sobre política. A ordem em que os dados são apresentados se repete para os demais blocos deste conjunto: primeiro são plotadas as informações descritivas referente as variáveis de cada bloco, seguida das análises estatísticas.

¹⁸ Relações que são estatisticamente significantes, mas não possuem uma relação causal comprovada (Lakatos e Marconi, 2010).

Os estudos precedentes sobre o interesse em política demonstram a existência de um efeito curvilíneo em relação idade (Milbrath e Goel, 1977), desta forma, esperava-se que esta variável apresentaria valores baixos na primeira coorte etária, crescendo de forma constante até as coortes intermediárias, voltando a cair até chegar a valores próximos entre a primeira e a última coorte. Tal efeito é observado apenas para o ano de 2000, mas com pouca variação entre as faixas etárias. Efeito parecido se observa em relação a 1995, mas o decréscimo acontece mais cedo e há um acréscimo para os indivíduos que possuem 65 ou mais anos de vida.

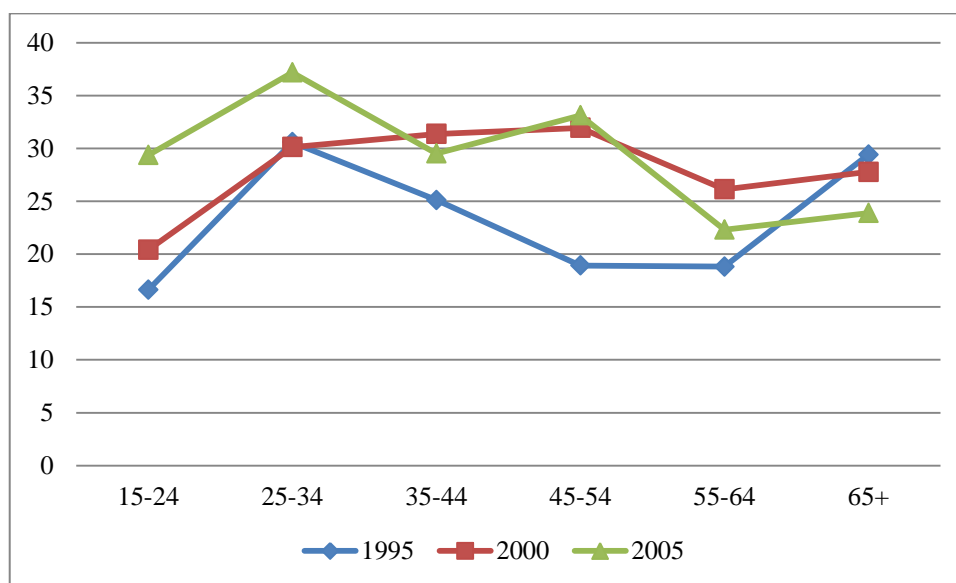
Figura 6 - Interesse em Política



Fonte: Latinobarometro 1995, 2000 e 2005

Por sua vez, o ano de 2005 apresenta comportamento diferente em relação aos outros anos. Não se observa a existência de um efeito curvilíneo, mas o interesse por política começa baixo na primeira coorte etária – 15-24 anos – e atinge seu ápice entre 25 e 34 e anos, quando passa a cair de forma constante até a faixa etária que engloba os indivíduos que possuem entre 55 e 64 anos, subindo novamente na última coorte etária para valores próximos à primeira. Apesar de visíveis na plotagem descritivas, os dados pouco variam em relação às coortes etárias e entre os anos, não apresentando efeitos de período, geração ou ciclo de vida relevantes estatisticamente, como demonstra a Tabela 2.

Figura 7 - Conversa sobre Política



Fonte: Latinobarometro 1995, 2000 e 2005

Outro efeito esperado, mas que não foi encontrado, em relação ao interesse por política, seria um aumento no ano de 2005, por conta dos processos políticos que ocorrerem neste período. Neste ano estourou o escândalo do “mensalão”, com ampla cobertura midiática (Miguel e Coutinho, 2007), mas os dados revelam que esse evento não se traduziu em maior ou menor interesse por política. Por outro lado, a incidência de conversas sobre este tema aumentou relativamente no inquérito realizado neste ano, o que sugere que, apesar de não ter gerado maior interesse, motivou mais debates sobre política.

No mais, a incidência de conversas obedece de forma parecida à lógica observada no interesse. A diferença aqui se mostra nos anos de 2005, onde há uma frequência maior, e em 1995, onde o efeito curvilíneo é menos evidente. Nestes dois casos se observa que a maior incidência de conversas sobre política acontece entre 25 e 34 anos, passando a cair de forma constante até a coorte etária entre 55 e 64 anos, apresentando ligeiro aumento para os indivíduos com 65 anos ou mais. Este aumento na última coorte etária não condiz com os estudos clássicos que demonstram o desapego dos mais velhos pela política (Milbrath e Goel, 1977), que segundo Verba e Nie (1972) estaria relacionado com o baixo status socioeconômico.

Tabela 2 Interesse e Conversa sobre Política

	Interesse em Política		Conversa sobre política	
	Sig	Exp (B)	Sig	Exp(B)
a1995	-	-	-	-
a2000	,081	1,431	,233	1,286
a2005	,130	1,345	,000	2,086
15-24	-	-	-	-
25-34	,118	1,361	,000	2,210
35-44	,125	1,388	,013	1,682
45-54	,608	1,127	,501	1,170
55-64	,679	,872	,626	1,163
65+	,666	1,178	,029	2,090
25-34_a2000	,606	,860	,338	,761
35-44_a2000	,786	,920	,848	1,060
45-54_a2000	,832	1,074	,181	1,564
55-64_a2000	,662	1,213	,687	1,186
65+_a2000	,775	,872	,452	,718
25-34_a2005	,572	1,168	,089	,644
35-44_a2005	,475	,808	,072	,598
45-54_a2005	,924	,969	,955	1,018
55-64_a2005	,373	,673	,192	,594
65+_a2005	,515	,737	,016	,361
Constant	,000	,207	,000	,199

Fonte: Latinobarometro 1995, 2000 e 2005

A tabela acima não apresenta valores significativos que possam demonstrar a variação do interesse em política ao longo dos anos, o que implica afirmar a inexistência de nenhum dos efeitos para esta variável. Todavia, em relação à frequência de conversa sobre política observamos o efeito oposto, já que existem efeitos de período, de ciclo de vida e de geração. Em relação ao primeiro, observa-se que no ano de 2005 há pouco mais que o dobro de chances (108%) de se conversar sobre política, em relação à 1995. Como já foi mencionado acima, neste ano vieram à tona as denúncias do “mensalão”. Esta temática esteve presente em um quarto dos editoriais publicados entre maio e dezembro nos três jornais de maior circulação no país (Miguel e Coutinho, 2007), o que demonstra a grande penetração deste tema na esfera pública.

Em relação aos efeitos de ciclo de vida, os dados corroboram o gráfico. As coortes etárias de 25 a 34, 35 a 44 e 65 ou mais anos apresentam maiores chances de conversarem sobre política do que os mais jovens. Como foi dito acima, estes resultados confirmam o

descompasso com os achados anteriores (Milbrath e Goel, 1977; Verba e Nie, 1972). Os indivíduos entre 25 e 34 e com mais de 65 anos apresentam quase duas vezes – 120% e 109%, respectivamente – mais chances de discutir política. Já quem pertence à coorte etária que compreende de 35 a 44 anos possuem chance 68 % maior do que os mais jovens.

A escolaridade, consagrada em muitos estudos como uma forte preditora do envolvimento em política (Almond e Verba, 1989; Almond e Powel, 1972; Verba, Scholzman e Brady, 1995), não explica esta diferença já que as faixas etárias entre 15 e 44 anos apresentam a mesma média de anos de estudo – 8, 8 e 7 anos – e a média entre a coorte correspondente a 65 ou mais anos de vida é a metade – 4 anos – se comparada com a primeira coorte etária. Isto sugere a existência de eventos significativos no decorrer do ciclo de vida que possam impactar na explicação da variação da frequência de conversa sobre política.

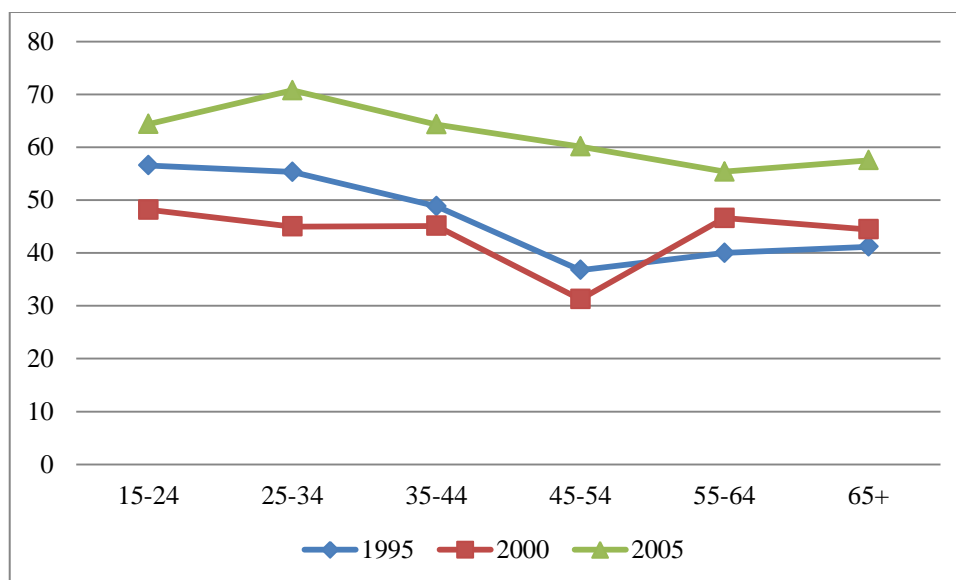
O interesse em política, no período analisado, não apresenta diferenças estatisticamente relevantes, não sofrendo efeitos de período, ciclo de vida ou geração ao longo do tempo. Podemos concluir que este resultado refuta parcialmente a tese de que a juventude estaria se eximindo dos processos políticos por ser uma geração mais apática e menos interessada nos assuntos comunitários, como afirmam muitos estudos sobre a participação em meados dos anos 2000 (Putnam, 2001; Wattenberg, 2003; Carlin, 2011), já que não existem diferenças significativas que justifiquem a existência de um menor interesse em política por parte dos mais jovens. Eles são tão interessados (ou desinteressados) por esse tema quanto às coortes etárias mais velhas.

Já os efeitos geracionais são observados para a coorte etária que possuía 65 anos ou mais no ano de 2005. Os efeitos de ciclos de vida nesta coorte etária são positivos, assim como os efeitos de período para este ano. Quando observamos os indivíduos que pertencem a esta faixa etária e vivenciaram os acontecimentos deste período observamos um efeito redutor de 64% em relação às categorias de referência. Isto indica que os acontecimentos que ocorreram em 2005 tiveram um significado diferente para estes indivíduos.

A análise dos dados sobre participação convencional demonstram alguns resultados que, novamente, divergem das teorias que tratam do tema. Sobre o sentimento de eficácia do voto esperava-se um distanciamento e um menor apego das gerações mais jovem a este instrumento de participação. Mesmo possuindo diagnósticos diferentes sobre o impacto deste fenômeno, Putnam (2001) e Inglehart e Wenzel (2005) concordam que há uma maior

tendência dos mais velhos se envolverem em repertórios convencionais de participação. O que pode se observar no gráfico abaixo é justamente o oposto.

Figura 8 - Eficácia do Voto

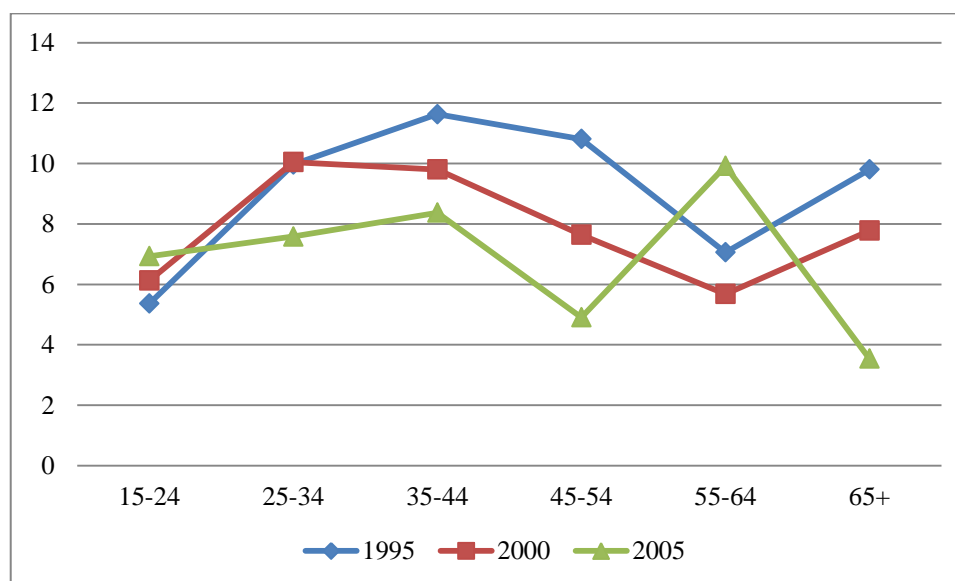


Fonte: Latinobarometro 1995, 2000 e 2005

Este gráfico indica maior crença dos jovens no voto como instrumento de transformação social. Ele começa bem próximo do ápice na primeira coorte etária e decresce conforme a idade avança, voltando a subir nas últimas faixas etárias. Nos anos de 1995 e 2000 as linhas são muito próximas, o que indica um efeito de ciclo de vida. Este mesmo efeito pode ser observado em 2005 de forma menos nítida, mas adiciona-se aí um efeito de período também. O que podemos concluir sobre o sentimento de eficácia do voto ao observar este gráfico é que há, durante o decorrer da vida, uma desilusão na sua capacidade de promover mudanças sociais.

Mesmo tendo maior apego ao voto do que os mais velhos, as gerações mais novas se envolvem menos em atividades de campanha eleitoral. Para esta modalidade de participação temos um efeito curvilíneo mais claro, como observado com o interesse por política. Aqui novamente o maior envolvimento em campanhas eleitorais ocorre entre as coortes etárias intermediárias, com o ápice da curva ocorrendo entre os 35 e 44 anos. O ano de 2005 aparenta um menor envolvimento neste tipo de atividade e mais assimétrico se comparado com 1995 e 2000, o que indicaria a presença de um efeito de período.

Figura 9 - Participação em Atividades de Campanha



Fonte: Latinobarometro 1995, 2000 e 2005

Aqui o gráfico se mostra discrepante com estudos anteriores, pois esperava-se que o envolvimento em atividades de campanha eleitoral da primeira e da última coorte etária fosse parecido. Frustrando tal expectativa, podemos observar que são os indivíduos entre 55 e 64 anos que apresentam um envolvimento neste tipo de repertório próximo aos jovens, enquanto a faixa etária mais velha tem acionado com maior frequência esta modalidade de participação. Este aumento pode estar relacionado com o próprio sentido que a velhice, enquanto etapa que encerra o ciclo de vida, tem adquirido nos últimos anos.

Tal fenômeno está associado principalmente à universalização da previdência social nos anos setenta. Se antes a velhice era marcada principalmente pela precariedade social, a aposentadoria possibilitou uma condição de vida mais digna. Segundo Debert (1997),

A universalização das aposentadorias e da pensão na velhice garantiria aos mais velhos direitos sociais dos quais é excluída a população em outras faixas etárias, sobretudo os jovens (Debert, 1997, p. 3).

Soma-se a isso o movimento de aposentados e pensionistas no início dos anos noventa, que reivindicavam a correção das aposentadorias e pensões; e que tiraram a questão da velhice do âmbito familiar e colocaram em pauta no debate público (Simões, 1994). Estes fatores possibilitaram demandas por políticas públicas para este setor, como a execução do Plano Nacional do Idoso em 1999 e a recente aprovação do Estatuto do

Idoso¹⁹. Diferente do contexto marcado pela insegurança e perda do status socioeconômico observado por Verba e Nie (1972), a condição do idoso hoje se mostra aberta a maiores possibilidades e permanência de vínculos sociais. Com maior tempo livre e com restrições materiais menores se comparados aos jovens, o idoso hoje pode se dedicar a atividades de seu interesse pessoal, inclusive à política.

Tabela 3 Participação Convencional

	Eficácia do Voto		Atividade de Campanha	
	Sig	Exp (B)	Sig	Exp(B)
a1995	-	-	-	-
a2000	,041	,713	,689	1,151
a2005	,040	1,386	,397	1,314
15-24	-	-	-	-
25-34	,749	,951	,027	1,954
35-44	,071	,733	,007	2,322
45-54	,000	,446	,021	2,139
55-64	,006	,512	,543	1,341
65+	,040	,537	,214	1,918
25-34_a2000	,749	,925	,773	,876
35-44_a2000	,464	1,206	,484	,718
45-54_a2000	,749	1,096	,322	,593
55-64_a2000	,082	1,834	,604	,689
65+_a2000	,229	1,602	,577	,674
25-34_a2005	,149	1,409	,193	,564
35-44_a2005	,219	1,362	,160	,528
45-54_a2005	,021	1,871	,037	,324
55-64_a2005	,370	1,343	,873	1,103
65+_a2005	,377	1,396	,076	,257
Constant	,011	1,302	,000	,057

Fonte: Latinobarometro 1995, 2000 e 2005

O efeito de ciclo de vida se verifica nos testes estatísticos em relação ao sentimento de eficácia do voto. As chances de considerarem o voto como uma ação que pode provocar mudanças são reduzidas pela metade para quem tem 45 ou mais anos de vida – -55%, -49% e -46%, respectivamente – corroborando o efeito de desencanto com o voto no decorrer da vida. Norris (2011) tem observado o fenômeno oposto nos países europeus.

¹⁹ Lei 10.741/2003.

Segundo esta autora está ocorrendo o que ela define por déficit democrático, que seria a diferença entre a satisfação em relação ao desempenho da democracia e o apoio a esta forma de governo. Isto estaria relacionado à emergência de cidadãos críticos com um maior entendimento e demanda por democracia. Por possuírem altas expectativas em relação à democracia como forma de governo, mas por estarem descontentes com o desempenho dos mesmos, principalmente em relação a sua capacidade de atender a suas demandas, os indivíduos manifestaram esse *gap* (Idem, 2011). Este fenômeno seria mais fácil de ser observado nas gerações mais novas, por também estar relacionado à síndrome do pós-materialismo (Inglehart e Wenzel, 2005).

Observam-se também dois efeitos de período. O primeiro ocorreria no ano 2000. Os indivíduos que foram entrevistados neste ano possuem um redutor de pouco mais de um quarto – 28% – na atitude positiva em relação ao voto. Já os entrevistados em 2005 tem um terço de chance a mais – 38% – em relação a este sentimento. Se o incidente do “mensalão” é a causa para o aumento da conversa política em 2005, ele não afetou o sentimento de eficácia do voto.

O sentimento de eficácia não está relacionado com o envolvimento em atividades de campanha. Este tipo de repertório é melhor explicado pelo modelo do voluntariado cívico desenvolvido por Verba, Scholzman e Brady (1995), segundo o qual o ativismo seria produto da disponibilidade de recursos materiais e cognitivos. Segundo estes autores o envolvimento político depende de tempo, dinheiro e habilidades cívicas. Como bem salientam, tais recursos não seriam adquiridos de forma precoce no decorrer da vida, mas desenvolvidos nos locais de trabalho, organizações religiosas ou cívicas (Idem, 1995). Os resultados dos testes apontam um efeito curvilíneo claro, evidenciando um efeito de ciclo de vida.

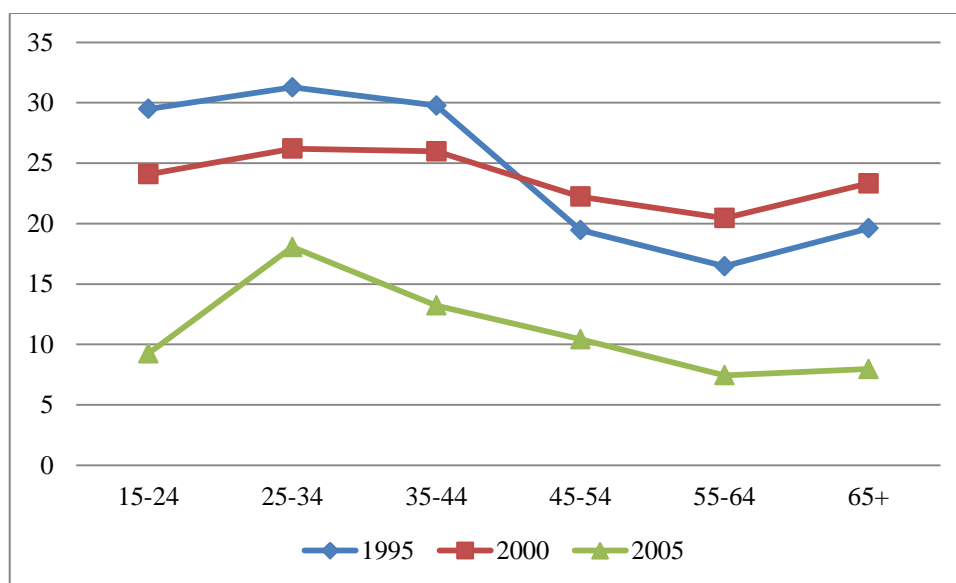
Os indivíduos que pertencem à segunda coorte etária – 25 a 34 anos – possuem o dobro de chances de se envolverem em atividades de campanha eleitoral – 95% a mais – do que aqueles que pertencem à categoria de referência. Na terceira coorte as chances aumentam para 132% e se estabilizam na quarta, onde as chances do envolvimento neste tipo de repertório são em torno de 114% maiores na comparação com os jovens. Os indivíduos que possuem mais que 55 anos – que engloba a quinta e a sexta coorte – não apresentam diferenças significativas em relação aos mais jovens.

De forma contraditória os indivíduos que possuem entre 45 e 54 anos possuem um redutor de 0,5 vez nas chances de terem o voto como um instrumento capaz de efetuar

mudanças, mas também possuem o dobro de chances de se envolver em campanhas se comparados a categoria de referência. Tal diferença mostra os impactos dos custos necessários para se efetivar a participação, no que propõem Verba, Scholzman e Brady (1995).

Esta contradição passa a ser observada de forma oposta, quando são considerados os resultados desta mesma coorte etária em 2005, o que pode sugerir um efeito geracional. Os indivíduos que possuem entre 45 e 54 anos entrevistados em 2005 apresentam um incremento de 87% no sentimento de eficácia do voto, quando esta coorte etária apresenta um redutor de -55%. Ao mesmo tempo estes indivíduos entrevistados em 2005 possuem -55% de chances de se envolverem em atividade de campanha eleitoral, enquanto a sua coorte etária possui 113% de chances a mais de acionar esse repertório.

Figura 10 - Participação em passeatas



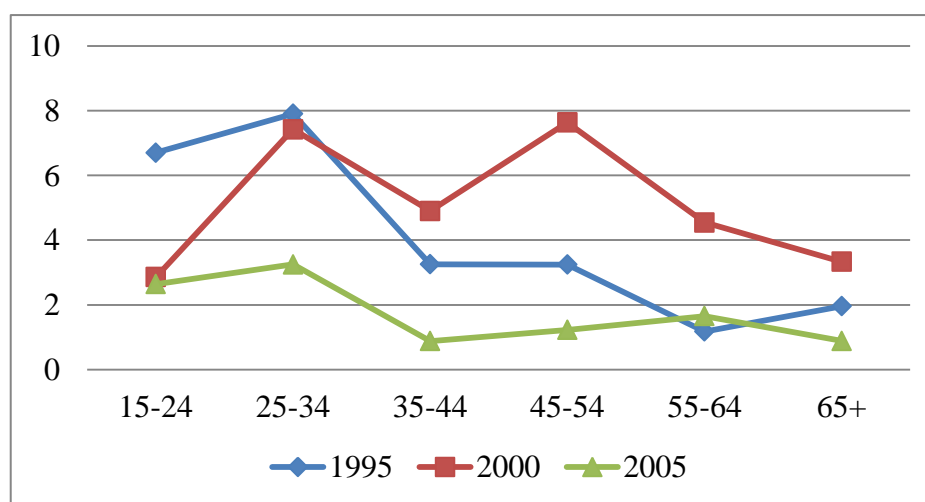
Fonte: Latinobarometro 1995, 2000 e 2005

A análise dos repertórios não convencionais de participação política apresentam dados interessantes. A figura 10 mostra a plotagem descritiva dos dados referentes à participação em passeatas. Como se observa, o acionamento deste repertório obedece a um padrão estável em 1995 e 2000, mas mostra uma queda drástica no ano de 2005, evidenciando um forte efeito de período para este ano. As taxas de acionamento deste repertório são mais ou menos estáveis entre as coortes etárias que estão localizadas entre 15 e 44 anos, o que sugere que este tipo de ação seja mais inclusivo aos jovens.

Estes dados evidenciam que a crise institucional instaurada ao longo de 2005 não motivou passeatas, mas seria leviano dizer que ela promoveu o afastamento ou o descontentamento em relação à política. Os dados já apresentados sobre a participação convencional e o envolvimento em política não foram impactados por estes acontecimentos. O interesse em política se manteve estável ao longo dos dez anos analisados e apenas se observa um aumento na frequência de conversa sobre política, dado que este assunto foi recorrente na mídia como observa Miguel e Coutinho (2007). A participação convencional também não se mostra influenciada por estes fatos, pelo contrário há um incremento no sentimento de eficácia do voto em 2005 e não existem diferenças significativas em relação ao envolvimento em campanhas eleitorais.

O gráfico abaixo mostra a participação em bloqueios de tráfego e o mesmo efeito redutor aparece em 2005. Aqui novamente os dados apresentam um padrão mais ou menos estável em relação ao acionamento deste tipo de repertório em 1995 e 2005, descontados os efeitos de período para este último, com uma maior prevalência de participação nas coortes mais jovens. Apenas no ano 2000 as taxas de participação nesta modalidade vão ser distribuídas ao longo dos ciclos de vida, notadamente entre as coortes intermediárias.

Figura 11 - Participação em Bloqueios de Tráfego



Fonte: Latinobarometro 1995, 2000 e 2005

Os resultados da análise estatística – ver tabela abaixo – corroboram os gráficos. O efeito de período para a participação não convencional em 2005 aparece nas duas modalidades analisadas. Este ano apresenta um efeito redutor de -75% em relação à

participação em passeatas e de -62% para a participação em bloqueios de tráfego, apesar deste último também apresentar um efeito de período negativo de 59% em 2000. Norris (2011) afirma que uma das consequências do déficit democrático estaria relacionada com a maior incidência no acionamento de repertórios não convencionais. Os dados analisados demonstram que não houve aumento, pelo contrário, há uma redução na participação de ações políticas desta natureza.

Tabela 4 Participação não Convencional

	Passeatas		Bloqueios de Tráfego	
	Sig	Exp (B)	Sig	Exp(B)
a1995	-	-	-	-
a2000	,141	,758	,040	,409
a2005	,000	,243	,019	,377
15-24	-	-	-	-
25-34	,620	1,088	,554	1,195
35-44	,944	1,013	,082	,468
45-54	,012	,578	,100	,467
55-64	,017	,471	,080	,166
65+	,146	,583	,215	,278
25-34_a2000	,917	1,029	,132	2,282
35-44_a2000	,760	1,092	,047	3,741
45-54_a2000	,180	1,559	,008	6,027
55-64_a2000	,214	1,720	,060	9,770
65+_a2000	,290	1,645	,249	4,211
25-34_a2005	,024	1,989	,950	1,037
35-44_a2005	,247	1,476	,694	,700
45-54_a2005	,080	1,980	,984	,982
55-64_a2005	,310	1,674	,310	3,740
65+_a2005	,490	1,457	,910	1,183
Constant	,000	,418	,000	,072

Fonte: Latinobarometro 1995, 2000 e 2005

Este efeito pode estar relacionado com o que alguns autores têm considerado como pluralização da representação política (Lüchmann, 2007; Lavale et. al., 2006), com a emergência de novos canais institucionais situados fora da arena eleitoral que têm proporcionado à incorporação de demandas de atores que, historicamente, não possuem acesso à representação formal. Tais espaços permitem maior participação da população nos

assuntos públicos, expressos principalmente nas experiências de orçamento participativo e de conselhos gestores de políticas públicas. Apesar de previstos na constituição promulgada em 1988, estas experiências passaram a ocorrer em maior número durante a última década.

A implementação dessas reformas institucionais surge como demanda dos novos movimentos sociais que eclodiram nos anos 70 a partir da experiência e organização da vida cotidiana (Lavalle e Vera, 2011). O novo sindicalismo ou movimentos por direitos de minorias emergem como protagonistas daquilo que Norris (2003) vai denominar de agências de mobilização. Para além das pautas específicas de cada uma destas agências, a demanda comum de todas elas se traduzia, também, na institucionalização de espaços deliberativos que pudessem incorporar os segmentos da sociedade que não dispunham de recursos para efetivar sua participação na arena eleitoral.

O atendimento deste tipo de demanda serviu como atenuante das tensões sociais que são decorrentes do processo de sub-representação de minorias no sistema eleitoral. Ao institucionalizar espaços de cogestão de políticas públicas, onde a participação destes atores sofreriam menores constrangimentos relativos à disponibilidade de recursos para ser efetivada, abriu-se a possibilidade de se encaminhar as demandas originadas das discussões realizadas pelas agências de mobilização – ou pelos novos movimentos sociais – sem a necessidade de se recorrer a ações de protesto. Estes canais permitiriam maior diálogo entre o Estado e as parcelas da sociedade civil excluídas do modelo de representação formal.

Observa-se também a incidência de efeitos de ciclo de vidas na participação de passeatas. Para as coortes etárias situadas entre 45 e 64 anos temos um efeito redutor de quase 50% – 42% para os indivíduos que possuem entre 45 e 54 anos e de 52% para aqueles que têm 55 a 64 anos – nas chances de acionar este tipo de repertório. Há um maior apego a esta modalidade de participação pelas gerações mais novas, só que não se observa o abandono das coortes intermediárias. Os indivíduos que possuem entre 15 e 44 anos acionam este tipo de repertório com quase a mesma frequência.

Tais repertórios também sofrem a influência de efeitos geracionais. Apesar da redução decorrente do efeito de período descrito acima no ano de 2005, a coorte etária de 25 a 34 anos entrevistada neste ano tem o dobro de chances de participar de passeatas. Contestando a teoria, as coortes etárias situadas entre 35 e 54 anos entrevistadas no ano de 2000 têm até cinco vezes mais chances de participar de bloqueios de tráfego – 274% e

502%, respectivamente. Segundo Inglehart e seus colaboradores (Inglehart e Catterberg, 2002; Inglehart e Wenzel, 2005) a participação não convencional seria fenômeno observado principalmente nas gerações mais novas.

Este primeiro conjunto de análises procurou verificar a incidência de efeitos de ciclo de vida, período e geração sobre o fenômeno do ativismo. Tal como esperado, a participação é um fenômeno em que essas três ordens de efeitos estão presentes, como afirmam Norris (2003) e Castillo (2008). Os resultados demonstrados acima são interessantes, pois permitem aproximações e distanciamentos com estudos sobre a participação. O primeiro achado curioso dos testes demonstra que o interesse sobre política não sofreu nenhum dos três efeitos no intervalo de tempo analisado, o que significa que ele se manteve estável neste período, não sendo influenciado por efeitos relacionados ao ciclo de vida nem pelas sobreposições geracionais. Cabe salientar ainda que o interesse político do brasileiro se apresenta baixo, sendo inferior a 23% o total da população que se interessa sobre este tema. Este resultado demonstra que o interesse em política dos jovens brasileiros não é muito diferente dos adultos, ambas as categorias são desinteressadas em geral.

Outro ponto a se salientar nestes achados é sobre a frequência de conversa sobre política. Neste caso, esta variável sofre os três efeitos: os efeitos de período para o ano de 2005 são positivos, o que indica que neste ano, as pessoas que foram entrevistadas conversaram mais sobre este tema, dado os eventos políticos ocorridos neste período. Por sua vez, também temos efeitos relacionados ao ciclo de vida, com as faixas etárias situadas entre 25 e 44 anos apresentando mais chances de debaterem sobre política que as cortes mais jovens. O modelo descrito na próxima seção pode trazer pistas sobre este resultado. Por fim, encontramos um efeito geracional redutor para quem possui 65 ou mais anos de vida em 2005, ainda que em termos gerais, esta coorte etária apresenta um resultado positivo em relação aos efeitos de ciclo de vida.

Em relação à participação convencional, temos achados discrepantes na comparação com os estudos de Inglehart e os colaboradores da teoria do desenvolvimento humano. Uma das consequências da adoção de valores pós-materialistas seria o distanciamento por parte da juventude pelos repertórios de participação convencional, principalmente por adotar uma posição mais crítica em relação à eficácia das instituições representativas do sistema democrático. O que podemos observar em nossos resultados é justamente o efeito oposto. São as gerações mais velhas que apresentam valores mais baixos em relação ao sentimento de eficácia do voto. Outro dado curioso é que a crise das

instituições democráticas decorrente do escândalo do “mensalão” não afetou a crença no voto como instrumento capaz de promover a transformação social, pelo contrário, em 2005 encontramos um efeito positivo nesta variável.

A participação em atividades de campanha demonstra o envolvimento maior das coortes etárias compreendidas entre 25 e 54 anos. Nesta faixa de idade, o envolvimento neste tipo de repertório é maior se comparado com a juventude. Aqui podemos supor a não existência dos fenômenos observados pela teoria do desenvolvimento humano. Se são os jovens que mais acreditam no sentimento de eficácia do voto, mas são os adultos que participam em maior proporção, podemos concluir que a participação neste tipo de repertório é melhor explicada pelo modelo do voluntariado cívico de Verba, Scholzman e Brady (1995), que afirma a existência de custos participativos que tornariam esta forma participativa menos propensa a ser acionada pelos mais jovens.

Na participação não convencional também verificamos as três ordens de efeito. No ano de 2005 temos um efeito redutor para as duas modalidades analisadas. O escândalo de corrupção revelado neste ano não motivou mais protestos políticos, então atribuímos esta queda as mudanças institucionais realizadas, abrindo novas instâncias representativas que serviram de canal de diálogo entre o poder público e a população, principalmente os setores sub-representados nos espaços disputados eleitoralmente. Também encontramos um efeito de ciclo de vida para as faixas etárias situadas entre 45 e 64 anos, onde a participação não convencional se mostra inferior à apresentada pela juventude.

Os efeitos de ciclos de vida aqui encontrados serão analisados com mais detalhamento na seção posterior, onde são verificados os impactos da transição da juventude para a vida adulta e poderão ser melhor explicados quando confrontados com os acontecimentos que representam esta transição.

5.2 TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA E SEUS IMPACTOS SOBRE O ATIVISMO

O casamento é um dos eventos mais importantes do ciclo de vida de uma pessoa. Ele representa, juntamente com a inserção no mercado de trabalho, o fim da moratória imposta pelo período que compreende a juventude e dá início à integração plena à sociedade. Este acontecimento significa a transição de uma família de orientação, marcada principalmente pela dependência total ou parcial em relação aos pais, para uma família de procriação, onde o indivíduo assume o seu núcleo familiar próprio e passa a se constituir

como provedor de seu próprio lar. Desta forma encerra-se com o casamento e o ingresso no mercado de trabalho o período que compreende a juventude através da possibilidade de se vivenciar plenamente todas as dimensões da vida adulta.

São características desta transição uma série de mudanças que vão se traduzir em oportunidades e constrangimentos sociais que afetam diversas dimensões da vida, inclusive aquilo de diz respeito à participação política. As oportunidades se expressam através da possibilidade de vivenciar novos papéis sociais que, por sua vez, vão atuar como repositórios de socialização (Kinder, 2006) alterando substancialmente o modo como as pessoas, ao assumir estes novos papéis, vão encarar e interagir com as diversas situações da vida. O casamento e o início da carreira profissional também estão relacionados com o estabelecimento de um lar e a paternidade, eventos que diversos estudos relacionam com uma perceptível alteração nos padrões de comportamento político (Highton e Wolfinger, 2001; Verba, Scholzman e Brady, 1995).

Mas são marcantes também alguns constrangimentos que são inerentes à transição da juventude para a vida adulta. Este período se caracteriza pela escassez de recursos por estar relacionado com o início da carreira profissional. Este fato tem sido recorrente para explicar o baixo envolvimento político de jovens adultos. Segundo Finlay et. al (2011) neste período se encontra uma queda no envolvimento em ações cívicas ou voluntárias. Strate et. al. (1989) vão recorrer a este mesmo argumento para explicar o baixo comparecimento eleitoral.

Soma-se a tudo isto a falta de previsibilidade em relação ao momento em que esta transição acontece no ciclo de vida (Shanahan, 2000). Observa-se que o processo de modernização tem levado a um prolongamento do período que corresponde à juventude. Tal fenômeno acontece em decorrência do aumento da expectativa de vida, da oferta de estudos (Heilborn et. al., 2002) e da ressignificação das representações culturais do amor e do trabalho, que passam a enfatizar a flexibilidade, a escolha e a efemeridade (Buchmann, 1989). Isto tem sido responsável pelo prolongamento do período da juventude e do maior tempo de permanência na casa dos pais (Heilborn et. al., 2002).

Em grande parte das sociedades ocidentais isto tem sido a causa do adiamento da entrada na vida adulta. Os jovens tendem a passar mais tempo na casa dos pais ou como dependentes destes, prolongando a sua juventude, o que resulta em um aumento no período etário em que permanecem vivenciando esta etapa do ciclo de vida. Assim, até que terminem os estudos ou tenham atingido a estabilidade em sua carreira profissional e se

sintam seguros para abandonar a sua condição juvenil, os jovens tendem a permanecer como tal, o que acarreta significativas mudanças nos padrões demográficos, como a concepção de filhos na meia idade.

Todavia, em sociedades como a brasileira, marcadas por intensas desigualdades sociais, o prolongamento da juventude se configura mais como um privilégio do que como uma opção acessível a todos. Segundo Heilborn et. al. (2002) este fenômeno é influenciado incisivamente por fatores como a condição social do indivíduo e seu gênero. Para estes autores,

O modelo do prolongamento da juventude encontra expressão mais clara entre os informantes das classes médias. A esmagadora maioria dos jovens que não teve suas biografias pontuadas pela parentalidade na adolescência vivia na casa dos pais e era economicamente dependente deles. Embora não se possa desprezar a contração de oportunidades no mercado de trabalho, as aspirações juvenis forjadas na atualidade e o prolongamento dos estudos que elas instigam contribuem para o alongamento da dependência material e residencial desses informantes. Dando prosseguimento a uma trajetória escolar, em geral sem interrupções, a maioria dos entrevistados cursa faculdade ou pós-graduação, e seus depoimentos valorizam a carreira profissional (Heilborn et. al., 2002, p. 25).

A dinâmica da entrada no mercado de trabalho também se insere neste contexto e se mostra uma categoria central no imaginário do jovem brasileiro, sendo motivo de suas principais preocupações e anseios, se configurando mais como uma necessidade do que como um valor (Guimarães, 2011). Tal fato se torna evidente na precocidade do jovem brasileiro em procurar uma ocupação: no período de abrangência do presente estudo, em média cerca de 20% dos jovens entre 15 e 24 anos apenas estudavam. A imensa maioria já estava inserida no mercado de trabalho, desempenhava funções no lar ou estavam à procura de emprego²⁰.

Tomado de maneira isolada, pelo menos para o caso brasileiro, a questão do trabalho não se mostra como um marcador que possibilite delimitar claramente o período de transição entre a juventude e a idade adulta, uma vez que as dinâmicas de inserção ao mercado de trabalho não se configuram como um padrão, estando dissociadas do tempo escolar. Para Heilborn et. al. (2002),

²⁰ 50% dos jovens no período analisado (1995, 2000 e 2005) já trabalhavam, 14% eram responsáveis pela casa e 16% se encontravam desempregados.

Não há, em termos típicos, uma seqüencialidade entre a carreira escolar e a de trabalho: o número de rapazes e moças que nunca havia trabalhado devido a uma dedicação exclusiva aos estudos mostrou-se pequeno e consistia de jovens provenientes dos estratos superiores das classes médias. Poucos eram os que, no momento da entrevista, limitavam-se a estudar (Heilborn et. al., 2002, p. 25).

Todos os dados expostos acima têm por objetivo possibilitar uma aproximação dos nossos resultados com achados empíricos de outros estudos, em sua maioria desenvolvidos em contextos diferentes do Brasil. Isso vai ajudar a justificar as aproximações e diferenças encontradas para o caso brasileiro no que diz respeito aos padrões de participação e a transição da juventude para a idade adulta. Como já foi descrito no capítulo metodológico, este segundo conjunto de análises tem por objetivos verificar os efeitos da transição da juventude para a vida adulta, ou seja: em que medida ser jovem, ou deixar de sê-lo, afeta o ativismo político? São elencadas como marcadores do término da juventude variáveis que representam a condição juvenil, tal como descrita por Abad (2002), Sposito (2003) e Abramo (2005). Entende-se então como término desta etapa do ciclo de vida o acesso às dimensões de produção e reprodução da vida adulta, no contexto deste trabalho, representada pelas variáveis estado civil e ocupação.

As variáveis de controle inseridas no modelo se mostraram significativas para todas as modalidades de participação, com exceção da variável de gênero para o repertório de bloqueio de tráfego. Este repertório de participação parece ser mais inclusivo à participação de mulheres, já que não apresenta resultados estatisticamente significantes. A natureza deste tipo de repertório será melhor discutida posteriormente. A educação por sua vez se mostrou significativa para todos os repertórios e cada ano de estudo produz incremento nas chances de efetivar a participação, o que já era esperado. Este resultado condiz com extensa bibliografia que salienta a importância desta variável e sua relação com o ativismo político (Almond e Verba, 1989; Borba e Ribeiro, 2010; Dalton, 2009).

Por mais que os resultados envolvendo as variáveis de controle sócio demográfico e sua influência sobre o conjunto de variáveis dependentes já fosse esperado, este achado ajuda a eliminar as relações espúrias que poderiam ocorrer com as duas variáveis independentes que foram utilizadas para representar a condição juvenil. Apesar da importância da educação e do gênero e de seu caráter preditor para explicar a participação, os resultados envolvendo a relação entre o ciclo de vida e a participação se tornam ainda mais relevantes.

O primeiro bloco de análise deste segundo modelo diz respeito às variáveis sobre envolvimento político mais gerais. Os resultados mostram que os homens possuem quatro quintos de chances a mais de se interessarem por política – 83,2% – e mais que o dobro de chances de conversarem sobre assuntos políticos – 124% – se comparados com as mulheres. Cada ano de estudo incrementa em 18,2% a chance de se interessarem mais sobre política e 14,6% de debaterem este tema com mais frequência.

Em relação aos efeitos dos marcadores de transição para a vida adulta, a variável estado civil se mostra estatisticamente relevante tanto para predizer o interesse em política quanto a frequência de conversas sobre este tema.

Tabela 5 Ciclo de Vida e Interesse e Conversa sobre Política

	Interesse Pol.		Conversa Pol.	
	Sig.	Exp(B)	Sig.	Exp(B)
Sexo	,000	1,832	,000	2,244
Educação	,000	1,181	,000	1,146
Estado Civil	,001	,717	,000	,658
Situação Ocupacional	,470	,869	,566	,899
Constant	,000	,066	,000	,101

Fonte: Latinobarometro 1995, 2000 e 2005

Os resultados demonstram que ser solteiro incide negativamente sobre estas duas variáveis. Assim, os indivíduos que ainda não constituíram uma família possuem um quarto de chance a menos de se interessarem por política, -28,3%, e um redutor de um terço na probabilidade de conversarem sobre assuntos políticos, -34,2%.

Para Stoker e Jennings (1995) uma das mudanças advindas do casamento é a de que os parceiros passam a compartilhar as redes de relacionamento que ambos possuíam antes de se casarem. Outra mudança significativa é a de que ambos os parceiros, após casarem, passam a mediar o envolvimento político um do outro, o que acarreta em uma equalização nas taxas de participação, de modo que ambos tenham níveis parecidos de envolvimento. Isto pode explicar, em parte, as diferenças encontradas entre os indivíduos casados e solteiros no que tange o interesse e conversa sobre política.

Por outro lado se o casamento se configura de fato como um marcador de transição para a vida adulta podemos concluir que há um distanciamento da política por parte dos jovens, na medida em que os solteiros tendem a se interessar menos por política e discutir

assuntos relacionados a este tema. Na hipótese mais otimista sobre este achado, por terem redes de relacionamento reduzidas em relação aos indivíduos que constituíram uma relação estável e não terem uma mediação em seu envolvimento político através de um parceiro, os jovens se encontram em desvantagem se comparados com aqueles que já se tornaram adultos.

Se o interesse e conversa sobre política são mediados pelo estado civil do indivíduo a participação convencional, por sua vez, sofre influência da condição de inserção no mercado de trabalho, ainda que o sentimento de eficácia do voto não sofra interferência dos marcadores de transição da condição juvenil. Novamente as diferenças entre os gêneros se mantem, os homens apresentam um quinto de chances a mais de valorizarem o voto como um instrumento de transformação social, cerca de 19,3%, e um incremento de 47% na probabilidade de se envolverem em atividades de campanha. A escolaridade, como já esperado, também é significativa, e para cada ano de estudo há um aumento de 6,2% para ambas as variáveis.

Tabela 6 Ciclo de vida e Participação Convencional

	Eficácia do Voto		Atividade de Campanha	
	Sig.	Exp(B)	Sig.	Exp(B)
Sexo	,012	1,193	,003	1,469
Educação	,000	1,062	,000	1,062
Estado Civil	,383	1,071	,060	,761
Situação Ocupacional	,101	1,300	,012	,309
Constant	,000	,662	,000	,052

Fonte: Latinobarometro 1995, 2000 e 2005

Sobre as variáveis que representam os marcadores de transição para a vida adulta, estado civil não se mostrou significativo para ambas as variáveis dependentes descritas na tabela 6, ainda que para o envolvimento em atividade de campanha aqueles que ainda não vivenciaram uma relação estável presente um redutor de quase um quarto – 24% – na chance de se acionar este tipo de repertório quando toleramos o nível de significância ligeiramente maior do que 0,05. Em relação à ocupação, aqueles que não se inseriram no mercado de trabalho e ainda se mantêm apenas como estudantes têm quase 70% de chances a menos de trabalharem para partidos ou candidatos.

Tomadas em conjunto, estes dois resultados indicam que o envolvimento neste tipo de repertório de participação não é recorrente entre os jovens, pelo contrário, é uma ação tipicamente adulta, uma vez que ambos os marcadores de transição apresentados no modelo se mostraram significativos. Desta forma, os indivíduos que já se constituem como adultos, ou seja, são casados e já estão inseridos no mercado de trabalho, possuem mais chances de se envolverem em atividades de campanha para partidos ou candidatos.

Este resultado permite dois tipos de interpretação. A primeira se refere a um posicionamento crítico em relação à capacidade dos partidos em aglutinarem jovens em suas fileiras. Diversos estudos têm apontado esta como sendo a principal causa da constante queda nas taxas de filiação partidária. Estruturas burocráticas e hierárquicas e com processos de decisões centralizados têm afastados os jovens dos partidos políticos, levando-os a um posicionamento mais crítico em relação a essas instituições (Dalton, 2012). Desta forma a organização verticalizada dos partidos políticos não dá conta de representar os anseios juvenis, que perpassam os valores de auto expressão e a demanda por uma participação ativa nos processos de decisões. É uma tarefa ingrata convencer um jovem a doar seu tempo para a militância e seus escassos recursos para custear as atividades do partido sendo que ele não participará ativamente das decisões partidárias.

Esta interpretação está intimamente relacionada à sofisticação cognitiva, ou seja, a capacidade do indivíduo em processar informações políticas e tomar as suas próprias decisões. A difusão dos meios de comunicação e o aumento dos níveis educacionais (Dalton, 2009, 2012), bem como a emergência de valores pós-materialistas (Inglehart e Wenzel, 2005; Inglehart e Catterberg, 2002) seriam os responsáveis por afastarem os jovens deste tipo de repertório e buscar formas de participação mais horizontais e diretas. Para Ribeiro e Borba (2010) a participação política no contexto latinoamericano é melhor explicada pela centralidade social do indivíduo do que pelos valores pós-materialistas. Para estes autores,

[...] a participação é mais influenciada por variáveis relacionadas à centralidade social dos cidadãos do que por mudanças nas suas prioridades valorativas, o que leva à conclusão de que a transposição do modelo explicativo sugerido por Inglehart para o cenário latinoamericano é problemática e deve ser avaliada criticamente. (Ribeiro e Borba, 2010, p. 28).

A tese da centralidade é retirada do modelo do voluntariado cívico proposto por Verba, Scholzman e Brady (1995). Segundo estes autores a participação envolveria um conjunto de custos materiais, cognitivos e de disponibilidade de tempo, o que favoreceria o engajamento de indivíduos que ocupam posições centrais dentro da estrutura social. Os resultados da tabela 6 demonstram que são os homens, com maior escolarização, casados e inseridos no mercado de trabalho que possuem maiores chances de acionarem este repertório. Este dado vincula nitidamente a participação em atividades de campanha às mudanças do ciclo de vida. Os jovens, por não ocuparem uma posição central na sociedade, tendem a se envolverem menos em atividades de campanha. Mas na medida em que se integram plenamente a vida adulta, as chances de acionarem este repertório podem ser equalizadas.

Por fim a participação não convencional apresenta resultados intrigantes. A escolaridade se manteve significativa para os dois repertórios analisados. Cada ano de estudo aumenta em 11,3% e 15,4% as chances do indivíduo participar de passeatas e bloqueios de tráfego, respectivamente. Mas a variável sexo só se mostra significativa para a participação em passeatas, sendo que os homens possuem chances 24,5% maiores de acionarem este repertório. A condição juvenil não se mostra significativa, o que indica que adultos e jovens tendem a participar de passeatas em níveis parecidos.

Tabela 7 Ciclo de Vida e Participação Não Convencional

	Passeatas		Bloqueios	
	Sig.	Exp(B)	Sig.	Exp(B)
Sexo	,012	1,245	,121	1,321
Educação	,000	1,113	,000	1,154
Estado Civil	,220	1,123	,012	1,594
Situação Ocupacional	,335	,835	,264	,650
Constant	,000	,102	,000	,009

Fonte: Latinobarometro 1995, 2000 e 2005

Em relação à participação em bloqueios de tráfego, as distinções de gênero não são verificadas, o que indica que este repertório tem sido acionado de forma mais ou menos equivalente entre homens e mulheres. Outro dado relevante é que os indivíduos que ainda não constituíram uma família possuem 59,4% de chances maiores de acionarem este repertório, o que indica que a participação em bloqueios de tráfego é uma ação tipicamente

juvenil. Este repertório, pelo menos no período analisado, se caracteriza por ser mais igualitária na medida em que a diferença na participação de homens e mulheres não se mostrou significativa e os jovens tendem a acionar este repertório mais que os adultos.

Se tomarmos em conjunto os resultados dos testes referentes à participação convencional e não convencional, uma análise superficial poderia sugerir que no período analisado estaríamos vivenciando um fenômeno parecido com o que ocorre em países de economia pós-industrial, uma vez que os adultos (ou as gerações mais velhas) possuem um maior apego às formas convencionais de participação, expressa pela maior probabilidade dos adultos em se envolverem em atividades de campanha; e os jovens são mais propícios a acionarem repertórios não convencionais de participação política, tal como a teoria do desenvolvimento humano preconiza.

Mas existem alguns empecilhos para assumir esta premissa. O primeiro é de natureza metodológica. Este estudo não permite determinar se existe uma correlação entre a participação política e os valores pós-materialistas, principal atributo das mudanças nos padrões de comportamento político descritos por Inglehart e seus colaboradores. Para tal, seria necessário um intervalo de tempo maior e a construção de modelos que considerassem esta variável. Segundo, a adesão destes valores no Brasil ainda se mostra relativamente baixa, principalmente devido às desigualdades sociais ainda existentes (Ribeiro, 2011), o que seria insuficiente para ocasionar um efeito generalizado.

A tese da centralidade derivada do modelo do voluntariado cívico de Verba, Scholzman e Brady (1995) se mostrou coerente para explicar a participação convencional. São indivíduos que possuem uma posição central na estrutura social que tendem a acionar com maior frequência este tipo de repertório, que nos leva a recorrer à própria natureza da ação de participar em um bloqueio de tráfego para explicar a tendência dos jovens em tomar parte destas ações. Dentro todos os repertórios analisados, este representa o menos percentual médio de adesão, sendo que apenas 4,1% dos entrevistados nos três anos da pesquisa se já haviam participado deste tipo de ação.

Quando importantes vias de trânsito são bloqueadas, o Estado frequentemente aciona o aparato policial para promover a sua desobstrução e o risco de confronto entre manifestantes e policiais se torna eminente. Nestes casos o uso da força é recorrente, o que traz grandes chances de lesões, ferimentos e prisões de manifestantes. Desta forma, os custos participativos entre os adultos são relativamente mais altos de comparados com os jovens. O risco de detenção pode ocasionar a perda de status social e as lesões podem

incapacitar o indivíduo a ponto de impossibilitá-lo de trabalhar, colocando em risco a segurança material de sua família. Com uma posição menos definida no interior da sociedade e sem a preocupação com a manutenção de um lar, os jovens teriam menos custos em tomar parte neste tipo de ação.

Este segundo conjunto de análise procurou isolar apenas os efeitos de ciclo de vida para verificar os seus efeitos sobre o ativismo juvenil. Ao trabalhar com três anos distintos de coletas de dados em uma mesma base e não inserir cortes etárias no modelo, verificamos apenas os impactos da condição juvenil, definida pelo casamento e a entrada no mercado de trabalho, na participação política nos repertórios selecionados. E os resultados expostos acima demonstram que a participação política no Brasil é mediada por eventos relacionados ao ciclo de vida do indivíduo uma vez que os marcadores de transição se mostraram eficazes para a maioria dos repertórios analisados.

Se existem diferenças entre a participação política do jovem e do adulto, estas decorrem dos efeitos proporcionados pelas transições inerentes ao ciclo de vida. Ao assumir novos papéis dentro da estrutura social os indivíduos passam a ter acesso a novos repertórios de socialização, que por sua vez condicionam a sua participação, remodelando-a para se adaptar ao novo contexto no qual se insere como é o caso da participação convencional. Aqueles que ocupam posições centrais no interior da sociedade possuem mais chances de se envolverem em atividades de campanha eleitoral, fato possível apenas com o ingresso na vida adulta.

Por sua vez, ao atingirem a maturidade e constituírem dependentes, a participação não convencional se torna mais custosa, na medida em que se coloca em jogo a manutenção de sua família e de sua posição social. Assim estas diferenças se relacionam de forma nítida com o desenrolar de eventos relacionados ao ciclo de vida. Algumas questões ainda se mantem em aberto, como o sentimento de eficácia do voto. A idade se mostrou, no primeiro conjunto de análise, uma preditora importante para o entendimento do voto como um instrumento de transformação social, mas os marcadores relacionados à condição juvenil não se mostraram significativos. Esta e outras questões serão analisadas na próxima seção, onde apresentaremos uma síntese dos resultados encontrados neste estudo, comparando os dois conjuntos de análises desenvolvidos até então.

5.3 DISCUSSÃO E SÍNTESE DOS RESULTADOS

Como conclusão para o capítulo, esta seção apresenta uma síntese dos resultados dos dois conjuntos de análises, propondo uma comparação entre os dois modelos empregados. A primeira seção deste capítulo trouxe os resultados e análises de modelos do tipo APC, que possibilitaram analisar separadamente as três ordens de efeitos que incidem sobre a participação. Desta forma foi possível verificar a incidência dos efeitos de ciclo de vida, período e geração de forma isolada sobre o fenômeno da participação. Já na segunda seção, os modelos foram construídos de modo a possibilitar o isolamento dos efeitos de ciclo de vida, verificando apenas os impactos da condição juvenil no ativismo do brasileiro. Nesta última seção deste capítulo a análise será feita com base nos resultados dos dois conjuntos.

No período analisado o interesse em política do brasileiro se manteve ligeiramente abaixo da média dos países latinoamericanos, com uma pequena diferença de 1,7 pontos percentuais. No primeiro conjunto de análises esta variável não apresentou níveis de significância para nenhum dos efeitos mensurados no modelo APC, o que indica que o interesse em política se manteve estável entre 1995 e 2005, não se modificando no decorrer da vida nem sofrendo impacto de sobreposições geracionais. Entretanto, quando isolados os efeitos de período e geração, podemos observar que esta variável passar a ser condicionada pelo gênero, escolaridade e estado civil.

Diferente do interesse por política, a frequência de conversas sobre este tema sofre um efeito de período nas faixas etárias que correspondem a 25 e 44 anos e depois entre os indivíduos com mais de 65 anos de idade. Com exceção da participação em atividades de campanha, as faixas etárias entre 45 e 64 apresentam um distanciamento da política, com efeitos negativos ou nulos em todas as variáveis dependentes analisadas. A frequência em conversas sobre o política apresentou resultados significativos para gênero, escolaridade e estado civil. Se o interesse em política ocasionado pelo casamento não se mostrou relevante para gerar efeitos significativos no modelo APC, no caso da frequência de conversas sobre política encontramos resultados contrários.

Mesmo conversando menos sobre política, os jovens possuem um maior sentido de eficácia em relação ao voto. Esta variável apresentou efeitos interessantes, pois foram as gerações mais velhas que mostraram um menor apego a este instrumento participativo, contrariando vários estudos que têm apontado o baixo comparecimento eleitoral das gerações mais jovens (Blais et. al., 2004; Wattenberg, 2003). Este efeito não é mediado

pela transição para a vida adulta, já que tanto o casamento quanto a entrada no mercado de trabalho não apresentaram resultados significativos. Tais eventos não são os responsáveis por diminuir o sentimento de eficácia do voto, o que pode ser ocasionado por outros acontecimentos no decorrer da vida.

O que estes dados sugerem é que os indivíduos iniciam a vida adulta com uma alta expectativa em relação ao sistema democrático, mas que vão se desiludindo no decorrer da vida, principalmente pelas instituições não corresponderem aos seus anseios. Fenômeno parecido é apontado por Inglehart e Catterberg (2002) para explicar o fim da “lua de mel” dos países da terceira onda de democratização em relação à própria democracia. A transição de um regime autoritário gerou altas expectativas, que foram frustradas pelo baixo desempenho das instituições democráticas. Grandes expectativas em relação à democracia e baixo retorno institucional tem sido a causa do que Norris (2011) classifica como “déficit democrático”.

Segundo os resultados deste estudo, as expectativas em relação à democracia, pelo menos no que diz respeito ao sentimento de eficácia do voto, vão se corroendo no decorrer da vida. Assim, quanto mais velho for o indivíduo, menos confiante é em relação a sua capacidade de influenciar as tomadas de decisão através do voto. Atribuímos este fato justamente ao baixo retorno institucional que as instituições democráticas têm proporcionado aos cidadãos do Brasil. As altas expectativas em relação à própria participação política através desse repertório e a insatisfação com o desempenho das instituições democráticas, tem gerado frustrações e provocado o afastamento da política.

Isto fica evidente quando verificamos os dados do primeiro conjunto de análises referentes à participação convencional. Quando comparados com os jovens entre 15 e 24 anos, os indivíduos que possuem idade entre 25 e 54 anos apresentam o dobro de chances de se envolverem em atividades de campanha. Por sua vez, as faixas etárias com 45 ou mais anos de vida possuem, em média, 50% menos chances acreditarem na eficácia do voto. Um achado contraditório é que a faixa etária entre 45 e 54 anos possuem menores chances de manifestarem um sentimento de eficácia do voto, mas apresentam grande probabilidade de se envolverem em atividade de campanha. É justamente nesta faixa etária que o limiar do sentimento de eficácia do voto e o envolvimento em atividade de campanha se encontram. Nela começa a descrença em relação a este instrumento participativo, como também encerra o envolvimento em campanhas eleitorais. As faixas

etárias subsequentes não apresentam valores significativos de envolvimento neste tipo de repertório.

Os dados demonstraram que a participação convencional é um repertório tipicamente adulto no contexto brasileiro. Isso traz duas contradições que devem ser consideradas. A primeira diz respeito ao maior apego dos jovens pelo voto, mas seu distanciamento das atividades que envolvem a participação em campanhas. A segunda, por sua vez está relacionada com a própria institucionalidade do sistema democrático brasileiro. O recrutamento eleitoral, ainda que facultativo, se inicia aos 16 anos, o que possibilita a participação política institucional antes do término da juventude. A literatura sobre recrutamento partidário tem demonstrado a incapacidade desta instituição de envolver os mais jovens (Scarrow e Gezgor, 2010; Van Bien, Mair, Pogunkte, 2012; Dalton, 2012), ainda que o envolvimento em campanhas eleitorais seja explicado pelo modelo do voluntariado cívico de Verba, Scholzman e Brady (1995), não há como eximir a responsabilidade dos partidos político em não proporcionar estruturas mais inclusivas aos jovens, principalmente reduzindo os custos participativos para estes.

Se tais custos fossem eximidos, os jovens tenderiam a participar em maior proporção nestes repertórios convencionais. Uma prova disto é que a participação não convencional se mostra mais inclusiva a esta parcela da população. Ainda que algumas diferenças relacionadas ao gênero e ao nível educacional permaneçam, os resultados dos dois conjuntos de análises não demonstraram que os jovens acessam em menor número estes repertórios, pelo contrário. Os dados provenientes do modelo APC mostram que não existem diferenças significativas entre jovens e adultos no acionamento destes repertórios, com exceção das faixas etárias compreendidas entre 45 e 64 anos. A hipótese que levantamos para explicar este fenômeno é justamente a de que o acionamento de repertórios não convencionais requerem justamente menos recursos participativos por parte do indivíduo.

Diferente da participação em partidos políticos, que exige a filiação, o atendimento a reuniões e a doação de recursos para sustentar as suas atividades, o ativismo não convencional não demandaria tantos requisitos para ser efetivado, a não ser a disponibilidade de comparecer aos atos e reuniões organizativas. Com a difusão da internet como meio de comunicação, estes custos diminuem bastante, possibilitando ao ativista acompanhar discussões e organizar atos sem sair de casa.

Uma questão que fica em aberto é a participação em bloqueios de tráfego. No modelo APC ela não se mostrou variar conforme a idade, mas quando analisada sob a ótica da condição juvenil, ela demonstrou ter mais probabilidade em ser acionada por jovens do que por adultos, uma vez que o casamento se mostrou significativo. Outra condição interessante é a de que a variável gênero não se mostrou significativa para este repertório, não tendo diferenças estatisticamente relevantes em seu acionamento por homens e mulheres. A teoria do desenvolvimento humano afirma que as mudanças nas prioridades valorativas tendem a promover a igualdade de gênero (Inglehart e Wenzel, 2005), o que indicaria que este repertório poderia ser mais suscetível aos cidadãos críticos portadores de valores pós-materialistas. Como o questionário do Latinobarômetro não disponibiliza variáveis para mensurar a adesão a tais valores, esta questão permanece em aberto.

Os resultados do segundo modelo de análise ainda trazem preocupações que devem ser ponderadas no que diz respeito às desigualdades que permeiam a participação política no Brasil. Em todas variáveis dependentes as diferenças de gênero se mantiveram. A sociedade brasileira ainda não promoveu uma cultura política que pudesse promover o empoderamento da mulher e a sua participação no espaço público. Assim, ainda convivemos com o estigma de que a figura feminina deve ficar restrita ao espaço privado. Isso é um indicativo de que a adesão aos valores pós-materialistas no Brasil ainda é baixa.

Outra preocupação é em relação à educação. As desigualdades de acesso a este bem ainda são enormes a ponto de serem recorrente nos estudos sobre participação política como indicativo de posicionamento social (Borba e Ribeiro, 2010). A difusão de uma cultura participativa passa pela promoção da democratização do ensino no Brasil. Caso contrário, os déficits participativos se manterão, o que não é saudável para o funcionamento de uma democracia, uma vez que boa parte dos cidadãos se manterá a margem dos processos decisórios.

Por fim, cabe ressaltar um fenômeno peculiar que difere de estudos clássicos que relacionam a participação política ao ciclo de vida. Segundo Milbrath e Goel (1977) o envolvimento político obedece a uma lógica curvilínea no decorrer da vida. Isto significa que a participação se inicia baixa na juventude e na medida em que o jovem vai se integrando à sociedade, principalmente a partir da transição para a idade adulta, seu envolvimento aumenta, atingindo o maior pico na meia idade. A partir deste ponto, há um decréscimo na participação política, conforme a idade avança e as relações sociais que

foram estabelecidas no decorrer da vida são desfeitas, chegando à velhice com os mesmo índices participativos que apresentava na juventude.

Os dados do modelo APC demonstram uma mudança neste padrão. No contexto brasileiro a retirada da vida pública começa na faixa etária que corresponde a 45 a 64 anos. Neste período que se encontram os menores índices participativos, menores inclusive do que os indivíduos com mais de 65 anos, onde se esperava o mais baixo envolvimento político. Em quase todas as variáveis dependentes analisadas observa-se que a queda se inicia em 45 e 54 anos, atingindo níveis próximos aos jovens entre 54 e 64 anos, com um ligeiro aumento na última faixa etária.

Atribuímos este fato justamente à falta de previsibilidade com que os processos de transição para a vida adulta têm ocorrido nos últimos anos. Segundo Shanahan (2000) mudanças significativas têm afetado os marcadores que delimitam as etapas do ciclo de vida, tornando incertas as idades em que estes processos têm acontecidos. Por outro lado, o maior envolvimento de grupos etários mais velhos na política está, por sua vez, relacionado a transformações que as próprias etapas do ciclo de vida sofreram. A velhice, que era caracterizada por um período de escassez e dependência familiar, ganhou um novo sentido, principalmente com a institucionalização das aposentadorias e pensões, deixando de ser uma fase de dependência, para um período de autonomia e experimentação.

O que podemos concluir destes resultados é que os padrões de participação do jovem brasileiro possuem algumas peculiaridades em relação aquilo que os países de economia pós-industrial vêm experimentando recentemente. A grande preocupação em relação ao ativismo nestes lugares é justamente o afastamento da política por parte dos jovens, o que leva a uma interpretação de que as gerações mais jovens estão mais apáticas e alheias aos processos políticos (Putnam, 2001; Blais et. al., 2004; Wattenberg, 2003). Outras interpretações evidenciam uma mudança nas prioridades valorativas que tem ocasionado a procura de novas formas de se manifestar politicamente, através de ações mais diretas e formas não institucionalizadas (Inglehart e Wenzel, 2005; Norris, 2003).

O que podemos constatar é que o jovem é tão interessado em política quanto os adultos. O problema se encontra no nível de interesse da população em geral, que é demasiado baixo, mas se mantém estável no decorrer do ciclo de vida, não alterando diante da aquisição de novos papéis sociais. Outra questão relevante é o sentimento de eficácia do voto, muito mais presente na juventude do que em idade mais maduras. Não há também um deslocamento nas formas de ativismo, como evidencia a teoria do desenvolvimento

humano. Os adultos recorrem à participação política não convencional na mesma medida que os jovens, além de serem mais descrentes em relação ao funcionamento das instituições democráticas, fenômeno que contraria o que se tem observado na Europa e em países de economia mais desenvolvida.

Ainda que os fenômenos vivenciados aqui sejam diferentes, as clivagens participativas entre jovens e adultos também são existentes. Porém, elas são decorrentes de efeitos distintos, mais relacionados à disponibilidade de recursos participativos que são distribuídos de forma desigual no decorrer do ciclo de vida. Desta forma, não foram constatados efeitos geracionais que explicassem estas diferenças, ainda que as limitações metodológicas deste estudo nos forcem a relativizar esta premissa.

6. CONCLUSÃO

Quando iniciamos este trabalho tínhamos como objetivo verificar se a participação do jovem brasileiro estaria submetida a efeitos relacionados às transições inerentes ao desenrolar do ciclo de vida ou se era determinada pelo processo de sobreposição geracional. Para isto necessitávamos de uma metodologia que permitisse analisar de forma conjunta os impactos sobre o ativismo destes dois efeitos. Norris (2003) já alertava para a necessidade de se tomar o fenômeno da participação através de uma abordagem multicausal. Esta autora salientava que, além dos efeitos relacionados ao ciclo de vida e as sobreposições geracionais, o contexto sociopolítico em que a pesquisa está inserida também incidiria sobre o ativismo, o que resultaria em efeitos produzidos pelo período em que a pesquisa foi realizada.

Este tipo de abordagem procura então distinguir todos estes três efeitos e analisá-los em conjunto. O que extraímos de informação deste tipo de abordagem é se a participação política varia conforme o tempo, a idade e a geração. A primeira dificuldade que tivemos neste trabalho se mostrou em selecionar uma base de dados que permitisse um estudo longitudinal. Para isto, as entrevistas de todos os anos não poderiam variar: deveriam conter as mesmas variáveis para que a análise empregada neste trabalho fosse possível. Isso nos forçou a selecionar um intervalo de tempo curto, um período de dez anos, insuficiente para se processar uma mudança geracional.

Ainda que este fato nos obrigue a relativizar os efeitos geracionais encontrados em nossos resultados, a metodologia construída permitiu ter uma dimensão maior do que significa a participação política. Inserimos no debate sobre comportamento político no Brasil um tipo de metodologia denominada APC, que toma a participação política como sendo resultado da função entre pertencer a uma faixa etária, estar inserido em um contexto histórico particular e vivenciar estes acontecimentos tendo como referência o período de socialização primária e as experiências anteriores, ou seja, pertencer a uma determinada geração. Ainda que este tipo de metodologia não represente algo novo nas ciências sociais (Glenn, 1976), tem sido recorrente em alguns estudos sobre participação política recentes (Norris, 2002, 2003; Blais et. al., 2004; Wass, 2007; Van Ingen, 2008; Gallego, 2009; Castillo, 2008).

Os resultados que encontramos permitem aproximações e distanciamentos sobre alguns pressupostos dos estudos que procuram compreender o fenômeno da participação. O primeiro caso interessante é a divergência nos resultados sobre o efeito curvilíneo que a

participação adquire no decorrer da idade. Segundo Milbrath e Goel (1977) a participação é pouco recorrente entre os indivíduos com menor idade, vai crescendo conforme envelhecem, mas atinge um pico na meia idade, diminuindo até alcançar patamares próximos aos padrões dos jovens durante a velhice. A falta de previsibilidade dos processos de transição para a vida adulta (Shanahan, 2000), bem como a ressignificação de algumas etapas do ciclo de vida (Debert, 1997) seriam responsáveis pelos efeitos destoantes do contexto brasileiro quando comparados aos estudos clássicos.

Encontramos uma aproximação com as premissas da teoria do desenvolvimento humano e seus impactos no ativismo político. Diversos autores têm apontado que as diferenças entre a participação política entre jovens e adultos reside nos processos de sobreposição geracional. Mais suscetíveis à adoção de valores pós-materialistas, os jovens têm optado por ações políticas tidas como não convencionais, por ter uma postura mais crítica acerca do desempenho das instituições democráticas. Assim os portadores deste tipo de valores acionam os repertórios de protestos de forma mais frequente que seus pais ou avós, que por sua vez preferem ainda participar através de ações convencionais.

Nossos resultados demonstram que os repertórios convencionais de participação política são mais acessíveis aos mais velhos e as ações não convencionais são mais plurais, permitindo a participação de jovens e adultos. Longe de ser resultado da síndrome do pós-materialismo, creditamos este efeito à centralidade exigida pela participação no contexto da América Latina (Ribeiro e Borba, 2010).

Os resultados das análises mostram que a participação política está intimamente relacionada com a satisfação de custos para ser efetivada, ou seja, a ideia da centralidade derivada de Verba, Scholzman e Brady (1995) se aplica no contexto brasileiro, o que condiz com estudos anteriores sobre o tema da participação (Borba e Ribeiro, 2010). O que encontramos nos nossos resultados foi que jovens e adultos brasileiros são, em termos gerais, desinteressados por política, uma vez que esta medida varia muito pouco no decorrer da idade. Se jovens e adultos são tão desinteressados pela política, o que levaria as diferenças na participação de ambos?

O primeiro conjunto de análise apontou claramente o sentimento de eficácia em relação ao voto como sendo um instrumento capaz de promover mudanças sociais decair conforme a idade. Ele começa relativamente alto no início da juventude, o que indica que existe uma frustração em relação ao desempenho das instituições democráticas. O que podemos constatar com este resultado é que o cidadão brasileiro se frustra com a

democracia ao longo do tempo. Uma questão que não pode ser respondida com os dados que dispomos diz respeito justamente se este sentimento de apatia em relação ao voto se traduz em desengajamento.

O que os nossos dados permitem aferir, é que, apesar da apatia relativa em relação ao voto, são as faixas etárias mais velhas que tendem a participar em maior parte de ações relacionada a campanhas política. Quando verificamos as condicionantes relacionadas ao ciclo de vida constatamos que a tese da centralidade se aplica para este modelo. A participação convencional está relacionada com a ocupação de posições mais centrais na sociedade, sendo este o motivo do afastamento do jovem deste tipo de repertório. Por estar ainda em um período em que a sua integração à sociedade ainda não se deu de maneira definitiva, este tipo de ação se torna mais custosa para a juventude.

Por outro lado constatamos que a participação não convencional é mais suscetível às faixas etárias mais novas. Os resultados deste trabalho apontam a que juventude tem acionado estes repertórios com tanta frequência quando os mais velhos. Ainda que algumas diferenças relacionadas à centralidade ainda se mantenham, como a escolaridade e o gênero, este tipo de participação se mostra mais inclusiva ao jovem. No caso da participação em bloqueios de tráfego, encontramos uma maior predisposição dos jovens em acionar este tipo de repertório, mas atribuímos isto a natureza desta ação, mais custosa para os indivíduos mais velhos.

Existem algumas questões que não foram respondidas no decorrer deste trabalho, devido às limitações metodológicas adotadas aqui. A primeira diz respeito ao fenômeno da emergência de um cidadão mais crítico. Não pudemos constatar se existe uma relação entre este fato e a participação política, apenas que a participação no contexto brasileiro tem pouca relação com a sobreposição geracional. Novos estudos são necessários para verificar se os programas de transferência de renda, maior oferta no ensino superior e o avanço das condições socioeconômicas podem gerar valores de caráter pós-materialistas.

Com base no que encontramos neste estudo, cabe também verificar como os jovens brasileiros estão participando de repertórios convencionais. O que constatamos é que este tipo de ação requer muito mais custos para ser acionada, o que tem contribuído para o afastamento dos jovens das modalidades de participação desta natureza. Cabe nos indagar a partir destes resultados, como os partidos políticos tem lidado com esta questão. Como os partidos políticos brasileiros têm lidado com a renovação de seus quadros partidários?

Existem ações por parte destas organizações em promover maior participação da juventude?

Outra questão que permanece em aberto é a necessidade de se relativizar os resultados acerca dos efeitos geracionais. Existe uma dificuldade ao se analisar efeitos geracionais que se expressa na necessidade do emprego de dados longitudinais. As variáveis devem estar disponíveis em todos os estudos. Adequar tudo isso ao tamanho de abrangência do estudo foi relativamente complicado e nos impôs um tempo de período curto para se tomar como sendo a transição de uma geração. Esperamos que os próximos estudos nos permitam considerar um tempo maior de abrangência.

Podemos perceber a incidência dos três efeitos sobre o fenômeno da participação. Notamos efeitos de período no ano de 2005. No auge da crise institucional, esperávamos que a participação não convencional fosse motivada neste contexto, mas o que encontramos foi justamente o contrário: as ações de protestos reduziram drasticamente neste ano. Ao procurar as origens desta queda, notamos que diversas mudanças institucionais foram promovidas em meados dos nos dois mil que possibilitaram uma maior participação nos processos de decisão de setores da população que, historicamente, são sub-representados na política institucional. Já os protestos de junho de 2013 que ocorreram no Brasil podem indicar os limites deste modelo, colocando novas questões sobre a representação política.

Esperamos que os resultados desta pesquisa possam contribuir para o entendimento do fenômeno da participação, principalmente no caso do jovem brasileiro. O que encontramos foram situações diferentes daquilo que se tem observado em outros estudos. O brasileiro é, em termos gerais, desinteressado pela política, fato que não afeta apenas os jovens. Este desinteresse não diminui no decorrer da idade, mas se mantém estável dos anos. Outro dado interessante é que o sentimento em relação ao voto e sua capacidade de transformação do cotidiano diminuem com o tempo. Novos estudos se mostram necessários para entender como as escolas e a família tem produzido valores contraditórios em relação à política: se por um lado são incapazes incentivar o interesse por política, por outro conseguem transmitir valores como o sentimento de eficácia do voto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAD, M. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil. **Ultima décad.** 2002, vol.10, n.16, pp. 117-152.
- ABRAMO, H. W.; **Cenas Juvenis: Punks e Darks no Espetáculo Urbano.** São Paulo: Scritta, 1994.
- ABRAMO, H. W.; Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (orgs.) **Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma Pesquisa Nacional.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.
- ALMOND, G. A.; POWELL, G. B. **Uma teoria de política comparada.** Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- ALMOND, G.; VERBA, S. **The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations.** New York: Sage, 1989.
- ÁRIES, P. **História social da infância e da família.** Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BARNES, S.H.; KAASE, M (org.). **Political action: Mass participation in five Western democracies.** Beverly Hills: Sage, 1979.
- BHATTI, Y; HANSEN, K. M. The effect of generation and age on turnout to the European Parliament—How turnout will continue to decline in the future. **Electoral Studies**, v. 31, n. 2, p. 262-272, 2012.
- BLAIS, A. et. Al. Where does turnout decline come from?. **European journal of political research**, v. 43, n. 2, p. 221-236, 2004.
- BLAIS, A.; RUBENSON, D. The Source of Turnout Decline New Values or New Contexts?. **Comparative Political Studies**, v. 46, n. 1, p. 95-117, 2013.
- BOOTH, J. A. Political Participation in Latin America: Levels, Structure, Context, Concentration and Rationality. In: **Latin American Research Review**, v. 14, n. 3. P. 29-60, 1979.
- BOOTH, J. A.; SELIGSON, M. A. **Political Participation in Latin America.** New York: Holmes & Meier, 1978.
- BORBA, J. Participação Política: A Centralidade dos Repertórios. **Revista Debates**, v. 6, n. 1, p. 123, 2012b.
- BORBA, J. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. **Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, p. 263-288, 2012a.

- BORBA, J.; RIBEIRO, E. A. Participação convencional e não convencional na América Latina. **Revista Latino-Americana de Opinión Pública**, v. 1, p. 53-76, 2010.
- BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. **Questões de sociologia**, p. 112-121. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRANCO, P. P. M. Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (orgs.) **Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma Pesquisa Nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.
- BUCHMANN, M. **The script of life in modern society: Entry into adulthood in a changing world**. Chicago: University of Chicago Press, 1989.
- CARDOSO, G. R. Perspectivas sobre a participação política em Inglehart e Putnam: origens, aproximações e divergências. **Em Tese**, v. 9, n. 2, p. 1-13, 2013.
- CARLIN, C. The Young Vote: Engaging America's Youth in the 2008 Elections and Beyond. In: DANTON, R. J. (Org.) **Engaging Youth in Politics: Debating Democracy's Future**. New York: Idebate Press, 2011.
- CASTILLO, A. M. J. Trayectorias de participación política de la juventud europea: ¿Efectos de cohorte o efectos de ciclo vital?. **Revista de Estudios de Juventud**, n. 81, p. 67-93, 2008.
- COELHO, M. F. P.; SANTANA, V. L. A geração 68 no Congresso Nacional: ideologia e comportamento legislativo. **Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, p. 285-307, 2010.
- DAHL, R. A. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 1997.
- DALTON, R. J. **The Apartisan American: Dealignment and Changing Electoral Politics**. Washington: CQ Press, 2012.
- DALTON, R. J. **The good citizen: How a younger generation is reshaping American politics**. Washington: CQ Press, 2009.
- DEBERT, G. G. A invenção da terceira idade ea rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 34, p. 39-56, 1997.
- EASTON, D. **A systems analysis of political life**. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1979.
- EISENSTADT, S. N. **De geração a geração**. Editora Perspectiva, 1956.
- EKMAN, J.; AMNÅ, E. Political participation and civic engagement: Towards a new typology. **Youth and Society (YeS)**, Working Paper, 2, 2009. Disponível em: <https://inforum.oru.se/PageFiles/14371/Ekman%20and%20Amn%C3%A5%202009-1.pdf>, acesso em 3 de janeiro de 2013.

- ERIKSON, E. H. **Identidade, Juventude e Crise**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.
- FEIXA, C.; LECCARDI, C. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, p. 185-204, 2010.
- FIELD, A. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. São Paulo: Arned, 2009.
- FINLAY, et. al. Civic engagement patterns and transitions over 8 years: The AmeriCorps National Study. **Developmental psychology**, v. 47, n. 6, p. 1728, 2011.
- FIORINA, M. P. Parties, participation, and representation in America: Old theories face new realities. **Political science: The state of the discipline**, p. 511-541, 2002.
- FLANAGAN, C. A. **Teenage Citizens: The Political Theories of the Young**. New York: Harvard University Press, 2013.
- FORACCHI, M. M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira Editora, 1972.
- FORACCHI, M. M. **O estudante ea transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- FUKS, M. Efeitos diretos, indiretos e tardios: trajetórias da transmissão intergeracional da participação política. Trabalho a apresentado no **34º Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu, 25-29 de Outubro 2010.
- GALLEGO, A. Where else does turnout decline come from? Education, age, generation and period effects in three European countries. **Scandinavian Political Studies**, v. 32, n. 1, p. 23-44, 2009.
- GLENN, N. D. Cohort analysts' futile quest: Statistical attempts to separate age, period and cohort effects. **American sociological review**, v. 41, n. 5, p. 900-904, 1976.
- GUIMARÃES, N. A. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (orgs.) **Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma Pesquisa Nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.
- HEILBORN, M. L. et al. Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. **Horizontes antropológicos**, v. 8, n. 17, p. 13-45, 2002.
- HENN, M.; et. al. A generation apart? Youth and political participation in Britain. **The British Journal of Politics & International Relations**, v. 4, n. 2, p. 167-192, 2002.
- HERSCHMANN, M. **Abalando os anos 90: funk e hip-hop: globalização, violência e estilo cultural**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- HIGHTON, B.; WOLFINGER, R. E. The first seven years of the political life cycle. **American Journal of Political Science**, p. 202-209, 2001.

- IANNI, O. O jovem radical. In: **Sociologia da juventude**, v. 1, p. 225-242. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- INGLEHART, R. **Culture shift in advanced industrial society**. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- INGLEHART, R. **The silent revolution**. Princeton: Princeton University Press, 1977.
- INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernization, cultural change, and democracy: The human development sequence**. New York: Cambridge University Press, 2005.
- INGLEHART, R; CATTERBERG, G. Trends in political action: The developmental trend and the post-honeymoon decline. **International Journal of Comparative Sociology**, v. 43, n. 3-5, p. 300-316, 2002.
- JENNINGS, M. K. Another look at the life cycle and political participation. **American Journal of Political Science**, p. 755-771, 1979.
- JENNINGS, M. K.; NIEMI, R. G. The transmission of political values from parent to child. **The American Political Science Review**, v. 62, n. 1, p. 169-184, 1968.
- KEMP, K. **Grupos de estilo jovens: o Rock Underground e as práticas (contra) culturais dos grupos' punk e thrash em São Paulo**. 1993. 233 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Unicamp, Campinas, 1993.
- KINDER, D. R. Politics and the life cycle. **Science**, v. 312, n. 5782, p. 1905-1908, 2006.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.
- LAVALLE, A. Et. Al. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. **Lua Nova**, v. 67, n. 67, p. 49-103, 2006.
- LAVALLE, A.; VERA, E. I. A trama da crítica democrática: da participação à Representação e à Accountability. **Lua Nova**, v. 84, p. 353-364, 2011.
- LEVINE, P. Civic Learning in School. In: DANTON, R. J. (Org.) **Engaging Youth in Politics: Debating Democracy's Future**. New York: Idebate Press, 2011.
- LÜCHMANN, L. H. H. A representação no interior das experiências de participação. **Lua Nova**, v. 70, p. 139-170, 2007.
- MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações, In: FORACCHI, M. M. (org), **Karl Mannheim: Sociologia**. São Paulo: Ática, pp. 67-95, 1982.
- MIGUEL, L. F.; COUTINHO, A. A. A crise e suas fronteiras: oito meses de " mensalão " nos editoriais dos jornais. **Opinião pública**, v. 13, n. 1, p. 97-123, 2007.
- MILBRATH, L. W.; GOEL M. L. **Political Participation: How and Why Do People Get Involved in Politics?** Chicago: Rand McNally College Publishing, 1977.

- MILOCA, S. A.; CONEJO, P. D. Multicolinearidade em modelos de regressão. In: Semana Acadêmica da Matemática, n. 22, Cascavel. **Anais...** Cascavel: Unioeste, 2013, p. 25-34.
- NAZZARI, R. K. . **Socialização Política e Construção da Cidadania no Paraná**. 1. ed. Cascavel: Edunioeste, 2005
- NORRIS, P. “Young People & Political Activism: From the Politics of Loyalties to the Politics of Choice?” Report for the **Council of Europe Symposium**, 2003. Disponível em: <http://www.pippanorris.com>. Acesso em 17 de fevereiro de 2012.
- NORRIS, P. **Democratic deficit: Critical citizens revisited**. 2011. Disponível em: <http://www.pippanorris.com>. Acesso em 17 de fevereiro de 2012
- NORRIS, P. **Democratic phoenix: Reinventing political activism**. New York: Cambridge University Press, 2002.
- O'BRIEN, R. M. Age period cohort characteristic models. **Social science research**, v. 29, n. 1, p. 123-139, 2000.
- OESTERLE, S.; JOHNSON, M. K.; MORTIMER, J. T. Volunteerism during the transition to adulthood: A life course perspective. **Social Forces**, v. 82, n. 3, p. 1123-1149, 2004.
- OPPO, A. Socialização política. In: BOBBIO, N. (org) **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 1998.
- PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PUTNAM, R. D. **Bowling alone**. New York: Simon & Schuster, 2001.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.
- RENNÓ, L. Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: ANPOCS, n. 45, p. 71-92, 1998.
- RIBEIRO, E. A. **Valores Pós-Materialistas e Cultura Política no Brasil**. Maringá: Eduem, 2011.
- RIBEIRO, E. A.; BORBA, J. Participação e pós-materialismo na América Latina. **Opinião Pública**, v. 16, n. 1, p. 28-64, 2010.
- ROTOLO, T.. A time to join, a time to quit: The influence of life cycle transitions on voluntary association membership. **Social Forces**, v. 78, n. 3, p. 1133-1161, 2000.
- SAPIRO, V. Not Your Parents Socialization: Introduction for a New Generation. **Annu. Rev. Polit. Sci.**, v. 7, p. 1-23, 2004.

- SCARROW, S. E.; GEZGOR, B. Declining memberships, changing members? European political party members in a new era. **Party Politics**, v. 16, n. 6, p. 823-843, 2010.
- SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- SEARS, D. O. Political socialization. In: GREENSTEIN, Fred I.; POLSBY, Nelson W. (Org.). **Handbook of political science**, v. 2, p. 93-53. Boston: Addison Wesley Publishing Company, 1975.
- SHANAHAN, M. J. Pathways to adulthood in changing societies: Variability and mechanisms in life course perspective. **Annual review of sociology**, p. 667-692, 2000.
- SHERROD, L. R., Et. Al. **Handbook of research on civic engagement in youth**. NJ: Wiley, 2010.
- SIMÕES, J. A. O aposentado como ator político. Trabalho apresentado no **18º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambú, 1994.
- SOUZA, R. M. **O Discurso do Protagonismo juvenil**. São Paulo: Paulus, 2008.
- SPOSITO, M. P. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. **Tempo social**, v. 5, n. 1/2, p. 161-78, 1994.
- SPOSITO, Marilia Pontes. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. São Paulo: Ação Educativa, 2003.
- STOKER, L.; K JENNINGS, M. K. Life-cycle transitions and political participation: The case of marriage. **American Political Science Review**, p. 421-433, 1995.
- STRATE, J. M. et al. Life span civic development and voting participation. **The American Political Science Review**, p. 443-464, 1989.
- TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América: leis e costumes: de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- VAN BIEZEN, I.; MAIR, P.; POGUNTKE, T. Going, going,... gone? The decline of party membership in contemporary Europe. **European Journal of Political Research**, v. 51, n. 1, p. 24-56, 2012.
- VAN DETH, J. W. Studying political participation: towards a theory of everything?. In: Trabalho apresentado em **Joint Session of Workshops of the European Consortium for Political Research**-Grenoble, Abril. 2001. p. 6-11.
- VAN INGEN, E. Social Participation Revisited Disentangling and Explaining Period, Life-Cycle and Cohort Effects. **Acta Sociologica**, v. 51, n. 2, p. 103-121, 2008.

VERBA, S. SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H. E. **Voice and equality: Civic voluntarism in American politics**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

VERBA, S.; NIE, N. **Participation in America: Social equality and political democracy**. New York: Harper& Row, 1972.

VIANA, N. Regime de Acumulação, Gerações e Juventude. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 129, p. 56-67, 2012.

VIANNA, H. Funk e cultura popular carioca. **Revista Estudos Históricos**, v. 3, n. 6, p. 244-253, 1990.

VIANNA, H. **Galerias cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

VIANNA, H. **O mundo funk carioca**. Jorge Zahar Editor Ltda, 1988.

WASS, H. The effects of age, generation and period on turnout in Finland 1975–2003. **Electoral studies**, v. 26, n. 3, p. 648-659, 2007.

WATTENBERG, M. P. Electoral turnout: the new generation gap. **British Elections & Parties Yearbook**, v. 13, n. 1, p. 159-173, 2003.